



21

revistacpc

10 ANOS

1º semestre de 2016
ISSN 1980-4466

EDIÇÃO 21 (2016)

A Revista CPC é um periódico do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. De caráter acadêmico e científico configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em duas seções principais: uma seção de artigos originais relacionados aos temas patrimônio cultural, coleções e acervos, e conservação e restauração; e uma seção de resenhas, notícias e depoimentos. A Revista CPC conta com uma Comissão Editorial e um Conselho Consultivo, composto por nomes de especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e/ou internacionais que desenvolvam trabalhos em áreas afins, bem como com assessores/pareceristas *ad hoc*.

Ficha catalográfica

Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, n. 21, 1. semestre 2016.

Semestral
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação e conservação de acervos. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC

CDD 025.8

Editora

Mônica Junqueira de Camargo

Comissão Editorial

Beatriz Mugayar Kühl - USP
Fernanda Fernandes da Silva – USP
Mônica Junqueira de Camargo - USP
Paulo Cesar Garcez Marins - USP
Sabrina Studart Fontenele Costa - USP
Simone Scifone - USP

Conselho Consultivo

Adilson Avansi de Abreu - USP
Beatriz Coelho - UFMG
Leonardo Castriota - UFMG
Maria Beatriz Borba Florenzano - USP
Maria Inez Turazzi - IBRAM
Regina Andrade Tirello - Unicamp
Rosina Trevisan M. Ribeiro - UFRJ
Silvia Wolff – UPPH SEC SP
Walter Pires – DPH SMC SP

Editora científica

Sabrina Studart Fontenele Costa

Editora executiva

Ana Célia de Moura

Projeto Gráfico

HAY Arquitetura e Design

Diagramação

Luciana Mattar

Colaboradores

Roberta Baradel (revisão)
Erika Luzie Vanoni (secretaria gráfica)
Kaio Amorim Donadelli (revisão inglês)
Milton Bortoleto (consultoria técnica)

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Marco Antonio Zago, Reitor
Prof. Dr. Vahan Agopyan, Vice-Reitor

**Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
Universitária**

Prof. Dr. Marcelo Romero, Pró-Reitor

Centro de Preservação Cultural

Prof. Dra. Mônica Junqueira de Camargo,
Diretora
Profa. Dra. Fernanda Fernandes da Silva,
Vice-Diretora

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil
Tel/fax + 55 11 2648 1511
revistacpc@usp.br - www.usp.br/cpc
facebook.com/revistacpc/

EDIÇÃO 21 (2016)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE NOVAS E VELHAS AÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO	5-7
---	-----

PATRIMÔNIO CULTURAL

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: POSSIBILIDADES SOCIAIS E PRODUÇÃO DE (DES)CONHECIMENTO SOBRE AMBIENTE, CULTURA E PATRIMÔNIO CLAUDIA FEIERABEND BAETA LEAL; LUCIANO DE SOUZA E SILVA	8-35
---	------

CIDADE, PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE SELEÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XXI DANILO CELSO PEREIRA	36-70
---	-------

A ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS E SUA POSSÍVEL VALORAÇÃO COMO PATRIMÔNIO NÍVEA MUNIZ VIEIRA	71-102
--	--------

COLEÇÕES E ACERVO

PRESERVAÇÃO E ACESSO A PERIÓDICOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA E URBANISMO: INICIATIVAS DA FAU-USP MARCIA ROSETTO; DINA ELISABETE ULIANA	103-118
--	---------

CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

INTERVENÇÕES EM SUPERFÍCIES DE CONCRETO APARENTE E OS VALORES DA ARQUITETURA MODERNA: O CASO DO EDIFÍCIO SEDE DA CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO FERNANDA LÚCIA HERBSTER PINTO; FERNANDO DINIZ MOREIRA	119-139
--	---------

RESENHAS

CORÁ, MARIA AMELIA JUNDURIAN. DO MATERIAL AO IMATERIAL: PATRIMÔNIOS CULTURAIS DO BRASIL. SÃO PAULO: EDUC: FAPESP, 2014. 360p. SARA SANTOS MORAIS	140-148
--	---------

LACERDA, AROLDIO DIAS; FIGUEIREDO, BETÂNIA GONÇALVES; PEREIRA, JÚNIA SALES PEREIRA; SILVA, MARCO ANTÔNIO. PATRIMÔNIO CULTURAL EM OFICINAS: ATIVIDADES EM CONTEXTOS ESCOLARES. BELO HORIZONTE: FINO TRAÇO, 2015. MARIA MARTA DOS SANTOS CAMISSA	149-155
---	---------

DIAS, ANDRÉ BON SANTO. O PRESENTE DA MEMÓRIA: USOS DO PASSADO E AS (RE)CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADE DA FOLHA DE S. PAULO, ENTRE O “GOLPE DE 1964” E A “DITABRANDA”. JUNDIAÍ: PACO EDITORIAL, 2014. JOÃO PAULO ROSSATTI	156-166
--	---------

NOTÍCIAS E DEPOIMENTOS

2º ENCONTRO DE TRABALHO DA REPEP (REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL) JOÃO LORANDI DEMARCHI; SIMONE SCIFONI	167-172
--	---------

ITINERÁRIOS URBANOS COMO PRÁTICA PATRIMONIAL NO CPC: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE 2015 GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES	173-185
---	---------

NOMINATA DE PARECERISTAS	186-187
--------------------------	---------

REFLEXÕES SOBRE NOVAS E VELHAS AÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO

Esta edição expõe a diversidade de temas com que a revista CPC vem contribuindo ao debate sobre a preservação cultural. A coletânea de artigos, resenhas e relatos sobre eventos científicos, resultado de investigações de instituições diversas e de pesquisadores com diferentes objetivos, estimulará a troca de ideias sobre a qual será possível avançar o conhecimento. Das relações entre ambiente, cultura e patrimônio ou entre cidade, patrimônio e território; às especificidades de um patrimônio industrial, e da conservação de materiais, os artigos trazem novas leituras sobre temas já estudados confirmando a difusão do conhecimento e da importância da troca.

Três artigos desta edição referem-se à atuação dos órgãos de preservação. Claudia Feierabend Baeta Lea e Luciano de Souza e Silva trazem a público a discussão de medidas legais recentes, como a instrução normativa 001/2015 do Iphan para os procedimentos administrativos em relação ao meio ambiente, inaugurando um debate inédito. Danilo Celso Pereira analisa os critérios adotados pela instituição para a seleção dos centros urbanos a serem preservados, de modo a identificar o próprio conceito de cidade monumento utilizado ao longo dos anos. Nívea Muniz Vieira analisa a questão do patrimônio industrial a partir

do estudo sobre a Estrada de Ferro Vitória a Minas buscando identificar e refletir sobre método de atribuição de valor adotado pelo Iphan na seleção de bens para tombamento federal.

Na seção Conservação e Restauro, Fernanda Lúcia Herbster Pinto e Fernando Diniz Moreira abordam as dificuldades da conservação do concreto aparente, material consagrado da arquitetura moderna brasileira nas décadas de 1960 e 70, tomando como referência as intervenções realizadas nas superfícies de concreto aparente do edifício sede da CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

E finalmente, Marcia Rosetto e Dina Elisabete Uliana lançam como ação de preservação da memória da arquitetura e do urbanismo brasileiro os trabalhos de organização do acervo realizados pela biblioteca da FAU-USP com vistas à difusão digital de suas coleções de periódicos, na seção Acervos e Coleções.

Duas publicações resenhadas nesta edição tratam de patrimônio imaterial, confirmando a sua relevância no debate contemporâneo: *Do Material ao Imaterial: patrimônios culturais do Brasil*, na análise de Sara Santos Moraes e *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”*, por João Paulo Rossatti. Enquanto Maria Marta dos Santos Camisassa apresenta a possível contribuição de *Formação docente e políticas preservacionistas em oficinas pedagógicas. Patrimônio Cultural em Oficinas: atividades em contextos escolares para a educação patrimonial*.

Os dois relatos que encerram o conteúdo regular deste número são importantes registros das atividades do CPC, que buscam conciliar as questões de patrimônio cultural e extensão universitária. O artigo 2º *Encontro de Trabalho da Repep*, por João Lorandi Demarchi e Simone Scifoni, documenta as iniciativas deste grupo de trabalho – a Rede Paulista de Educação Patrimonial – que certamente incidirá, a partir da educação, sobre os rumos da preservação cultural. E *Itinerários urbanos como prática patrimonial no CPC: relato da experiência de 2015*, por Gabriel Fernandes, registra a contribuição da extensão universitária como instrumento de parceria e reflexão para as questões do patrimônio cultural.

Por fim, esta edição traz um suplemento especial com as comunicações do seminário *O Reconhecimento dos bens culturais: método*,

inventários e repercussões normativas, realizado em maio de 2015. De iniciativa do CPC, este seminário colocou em debate a possibilidade de outros instrumentos, além do tombamento para a preservação dos bens culturais. O alcance e a celeridade dos mecanismos digitais nos sugeriram este meio virtual para a divulgação dos resultados, que pretendemos adotar para eventos científicos futuros.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

POSSIBILIDADES SOCIAIS E PRODUÇÃO
DE (DES)CONHECIMENTO SOBRE
AMBIENTE, CULTURA E PATRIMÔNIO

CLAUDIA FEIERABEND BAETA LEAL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Doutora em História Social pela Unicamp, historiadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e professora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. E-mail: claudialeal@iphan.gov.br.

LUCIANO DE SOUZA E SILVA, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Bacharel em Economia, técnico em arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e mestrando do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. E-mail: luciano.souza@iphan.gov.br.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p8-35>

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: POSSIBILIDADES SOCIAIS E PRODUÇÃO DE (DES)CONHECIMENTO SOBRE AMBIENTE, CULTURA E PATRIMÔNIO

CLAUDIA FEIERABEND BAETA LEAL
LUCIANO DE SOUZA E SILVA

RESUMO

Este artigo aborda a preservação do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental a partir da perspectiva de perguntas e respostas fortes e fracas do sociólogo português Boaventura Sousa. Para tanto, optou-se por analisar a relação conceitual e institucional entre cultura e meio ambiente, a participação social nesses campos e o papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a partir dos debates sobre o meio ambiente e cultura desde os anos 1970 até a recente publicação da Instrução Normativa nº 001/ 2015, que estabelece procedimentos administrativos para a ação do Iphan no licenciamento ambiental. O objetivo é analisar os sentidos das respostas apresentadas para a expectativa e formulação de políticas efetivamente participativas de preservação do meio ambiente, patrimônio e cultura.

PALAVRAS-CHAVE

Licenciamento ambiental. Patrimônio cultural. Meio ambiente.

THE PRESERVATION OF CULTURAL HERITAGE AND ENVIRONMENTAL LICENSING: PRODUCING SOCIAL POSSIBILITIES AND KNOWLEDGE ON CULTURE, HERITAGE AND ENVIRONMENT

CLAUDIA FEIERABEND BAETA LEAL
LUCIANO DE SOUZA E SILVA

ABSTRACT

This article focus on the preservation of cultural heritage in the context of environmental licensing in Brazil and is theoretically based on Boaventura de Sousa Santos's perspective of strong and weak questions and answers. This study analyses the conceptual and institutional relations between culture and environment, stressing communities' social participation in such arenas and the role of the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan). It also stresses the debates on environment and culture since the 1970s until the recent passing of Iphan Normative Instruction no. 1 in 2015, which establishes procedures for the institute within the processes of environmental licensing. At the end, it aims at analyzing the answers presented to the expectations and the formulation of participative public policies to preserve environment, heritage and culture.

KEYWORDS

Architectural heritage. Modern architecture. Urban territory planning.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a preservação do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental. Partimos de uma perspectiva histórica que identifique e analise as continuidades e rupturas dos processos de elaboração de procedimentos e perspectivas para a identificação, proteção e salvaguarda de bens e manifestações culturais a partir dos importantes debates sobre meio ambiente, patrimônio cultural e licenciamento, da década de 1970 até a recente publicação da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015 (doravante IN nº001/2015), que regula a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no licenciamento ambiental. A ideia é entender como esses assuntos, que foram profundamente marcados pelos debates que culminaram na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e na Constituição brasileira de 1988, articularam-se ao longo desses quase 30 anos e quais respostas vêm sendo dadas às perguntas elaboradas nesse momento fundamental para a renovação de perspectivas políticas do país e fortemente influentes nesses temas.

Adotamos, para isso, a interessante perspectiva proposta pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, de centrar os debates em torno de perguntas e respostas, sendo estas últimas qualificadas como fortes e fracas, de acordo com sua capacidade de oferecer possibilidades e transformar

perplexidades. Nas palavras de Santos (2007, p. 24),

As perguntas fortes são as que se dirigem não apenas às nossas opções de vida individual e colectiva, mas, sobretudo, às raízes, aos fundamentos que criaram o horizonte das possibilidades entre que é possível optar. São, por isso, perguntas que causam uma perplexidade especial. As respostas fracas são as que não conseguem reduzir essa perplexidade e que, pelo contrário, a podem aumentar.

Para o sociólogo, a perplexidade seria um “sintoma de complexidade implícita” que apontaria para oportunidades, para possibilidades e não para constrangimentos; uma “experiência social de um novo campo aberto de contradições onde existe uma competição relativamente desregulada entre as diferentes possibilidades” (SANTOS, 2008, p. 33). A força ou fraqueza das respostas estaria na capacidade de mostrarem mais ou menos consciência dos limites da época em que estão inseridas ou dos saberes que as informam e de questionarem o horizonte de possibilidades do contexto em que são elaboradas. Para Santos (2008, p. 3), estaríamos vivendo num tempo “de perguntas fortes e de respostas fracas”, mas ele trabalha com distinções de respostas, afirmando haver respostas fracas-fortes e fracas-fracas. A primeira categoria transformaria “a perplexidade provocada pela pergunta forte em energia e valor positivos”, ao passo que essa última estigmatizaria “a perplexidade como sintoma de um fracasso na compreensão de que o real coincide com o possível” (SANTOS, 2008, p. 28).

Nesse sentido, propomos uma análise dos marcos relevantes para o debate sobre as noções de patrimônio e meio ambiente e sobre a relação entre os dois campos a partir da articulação e diálogo entre os diversos saberes envolvidos no processo de preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente - processo esse que envolve experiências e entendimentos não somente distintos, mas muitas vezes rivais que se embatem nessa zona de conflito por excelência que é o licenciamento ambiental. E, para tanto, lançamos mão da perspectiva de perguntas e respostas fortes e fracas de Sousa Santos. Para o contexto brasileiro da década de 1980, propomos perguntas fortes que dizem respeito a entendimentos ampliados de cultura, patrimônio e ambiente, e à participação social efetiva da formulação e execução de políticas públicas, as quais

serão apresentadas ao longo do artigo.

Tais perguntas foram elaboradas no contexto de forte mobilização e pressão social e motivaram esforços para respondê-las. O período que delineamos para esta discussão – da elaboração da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, passando pela Constituição de 1988 e estendendo-se até a elaboração de procedimentos sobre o papel do Iphan no contexto do licenciamento ambiental, normatizado e uniformizado recentemente pela IN nº 001/2015 – está marcado por respostas (fracas-fracas e fracas-fortes) que, a nosso ver, remetem a grandes discussões colocadas entre os anos 1970 e 1980 e às perguntas fortes definidas acima. Essas respostas possibilitam entender as possibilidades que se colocaram ao longo do tempo e as estratégias adotadas seja no sentido de valorizar e potencializar tais possibilidades, seja no sentido de negar experiências acumuladas.

2 CONTEXTO DOS ANOS 1970 E 1980 PARA O CAMPO DO PATRIMÔNIO E DO MEIO AMBIENTE

A perversa conjuntura que se firmara com o Golpe Militar de 1964 mostrava sinais de desgaste em meados dos anos 1970. A crise econômica influenciava no enfraquecimento do apoio das classes empresariais; a forte pressão dos movimentos sociais por representatividade, participação e reconhecimento de direitos também contribuía para minar o regime. As eleições diretas de 1982;¹ a campanha das Diretas Já; a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985, sua morte, a posse de José Sarney, primeiro presidente civil em 20 anos, e a promessa de convocação de uma Assembleia Constituinte marcaram o contexto de transição em que identificamos a elaboração da pergunta forte fundamental dos anos 1980 no Brasil, e que é central nesta discussão que estamos propondo: em que medida os saberes e experiências da população marcam as políticas brasileiras e reverterem em políticas efetivamente participativas e de reconhecimento de direitos?

A resposta que se apresentou, então, foi a Assembleia Nacional Constituinte para a formulação de uma nova Constituição, que substituiu tanto a Carta Magna de 1967, elaborada durante o regime de exceção, quanto a

1. Tratou-se das primeiras eleições diretas para governador desde 1960, que abrangeram também o pleito para senador, deputado federal e estadual, prefeito (menos os das capitais) e vereador.

Lei de Segurança Nacional, de 1969. Pode-se dizer que foi a resposta possível naquele momento, em que os movimentos sociais haviam sido fortemente reprimidos e perseguidos; em que os partidos políticos encontravam-se em um momento de reorganização e rearticulação, quando não mesmo de formação (como é o caso do Partido dos Trabalhadores); e em que o legislativo se colocava como espaço privilegiado e possível para uma reformulação significativa desse regime, com participação social e reconhecimento de direitos. Ainda que dentro dos limites da democracia representativa² e, nesse contexto, com a conformação de centro-direita dessa Assembleia, representada pelo chamado “Centrão”, arriscamos descrever a Assembleia Nacional Constituinte e a elaboração de um novo texto constitucional como uma resposta fraca-forte. Isso porque a pressão dos movimentos sociais junto aos deputados e senadores eleitos, sua efetiva presença nas galerias e tribunas do Congresso Nacional, o *lobby* das centrais sindicais, as emendas populares significaram possibilidades não só de representação, mas também de participação em diversos níveis (BRANDÃO, 2011).

O texto aprovado em 1988, chamado de “Constituição Cidadã” (BRASIL, 1988), representou tanto um compromisso com a afirmação de um Estado democrático e a abolição das práticas ditatoriais dos 20 anos anteriores, com vários avanços efetivos em termos de conquistas de “direitos individuais e sociais”, como se lê em seu preâmbulo. Encontramos no texto, promulgado em 1988, a afirmação da liberdade de pensamento (art. 5º, inciso IV); a independência dos três Poderes (art. 2º); o estabelecimento do sufrágio universal e do voto direto e secreto (art.14); a liberdade de criação de partidos políticos e a afirmação do pluripartidarismo (art. 17). Notamos ainda a afirmação da pluralidade da sociedade e dos direitos dos diversos grupos formadores do “povo brasileiro”, com o reconhecimento da organização e costumes dos povos indígenas, assim como dos direitos sobre as terras que ocupam (arts. 231 e 232 e art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); a

2. Trabalhamos aqui com a crítica de Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 32), que afirma que a democracia liberal, representativa “não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, a distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social”. A essa, Sousa Santos opõem as democracias participativa ou popular.

valorização da contribuição dos quilombolas à cultura e ao patrimônio brasileiros, e o reconhecimento de seus direitos à terra ocupada (art. 216 e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); além das conquistas trabalhistas, como a extensão dos direitos trabalhistas aos empregados rurais e domésticos (art. 7º).

No que diz respeito à cultura e ao meio ambiente, que nos interessam especificamente nesta discussão, é interessante analisar como as perguntas fortes formuladas no contexto destes campos foram respondidas.

Em relação ao primeiro tema e à pergunta forte referente a ele – como a ampliação das noções de cultura, de direito à cultura e à memória podem influenciar os procedimentos de identificação e preservação do patrimônio cultural e formulação das políticas nesse campo no que tange à participação social e às pressões por desenvolvimento? –, é marcante a inclusão da cultura sob a compreensão de direitos culturais, entendidos como direito de afirmação de manifestações e práticas e de uma visão de mundo; assim como de democratização de acesso à cultura e a bens culturais (art. 215). Nota-se também a afirmação da diversidade étnica, regional e cultural, com a valorização das “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (art. 215, § 1º). Trata-se, por um lado, de se trabalhar com um sentido amplo de cultura; de outro, de se propor o acesso universal à cultural; e ainda de afirmar a diversidade na composição do que é chamado, nessa Carta Magna, de “povo brasileiro”.

O tratamento do patrimônio vai igualmente nesse sentido, de entendimento amplo da noção de cultura e de reconhecimento da pluralidade cultural. Passam a constituir o “patrimônio cultural brasileiro” não apenas “o conjunto dos bens móveis e imóveis” vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil ou de “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937), devidamente inscritos em pelo menos um dos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas sim os bens de natureza material e imaterial “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988), protegidos pelo poder público “por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropria-

ção, e de outras formas de acautelamento e preservação” (idem).

Isso aponta para diversas questões que constituem a resposta elaborada no campo da cultura: em primeiro lugar, aponta para cultura sendo tomada “no sentido antropológico mais amplo de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos” (CHAUÍ, 1995, p. 81); em segundo lugar, temos a valorização das manifestações, obras e feitos dos variados grupos que formam a sociedade, o que está associado à afirmação e valorização da diversidade cultural. Em terceiro lugar, há o que Ulpiano Bezerra de Meneses (2012, p. 33-34) chamou de “deslocamento de matriz” na atribuição de valor aos bens e manifestações que constituem o patrimônio cultural: “os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade”. Tal perspectiva está explicitada pela noção de referência cultural presente no texto constitucional, a qual remete a discussões importantes no âmbito da preservação do patrimônio na década de 1970 e aos sentidos e valores atribuídos pelos diversos grupos sociais aos bens com os quais se relacionam (FONSECA, 2006). Em quarto lugar, e fortemente relacionado a esse terceiro ponto, tem-se o compartilhamento de responsabilidades entre Poder Público e comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, ampliando ainda mais, portanto, a participação social no processo de patrimonialização de bens e constituição do acervo do patrimônio – que se baseia na identificação, valoração e preservação dos bens culturais e na formulação e execução de políticas nesse sentido. Um quinto aspecto seria ainda a variedade de ações e instrumentos de proteção e salvaguarda aos quais os bens culturais tomados como patrimônio estariam submetidos, ampliando largamente, de acordo com a Constituição, o escopo das formas de proteção estabelecidas em 1937, quando da criação, em âmbito nacional, das políticas de preservação do patrimônio.

No que tange ao meio ambiente, há diversos aspectos que remetem à pergunta forte por nós elaborada a respeito de como protegê-lo em relação às perspectivas de desenvolvimento, assegurando a relação deste com as comunidades que os cercam, dependem dele ou se significam nessa interação, assim como a participação social na elaboração de políticas de preservação ambiental. A “Constituição Cidadã” aproxima o Poder Público da sociedade

civil – na figura da “coletividade” – quanto à responsabilidade na proteção do meio ambiente: no art. 5º, inciso LXXIII, já citado aqui, lê-se que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao meio ambiente; e no artigo 129, §1º, prevê-se a ação civil pública “para a proteção (...) do meio ambiente”, entre outros. No Capítulo VI, relativo ao Meio Ambiente, tal perspectiva é ampliada, não se restringindo à participação apenas em casos de lesão ao patrimônio, sendo atribuída responsabilidade ao Poder Público e à coletividade na defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, tornou-se obrigatória a publicidade de estudos prévios de impacto ambiental (art. 225, inciso IV) e incentivou-se a educação ambiental em todos os níveis de ensino com vistas a promover “a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (inciso VI). Destacamos também que, apesar da ênfase na necessidade de sua preservação, o uso e exploração dos recursos naturais não são vetados; ao contrário, o meio ambiente é descrito como “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988, caput, grifos nossos) e, mesmo não constando no artigo 5º da Constituição, que estipulou os direitos e garantias fundamentais, foi interpretado como direito humano fundamental (SANTILLI, 2005, p. 58).

No entanto, não é com foco unicamente no Capítulo VI da Constituição que podemos entender as mudanças operadas no entendimento do campo do meio ambiente. Como já afirmou Juliana Santilli (op.cit., p. 67), a questão ambiental “está presente em diversos outros capítulos do texto constitucional (economia, desenvolvimento agrário etc.)”. Isso significa perceber na Constituição uma perspectiva transversal para as políticas ambientais, identificando um conjunto de políticas públicas que influenciariam o campo ambiental e que incluiriam da defesa nacional à função social da propriedade, da política agrícola à política urbana, da saúde à cultural (SANTILLI, op.cit., p. 67).

Se tomarmos, porém, como referência à pergunta proposta sobre como proteger o meio ambiente e assegurar a participação e significados das comunidades nas políticas de preservação, entendemos que o texto constitucional em si mesmo teve avanços limitados. O que teria proporcionado interpretações e alcances mais amplos e uma resposta mais específica foram as discussões em voga no contexto nacional e internacional

a partir dos anos 1970, quando o meio ambiente estava passando de uma noção exclusivamente relacionada à natureza para a compreensão do ser humano como usuário e parte desse meio. A sociedade demandava então respostas relacionadas aos direitos humanos, não sendo diferente em relação aos direitos ao meio ambiente.³

No plano internacional, em 1972 aconteceu, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. A Declaração sobre o Meio Ambiente Humano já tem em seu título a importante noção do homem como “obra e construtor do meio ambiente que o cerca” (ONU, 1972). Outro aspecto digno de nota dessa Declaração é a ligação entre economia e meio ambiente, como se lê no princípio 8, que diz ser o desenvolvimento econômico e social indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida. Santilli (op.cit., p. 66-67) cita ainda dois outros textos internacionais que teriam marcado os anos 1980 e a própria Constituição brasileira: *Estratégia mundial para a conservação*, de 1980, que defende, entre outros, a “utilização sustentável das espécies e ecossistemas”; e *Nosso futuro comum*, ou *Relatório Brundtland*, que lançou as bases do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, aproximavam-se temas aparentemente dicotômicos, como o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente humano.

Nesse sentido de destaque à ideia de desenvolvimento, vale mencionar também a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais do México, de 1982, conhecida como Mondiacult, que, além de lidar com a noção de direito cultural e partir de uma noção bastante ampla de cultura, trabalhou com a relação entre desenvolvimento e cultura. Em seu documento final, afirma-se que “a cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento” e critica-se a perspectiva então frequente de se conceber o crescimento apenas em termos quantitativos, “sem levar em conta a sua necessária dimen-

3. Nesse sentido, é preciso nos referirmos ao primeiro parágrafo da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano (1972), em que se lê: “Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são **essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais**, inclusive o direito à vida mesma”. (ONU, 1972, grifo nosso)

são qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações culturais do homem.” Seu princípio 13, inclusive, relaciona desenvolvimento à “plena realização individual e coletiva e a preservação da natureza.” (CURY, 2004, p. 273-274)

Tais entendimentos de desenvolvimento, atrelados à sustentabilidade, preservação da natureza e direito à cultura, influenciaram inclusive a conduta dos bancos de desenvolvimento internacional que, criticados pelos movimentos ambientalistas por causa da degradação causada ao meio ambiente e os impactos socioculturais pelos empreendimentos financiados por eles, passaram a exigir a Avaliação de Impacto Ambiental para que destinasse recursos para projetos (SÁNCHEZ, 2010).⁴

Internamente, observamos no Brasil várias medidas que remetem a essas novas formas de pensar cultura e meio ambiente. No plano da cultura e do patrimônio cultural, notam-se, já na década de 1970, programas que passaram a relacionar valor cultural e valor econômico, tanto no sentido de aproveitamento de um potencial turístico como buscando “indicadores para um desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2005, p. 141-142). Nesse sentido, podemos mencionar o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), elaborado em 1973 como política integrada entre os Ministérios da Educação e Cultura (MEC, por meio do Iphan), do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior (através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene) e da Indústria e Comércio (com o Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur). Tal programa teve como objetivo “criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação” (FONSECA, 2005, p. 143). Colocava-se em pauta “a relação desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio cultural” (CORREA, 2012, p. 18), a qual seria oficializada, com ênfase mais geral na cultura, na Política Nacional de Cultura, elaborada pelo MEC: “O desenvolvimento não é

4. Vale destacar que os primeiros estudos de impacto ambiental no Brasil foram financiados por uma dessas organizações financeiras, o Banco Mundial, que passou a exigir que nos projetos financiados por ele passasse por processo de Avaliação de Impacto Ambiental, incluindo temas como povos indígenas, patrimônio cultural, reassentamento involuntário, entre outros (SÁNCHEZ, 2010, p.56).

um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto” (MEC, 1975, *apud* FONSECA, 2005, p. 160).

Relativamente ao meio ambiente natural, no âmbito legal, a política ambiental no Brasil dava um passo importante com a aprovação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente. Nessa lei, propôs-se a conciliação de desenvolvimento socioeconômico com preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, o que traria também a proteção da dignidade humana, e criaram-se para tanto instrumentos e procedimentos, reiterados pela Constituição de 1988 e utilizados até hoje: avaliação de impacto ambiental, licenciamento ambiental, criação de espaços especialmente protegidos, além do estabelecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Esse último, composto por representantes de diversos órgãos do governo (federal e estadual) e representantes da sociedade civil, é responsável pela formulação das diretrizes da política ambiental.

Os movimentos ambientalistas no Brasil também tiveram grande influência na adoção de medidas políticas e institucionais para proteção do meio ambiente, inclusive nas formas de pensar a associação entre desenvolvimento e preservação. Em sua aproximação com diversos movimentos sociais que se afirmavam na luta pelo respeito sociocultural das famílias atingidas pelos empreendimentos de energia hidráulica no Brasil, como exemplo o Movimento dos Atingidos por Barragens, e em sua aliança com os povos da floresta – “índios, seringueiros, castanheiros e outras populações tradicionais” (SANTILLI, *op. cit.*, p. 32), foi-se consolidando, por meio da construção do paradigma do socioambientalismo,⁵ “uma ideia de que políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentores de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental” (SANTILLI, *op. cit.*, p. 34). A Declaração do Rio sobre

5. Entende-se socioambientalismo a partir da definição de Santilli (*op. cit.*, p. 52) que o define como conceito ou paradigma “muito identificado com a articulação entre biodiversidade e socio-diversidade, e com uma interpretação sistêmica e integrada da proteção jurídico-constitucional conferida à diversidade biológica e à diversidade cultural, influenciadas pelo multiculturalismo e pelo humanismo.”

Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992), mais conhecida como Rio 92, foi mais uma tentativa de garantir maior participação popular nas questões ambientais, afirmando, em seu Princípio 10, que:

A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, **bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões.** (grifo nosso)

Enxergamos esse processo de mudança da perspectiva do meio ambiente, que passa a incluir o homem e sua cultura, como um campo de possibilidades e de “energia e valor positivos”, nos termos colocados por Santos (2008, p. 28). Conceitualmente, podemos destacar que hoje há estudiosos, notadamente no campo jurídico, que consideram o Meio Ambiente Cultural como um dos componentes desse ente maior que é o Meio Ambiente. Rodrigues e Miranda (2012, p. 18 e 19), por exemplo, definem-no como o meio:

[...] integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, geológico, fóssilífero, turístico, científico e pelas sínteses culturais que integram o universo das práticas sociais das relações de intercâmbio entre o homem e a natureza ao longo do tempo, recebendo proteção dos arts. 215 e 216 da CF/88.

Percebemos quanto o conceito de Meio Ambiente Cultural se aproxima da noção dada ao patrimônio cultural brasileiro pelo artigo 216 da Constituição de 1988, devido à abrangência de elementos que integram esses termos e a inclusão do componente imaterial, explícito na Constituição e na definição de Rodrigues e Miranda, inseridas nas “práticas sociais das relações de intercâmbio entre o homem e a natureza”. Entendemos essa aproximação como resultado da pressão dos movimentos sociais com suas demandas políticas ambientais para incluir o homem na pauta das discussões sobre o tema, estabelecendo uma perspectiva lançada em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, e fortalecida 20 anos mais tarde pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Esta última considerou o homem como “centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável” (Princípio 1) - mas é no Princípio 22 que observamos uma aproximação mais ampla entre patrimônio cultural, como noção de referência cultural, e meio ambiente:

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável. (ONU, 1992)

No que diz respeito ao Iphan, a aproximação entre meio ambiente se deu por meio de alguns procedimentos que passaram a considerar o meio natural como parte constituinte do patrimônio cultural, como, por exemplo, o reconhecimento das relações entre bens registrados como patrimônio imaterial e os recursos naturais necessários à reprodução dos saberes, dos modos de expressão e mesmo das celebrações; ou a criação da chancela da paisagem cultural, conceituada como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009, Art. 1º).

Incluímos nessa perspectiva de aproximação entre meio ambiente e patrimônio cultural no contexto do Iphan o licenciamento ambiental devido, principalmente, ao entendimento que a Resolução Conama nº 01, de 23 de janeiro de 1986, propôs de meio ambiente. Essa resolução prevê estudos mínimos para obtenção de licença ambiental por aqueles empreendimentos que, potencialmente, pudessem causar danos ao meio ambiente e essa avaliação de impacto deveria contemplar, entre outros:

a sócio economia, destacando os **sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade**, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos (MMA, 1986, item c, inciso I, art. 6º, grifo nosso).

3 POSSIBILIDADES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Com a Resolução Conama nº 01/1986, alguns processos de licenciamento passaram a ser mandados ao Iphan pelos órgãos ambientais para que a instituição se manifestasse sobre os impactos aos “sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade”. No entanto, apesar do avanço conceitual e das possibilidades, na prática, o Iphan privilegiou a avaliação de impacto de empreendimentos sobre os sítios arqueológicos. Possivelmente porque era aquele componente do patrimônio cultural que, visivelmente, estava sofrendo mais impactos e sendo submetido a danos irreversíveis; mas também pela falta de técnicos especialistas nas diversas áreas necessárias para a análise de um estudo amplo de impacto ambiental – com ambiente sendo “entendido em toda sua plenitude e de um ponto de vista humanista”, englobando o meio ambiente natural e o meio ambiente cultural (MARÊS DE SOUZA FILHO, 1997, p. 9).

Até 2002, eram ainda poucos os processos de licenciamento ambiental que tramitavam na instituição que no mesmo ano, devido à necessidade de regulamentar procedimentos, publicou a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Essa portaria procurava compatibilizar as fases de obtenção das licenças ambientais com estudos preventivos sobre os possíveis sítios arqueológicos existentes nas áreas de impacto dos diversos empreendimentos que surgiam no país. Por um lado, a partir daquela portaria, é observado o que muitos chamam de *boom* da arqueologia no Brasil, pois o Iphan tratou exclusivamente do patrimônio arqueológico nos processos que chegavam dos órgãos ambientais para análise. Por outro, notamos, com a aplicação dessa portaria, uma redução das possibilidades de interpretação do que a Resolução Conama nº 01/ 1986 havia proposto anos antes: por um lado, excluíram-se de suas preocupações no contexto dos procedimentos do licenciamento ambiental tipos de bens com que o Iphan tradicionalmente lidava – os “sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais”; por outro, apagou-se a interessante perspectiva de valorização das referências da comunidade, ao indicar os “sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade” e não apenas aqueles de alguma forma acautelados pelo poder público; e ainda se descartou o destaque à interação entre comunidade e meio

ambiente, deixando de lado “as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos”. A própria noção de referência cultural, oficializada pela Constituição Federal e incorporada de maneiras diversas às práticas do Iphan, foi alijada dos procedimentos do Iphan no contexto do licenciamento ambiental. Sua ação foi reduzida às responsabilidades criadas pela Lei nº 3924 – a Lei da Arqueologia – e à manifestação dos técnicos da área de arqueologia, sendo ignorada a análise dos impactos sobre os diversos aspectos do patrimônio cultural.

No entanto, motivadas pela presença cada vez maior de técnicos de outras áreas de conhecimento, como antropologia e história,⁶ algumas superintendências mantiveram uma perspectiva mais abrangente de atuação no contexto do licenciamento ambiental.

A fim de normatizar seus procedimentos, superintendências do Iphan, como as de Minas Gerais, Maranhão e Paraíba, criaram termos de referência que nortegassem tantos os empreendedores, informando quais estudos deveriam ser apresentados para avaliação de impactos especificamente ao patrimônio cultural, como os técnicos, uma vez que não havia regras que uniformizassem os procedimentos de análises dos processos de licenciamento ambiental. Os termos elaborados buscavam ampliar a perspectiva da Portaria nº 230/2002, entendendo que todos os elementos do patrimônio cultural – patrimônio cultural material e imaterial – fazem parte do meio ambiente e igualmente ao patrimônio arqueológico, e mesmo ao meio ambiente natural, e podem sofrer danos com os empreendimentos causadores de impactos ambientais. Com essa atitude, tais superintendências, mesmo que por meio de documentos internos, portanto sem alcance nacional, incluíram na rotina de seus técnicos a análise dos estudos de impacto cultural, conforme a Resolução Conama nº 001/1986 e, não mais de acordo apenas com a Portaria nº 230/2002. A

6. O Iphan realizou seu primeiro concurso público para o quadro de pessoal permanente em 2005, oferecendo vagas para áreas já tradicionais à instituição, como Arquitetura e Urbanismo (24 vagas), Engenharia Civil (4), Museologia (18) e mesmo História (16), mas também para áreas ainda pouco usuais em seu quadro de funcionários, como Arqueologia (22), Ciências Sociais (17) e Educação (4), entre outras (ver o Edital nº 1, de 22 de junho de 2005 em <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=6244>>. Acesso em: 26 mai.2015).

participação não ficava restrita à manifestação do(s) técnico(s) da área de arqueologia, mas envolvia também arquitetos, cientistas sociais, historiadores, ou seja, as experiências das diversas áreas de conhecimento contribuíam para aperfeiçoar os procedimentos das análises do Iphan nos processos de licenciamento ambiental. Também não se limitava a identificar a existência de bens já tombados, registrados ou valorados pelo Iphan ou outras instâncias do poder público; antes, procurou-se estimular a perspectiva da comunidade na identificação de suas referências, conforme posto tanto na Resolução Conama nº 001/1986 como no artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

Tomaremos como exemplo mais concreto o Termo de Referência elaborado na Superintendência do Iphan na Paraíba, por nossa experiência com esse documento. Ainda que não tenha sido tornado público, serviu como orientação para os técnicos que analisavam os estudos de impacto ao patrimônio cultural, por meio da padronização de procedimentos para manifestação no contexto do licenciamento ambiental. No documento em questão, trabalhou-se com a ideia de meio ambiente sociocultural, numa perspectiva que se aproximasse mais da Resolução Conama nº 001/1986 do que da Portaria nº 230/2002. Buscou-se afirmar ainda a amplitude da noção de patrimônio cultural como escrito no artigo 216 da Constituição Federal. Vale destacar ainda a vinculação do documento a categorias e instrumentos já consagrados no âmbito do Iphan: primeiramente, destacamos o uso de categorias como patrimônio material, que incluiria os bens arqueológicos, paleontológicos, arquitetônicos; patrimônio imaterial, relacionado a saberes, celebrações, formas de expressão; paisagem cultural e educação patrimonial. No que diz respeito aos instrumentos, a metodologia de pesquisa foi atrelada àquelas já usadas pelo Iphan, como o Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) e o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

Além de reproduzir categorias estanques do patrimônio, com uma divisão muito rígida entre patrimônio material e imaterial, o Termo de Referência também foi limitado pelas metodologias usuais do Iphan, que não dão conta do universo do licenciamento ambiental. Destacamos dois aspectos: por um lado, a falta de participação popular efetiva no processo de identificação do patrimônio cultural – entendido de acordo com o

artigo 216 de Constituição – na área de impacto dos empreendimentos, o que é decorrente da mediação de técnicos na aplicação do INRC; por outro, a dificuldade de relacionar os resultados da aplicação dos inventários ao empreendimento e seus impactos. Ou seja, possivelmente por causa da falta de um entendimento amplo da noção de meio ambiente, da interdependência entre meio ambiente cultural e natural, das efetivas “relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais” (MMA, 1986) e sua cultura, os pesquisadores contratados pelos empreendedores, mesmo orientados pelo Termo de Referência, davam prioridade à produção de inventários amplos, não necessariamente vinculando-os à área afetada pelo empreendimento e aos impactos deste. Os processos de licenciamento na Superintendência do Iphan na Paraíba transformavam-se, então, muitas vezes, em uma pesquisa de identificação de referências culturais e não de avaliação de impactos ao patrimônio cultural local.

Apesar desses limites e dificuldades, consideramos as iniciativas regionais como avanços consideráveis no sentido da ampliação da noção de patrimônio cultural nos processos de licenciamento ambiental que, em várias outras Superintendências do Iphan, limitavam-se ao patrimônio arqueológico. Além disso, ao valorizar a perspectiva da comunidade na identificação de suas referências culturais, da relação destas com o meio ambiente natural e dos impactos a tais aspectos, mesmo sem dispor ainda de procedimentos e instrumentos adequados para tanto, essas iniciativas criam uma perspectiva prenhe de possibilidades, no sentido de propor um entendimento do patrimônio a partir da significação e dos valores atribuídos pelos “grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art. 216; MENESES, op. cit., p.33); a partir também da perspectiva colocada pelas noções de socioeconomia (MMA, 1986) e de meio ambiente cultural (MARÉS DE SOUZA FILHO, op. cit., p. 9; RODRIGUES, MIRANDA, op. cit., p. 18-19); e ainda por apagar as distinções rígidas entre as categorias de patrimônio, aproximando suas dimensões materiais e imateriais na noção de referência cultural. As possibilidades de conhecimento e ações de preservação criadas com essas iniciativas nos levam a considerá-las como respostas fracas-fortes às perguntas sobre participação social e reconhecimento de direitos tanto na área do meio ambiente como no campo do meio ambiente.

Tais experiências pressionaram o Iphan, tanto interna como externamente, no sentido de se propor uma normatização da atuação da instituição nos licenciamentos ambientais que aproveitasse as iniciativas já existentes. A primeira tentativa de conseguir a normatização foi com a apresentação da minuta de uma portaria em 2011, que se aproximou bastante das iniciativas de algumas Superintendências. Nessa minuta, que tratava das diretrizes técnicas e dos procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan nos processos de licenciamento ambiental, lia-se, em seu § 4º do artigo 1º, a definição de patrimônio cultural como “aquela disposta no art. 216 da Constituição Federal de 1988”. Pressões externas, porém, principalmente do Ministério do Meio Ambiente, criticaram naquela amplitude conceitual o aumento considerável da participação do Iphan nos processos de licenciamento ambiental; desagradando também setores que visam execuções cada vez mais rápidas das obras de infraestrutura. Em 2013, uma nova minuta, agora de Instrução Normativa, foi apresentada para avaliação e sugestões das Superintendências. A nova normativa fazia coincidir a noção de patrimônio cultural aos bens acautelados como parte desse patrimônio, àqueles já reconhecidos pela instituição.

Essa proposta gerou reações entre o corpo técnico do Iphan, questionando principalmente como, num processo de licenciamento ambiental, que busca avaliar os impactos de empreendimentos num determinado território e cotidianos sociais, incluindo os sítios históricos e culturais da comunidade, poder-se-ia partir de uma lista pré-definida para decidir se há ou não impactos. A partir dessas análises, algumas contribuições foram encaminhadas à área central para discutir a proposta, entre as quais uma elaborada pelos técnicos participantes do III Encontro de Avaliação da Política de Identificação do Patrimônio Imaterial, ocorrido de 26 a 30 de agosto de 2013, em Brasília/DF. A principal contribuição foi no sentido de considerar o patrimônio cultural como noção de referência cultural e não como bens acautelados, sendo proposta a mudança em todo o texto para “referências culturais de natureza imaterial e material da população presente na área de influência impactada pelo empreendimento” ou “sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade impactada pelo empreendimento” (conforme especificado no Art. 6, alínea c, da Resolução Conama 01/1986).

Mesmo com os embates que ocorreram em diversos contextos, tanto presencial como no meio virtual, com a presença de outros atores,⁷ como o Ministério Público e outras entidades sem fins lucrativos, foi publicada em 25 de março de 2015 a Instrução Normativa nº 001. Esta estabelece que o Iphan será instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal quando forem identificados, na área de influência direta do empreendimento, “bens culturais acautelados em âmbito federal” (BRASIL, 2015, art. 1º). A definição de “bens acautelados” vem logo no artigo seguinte: estes seriam os bens tombados, os bens arqueológicos, os bens registrados e os bens valorados nos termos da Lei nº 11.483/2007, referente aos bens da extinta RFFSA (art. 2º). Ainda que limite sua atuação aos bens já oficialmente sob sua responsabilidade, a IN nº 01/2015 abre espaço para que se informe ao órgão licenciador “a existência de processos que estejam devidamente instruídos, mas ainda não concluídos, referentes ao tombamento, registro ou valoração de bens culturais” (art. 10, § 2º, grifos nossos), possibilitando, assim, que procedimentos administrativos ainda não finalizados sejam levados em consideração, mesmo no caso de não constarem informações disponíveis no sítio eletrônico do Iphan, indicado como fonte de dados sobre os bens (art. 3º, § 2º, alínea II). Mas não abre espaço para a abertura de novos processos sobre bens a serem identificados no processo de conhecimento da região impactada.

Frente a esse escopo, é necessário problematizar o tipo de ações que o estabelecimento de tais procedimentos passa a suscitar nas várias unidades do Iphan. Nos estados com bens acautelados em nível federal em que as superintendências restringiam a avaliação de impacto aos bens arqueológicos, haverá indubitavelmente um aumento de trabalho dos setores e dos técnicos responsáveis tanto pelos bens tombados, quanto pelos bens registrados e ainda pelos bens acautelados, que serão instados a avaliar as Fichas de Caracterização de Atividades e os Relatórios de Avaliação de Impacto elaborados pelos empreendedores nos quais constem a localização,

7. Destaca-se aqui a audiência pública ocorrida em 13 de outubro de 2014, no Rio de Janeiro, convocada pelo Ministério Público Federal, com participação de diversas entidades, sendo a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) uma das principais. O áudio da audiência encontra-se em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ET9Jyjwt2M>>. Acesso em: 22 set. 2015.

situação de tais bens e proposição de medidas para minimizar ou mitigar impactos. Como destacou Oliveira (2015, p. 67), “As responsabilidades criadas por seu artigo 2º (...) e a obrigatoriedade de um Projeto Integrado de Educação Patrimonial (art. 35, inciso V) implicam o envolvimento de diversas áreas e, mais ainda, a articulação entre elas.” Já nos estados em que as superintendências aproveitavam o contexto do licenciamento para identificar as referências culturais das comunidades impactadas pelo empreendimento, a relação dessas referências com os recursos ambientais e como determinado empreendimento interferiria nessa dinâmica, avaliando os instrumentos disponíveis tanto para a sistematização do conhecimento produzido sobre elas quanto para o eventual tombamento, registro ou valoração, ou seja, para diversas formas e níveis de proteção, haverá uma drástica diminuição de trabalho e, em muitos estados, notadamente no Norte e Centro do país, uma drástica redução também de atuação do Iphan na região, dado o baixo número de bens acautelados nessas regiões, ficando restrita ao bem arqueológico.

Outra questão fundamental é a da coincidência do âmbito de atuação do Iphan no contexto do licenciamento ambiental com o âmbito de sua atuação independentemente do licenciamento. O Decreto-lei nº 25, de 1937, que determina o tombamento dos bens; a lei nº 3924, de 1961, que responsabiliza o Iphan pelos sítios arqueológicos; o Decreto nº 3.551, de 2000, que estabelece o registro dos bens de natureza imaterial; e a lei nº 11.483, de 2007, que transferiu ao Iphan a administração, guarda e manutenção dos bens da extinta RFFSA, já estabelecem, na letra da lei, as responsabilidades institucionais; os “bens acautelados em nível federal” já estão sob tutela do Iphan e este deve responder por eles em qualquer situação, seja instado ou não pelo órgão licenciador. Em outras palavras, o Iphan só se manifestará nas situações em que já deve se manifestar.

Vale citar inclusive a discordância que estabelece, por um lado, com a Constituição Federal de 1988, ao limitar os bens tombados àqueles que o são nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 1937, e não incluir os tombados nos termos do artigo 216, §5º da Constituição Federal de 1988: “os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”; e, por outro, por excluir outros tipos de reconhecimento e valoração criados no âmbito do próprio Iphan, como a chancela da

paisagem cultural, instituída por meio da Portaria Iphan nº 127, de 2009, e as línguas incluídas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística e reconhecidas como Referência Cultural Brasileira, de acordo com o Decreto nº 7.387, de 2010.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DESPERDÍCIO DE EXPERIÊNCIAS E A PRODUÇÃO DE (DES)CONHECIMENTO

A nosso ver, a noção de resposta fraca-fraca de Boaventura de Sousa Santos parece perfeitamente apropriada para descrever o que a Instituição Normativa representa para as possibilidades criadas pelo licenciamento ambiental e pela noção de referência cultural de pensar o patrimônio em estreita relação não só com o meio ambiente, como com os sentidos atribuídos pela comunidade aos bens culturais. A perplexidade que perguntas nesse sentido – como as que indicamos acima – criam é reduzida à impossibilidade, ou, antes, o real passa a coincidir com o possível (SANTOS, 2008, p. 28). É o movimento que Santos denomina “pensamento ortopédico”, definido como “o constrangimento e o empobrecimento causado pela redução dos problemas a marcos analíticos e conceptuais que lhes são estranhos” (SANTOS, 2008, p. 15). Dentro de sua crítica à ciência ocidental moderna, que teria deslegitimado, quando não apagado, outras formas de conhecimento, num gritante desperdício de experiências, Santos afirma também que o pensamento ortopédico teria se prolongado para além das ciências, e várias disciplinas teriam passado também a só tratar problemas enunciados por elas. Com a IN nº 001/2015, tem-se um patente exemplo de pensamento ortopédico: mesmo com todos os dissensos que surgiram desde a publicação da minuta dessa Instrução Normativa, tanto internamente ao Iphan quanto externamente; mesmo com as sugestões relacionadas à necessidade de avaliar os impactos sobre o patrimônio cultural das comunidades e não sobre os bens culturais acautelados, optou-se por reduzir os problemas com que o Iphan deve lidar no contexto do licenciamento ambiental àqueles que ele próprio enuncia.

Desperdiça-se, portanto, não somente as experiências que propuseram formas diversas de pensar o problema, mas inclusive o próprio licenciamento, uma vez que o Iphan continuará agindo exatamente da mesma forma, com ou sem essa figura de proteção. Com essa nova legislação, o

Iphan põe em risco sua finalidade que, segundo seu Regimento Interno em vigor, é “preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do Art. 216 da Constituição Federal” (IPHAN, 2012) – note-se que, em nenhum momento, é citado o termo “bens acautelados”; pelo contrário: trabalha-se com a noção ampla estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Além disso, corre-se o risco de perdas irreparáveis ao patrimônio cultural brasileiro pela falta de conhecimento do Instituto sobre a sua existência. Ou seja, a IN nº 01/2015 apaga a possibilidade de produção de conhecimento de bens culturais passíveis de proteção pelo poder público federal, produzindo assim desconhecimento e invisibilidade das referências culturais das populações atingidas pelos empreendimentos.

Diante das diversas possibilidades elaboradas durante o processo de criação e consolidação do licenciamento ambiental para construir uma noção mais ampla de meio ambiente, incluindo o meio ambiente cultural, as noções de cultura e patrimônio; para afirmar a participação social na formulação de políticas referentes à preservação desse meio ambiente; para assegurar a perspectiva da sociedade na identificação de suas referências culturais e nas relações simbólicas e de existência com o meio ambiente natural; para, enfim, se apropriar dos avanços notados na legislação brasileira e nos procedimentos técnicos, notadamente no Iphan, entendemos a escolha da Instituição de restringir a atuação no licenciamento ambiental apenas àqueles bens já reconhecidos pela própria instituição, por meio da IN nº001/2015, como uma resposta fraca-fraca diante da perplexidade que se colocava já na década de 1970 sobre os entendimentos de meio ambiente e a participação ampla nas políticas.

É certo que as respostas que identificamos aqui como fracas-fortes necessitam criar, consolidar ou aprimorar procedimentos para sua aplicação. É o caso dos textos legais com que trabalhamos, e também dos Termos de Referência indicados. Talvez essa seja uma das características que as definam como respostas fracas-fortes: a possibilidade de serem revisadas, reconstruídas e aprimoradas e ter exatamente a potencialização das possibilidades como seu ponto forte. Mas a simples falta de procedimentos específicos desenvolvidos não pode explicar o desperdício

de experiências, debates, sugestões operado com a publicação da IN nº 0001/2015, uma vez que esta também necessita da elaboração de procedimentos claros para se efetivar.

A adoção de um pensamento ortopédico parece-nos explicar a opção normativa do Iphan, que, como dissemos, limita sua manifestação aos problemas e questões que ele próprio enuncia. Mas nossa hipótese é que se trata não de um desconhecimento de outras opções e experiências, mas de uma estratégia de atendimento de políticas mais amplas. Acreditamos que a postura adotada pela instituição vem atender a uma nova política desenvolvimentista do Governo Federal baseada sobre atividades intensivas em recursos naturais (LEROY, 2014, p. 29) e porque não dizer sobre os direitos adquiridos de comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, indígenas). A flexibilização das legislações já legitimadas pela sociedade e a relativização de direitos sociais são justificadas pelo discurso de que não há uma desregulação, mas uma readequação das normas aos interesses da nação, à “consolidação da segurança jurídica” (idem, p. 30). Essa “desordem regulatória” (idem, p. 30) parece-nos gerar estrategicamente respostas fracas-fracas para implementação de políticas que limitem a ação dos órgãos de preservação, como Ibama e Iphan.

A discussão proposta nesse artigo coloca-se na contramão dessa perspectiva, procurando questionar as possibilidades disponíveis, indicar respostas alternativas e, principalmente, potencializar a perplexidade da pergunta forte referente aos entendimentos de cultura, de meio ambiente, da relação entre preservação e desenvolvimento e de participação social. Colocam-se ao lado da ampliação radical dessa participação e da apropriação plural de experiências, trazendo para o processo de discussão e decisão os diversos sujeitos invisibilizados pelos processos desenvolvimentistas que viabilizam os empreendimentos e pelo Estado que minimiza os conflitos ambientais existentes, tornando-os ativos na definição das políticas ambientais:

O licenciamento deve ser gerido por uma rede de saberes multidisciplinares mais ampla, contemplando, de modo cada vez mais simétrico e dialógico, a diversidade de possibilidades de olhares sobre um mesmo fenômeno: o impacto ambiental. Essa simetria não diz respeito apenas à interdisciplinaridade de contribuições técnicas e acadêmicas da

biologia, ecologia, engenharia ambiental, antropologia, história, arquitetura, arqueologia, entre outras, mas, sobretudo, de contribuições de conhecimentos e vivências dos grupos sociais e populações direta ou indiretamente envolvidas no processo de planejamento, acompanhamento e avaliação dos empreendimentos que propõem intervenções em suas paisagens e em seus territórios políticos e afetivos. (BRAGA; SILVA, 2014, p. 104)

REFERÊNCIAS

BERMANN, Célio. A desconstrução do licenciamento ambiental e a invisibilização do social nos projetos de usina hidrelétricas. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (orgs.). *Formas de matar, de morrer e de desistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BRAGA, Emanuel Oliveira; SILVA, Luciano de Souza. “Em defesa da educação patrimonial e da pesquisa participativa na análise de impacto dos processos de licenciamento ambiental no Brasil: a construção do patrimônio cultural local em situações de encontro e conflito”. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação Patrimonial: diálogo entre escola, museu e cidade*. João Pessoa: IPHAN, 2014. (Caderno temático,4)

BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. Dissertação. (Mestrado). FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

BRASIL. Decreto nº 7387, de 09 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

BRASIL. IPHAN – Superintendência da Paraíba. Minuta de Termo de Referência para o Licenciamento Cultural. João Pessoa: DIVTEC/IPHAN-PB, 2013.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.

BRASIL. Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

CHAUI, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, abr. 1995. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CORREA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. Dissertação. (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, 2012.

CURY, Isabelle. *Cartas patrimoniais*. 3ª ed. rev.aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.

_____. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura / Iphan, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Minuta de Instrução Normativa para o Licenciamento Cultural no IPHAN. Brasília: IPHAN, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria Nº 92, de 5 de julho de 2012.

LEROY, Pierre Jean. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (orgs.). *Formas de matar, de morrer e de desistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

MARÊS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Prefeitura, 1997.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: Iphan, 2012, tomo 1, pp. 25-39.

MNA. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

OLIVEIRA, Mônica Castro de. *O patrimônio como ambiente: o papel do Iphan no licenciamento ambiental*. Dissertação. (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano*, 1972 [online]. Disponível em < http://www.apambiente.pt/_zdata/Politiccas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, 1992. Disponível em < <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de direito do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Forum, 2012.

SÁNCHEZ, Luis Henrique. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais” *Cronos*. Nata-RN, v. 8, p. 1, jan./jun.2007a. Disponível em: < http://www.boaventurade-sousasantos.pt/media/Direitos%20humanos%20globaliza%C3%A7%C3%B5es%20rivais_Cronos2007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.80, 2008. Disponível em: < <http://rccs.revues.org/691>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo , n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2015.

Artigo recebido em: 29/02/2016

Artigo aprovado em: 23/06/2016

CIDADE, PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO:

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE
SELEÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

DANILO CELSO PEREIRA, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Geógrafo e mestre em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Atualmente é discente do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural da Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Copedoc/DAF/Iphan). E-mail: danilo.paraitinga@gmail.com.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p36-70>

CIDADE, PATRIMÔNIO E TERRITÓRIO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE SELEÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XXI¹

DANILO CELSO PEREIRA

RESUMO

As políticas públicas de seleção do patrimônio cultural brasileiro optaram pela salvaguarda de determinadas cidades em detrimento de outras. Desta forma, tem-se como objetivo neste texto discutir os espaços urbanos que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem acau-telando, buscando entender que cidades-patrimônio foram considera-das de relevância para fazer parte do mosaico que pretende representar a identidade nacional. Para atingir esse objetivo, analisaram-se as formas como o Estado concebe esses espaços das cidades, primeiramente como cidade-monumento, depois como cidade-documento, e, por fim, a partir de uma leitura proposta neste artigo, como cidade-território. A partir des-ta análise foi possível constatar que o início do século XXI foi marcado por um esforço em redimensionar a presença do instituto em todo o país, buscando formar um conjunto coerente de cidades-patrimônio capaz de concatenar a formação do território brasileiro. Contudo, mesmo com essa nova política, pode-se afirmar que no Brasil se tombou pouco, pois, dia-riamente, em todas as partes do país se perdem importantes sustentáculos de identidade cultural, sejam arquitetônicos, naturais ou ainda os suporte físicos das relações sociais cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE

Cidades. Patrimônio cultural. Políticas públicas. Território.

1. Este texto é parte dos resultados da dissertação intitulada *Cidades patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação do patrimônio no Brasil*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação da Profª Drª Simone Scifoni e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

CITY, HERITAGE AND TERRITORY: PRESERVATION PUBLIC POLICIES IN BRAZIL IN THE 21ST CENTURY

DANILO CELSO PEREIRA

ABSTRACT

The public policies for the preservation of Brazilian cultural heritage have opted for safeguarding some cities to the detriment of others. It is the purpose of this study, then, to discuss the urban areas that National Institute of Historical and Artistic Heritage has protected, the goal being understanding which heritage-city is relevant as part of the mosaic that constitutes national identity. To achieve this, the study analyzes the ways in which the state perceives these areas in the cities; first as monument-cities, next as document-cities city, and finally, as proposed by this study, as territory-cities. Based on that analysis, it is possible to stated that the beginning of the 21st century was characterized by an effort to reshape the Institute's presence in the entire country, seeking to form a coherent group of heritage-cities capable of linking Brazilian territory together. However, even with this new policy, it is possible to say that very few heritage listings have been put forth in Brazil, because every day, in all areas of the country, important pillars of cultural identity are lost, whether architectural, natural or even the physical pillars of everyday social relations.

KEYWORDS

Cities. Cultural Heritage. Public policies. Territory.

1 INTRODUÇÃO

Este texto realiza uma análise sobre o processo de atribuição de valor do que se denomina aqui de cidade-patrimônio, o que os órgãos de preservação, ao longo do tempo, denominaram de diferentes formas: núcleo urbano, conjunto urbano, centros históricos, cidades históricas, entre outras tantas. Contudo, neste artigo ela corresponde ao recorte inicial de onde surgiu a cidade, a partir do qual depois se deu a expansão urbana, e até mesmo a perda da sua condição de centralidade principal e única, quando da criação de um novo centro, como aconteceu, por exemplo, no Pelourinho, em Salvador (BA). Cabe ressaltar também que a centralidade em questão, que tem importância como o lugar de “origem da cidade”, também é um dos fatores que lhe atribui valor como patrimônio. Sendo assim, a cidade-patrimônio doravante discutida é um recorte espacial da cidade e não a sua totalidade: aquele recorte que, originalmente, concentrou as instituições públicas, a praça central, a igreja matriz, o comércio.

Nesse sentido, as cidades-patrimônio nesse texto não se constituem em todo o universo de conjuntos urbanos tombados pelo Estado, os quais possuem variadas denominações, como foi mencionado, mas sim aqueles que garantem, no mínimo, a salvaguarda dessa centralidade que está na origem da cidade.

O quadro geral de cidades-patrimônio tombadas em nível federal mostra que as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro privilegiaram determinadas cidades em detrimento de outras, configurando-se numa distribuição desigual das cidades-patrimônio no território nacional, sempre tendo em mente que, como aponta Scifoni (2006, p. 46):

O processo de valorização dos bens tem, antes de qualquer coisa, um caráter político. A definição entre o que tem valor e o que não tem implica uma escolha, em uma seleção que se dá segundo padrões de aceitação social que tem uma historicidade.

Portanto, os bens são suporte físico de valores que lhes são conferidos de acordo com as condições sociais e políticas em cada momento da história, eles nascem da prática social, como aponta Meneses (1996, p. 92):

Aquilo, por exemplo, a que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem. Assim, para falar em arte – que é um campo que não esgota a cultura, mas permite compreendê-la em aspectos cruciais – pode-se afirmar, por exemplo, que não existem valores estéticos universais e permanentes.

Desta forma, em um primeiro momento olhar-se-á para o conjunto das cidades-patrimônio tombadas pelo órgão federal ao longo do século XX a partir de uma bibliografia já consolidada, em que se discute qual foi o tratamento metodológico adotado para a eleição dessas cidades-patrimônio, para enfim, atingir o objetivo deste texto de analisar quais foram as mudanças desses discursos de seleção no início do século XXI, momento que ainda não foi suficientemente estudado, quando o processo de ocupação do território brasileiro passa a ter um lugar de destaque na elaboração das principais políticas públicas federais de cultura e patrimônio.

2 A CONSTRUÇÃO DA CIDADE-PATRIMÔNIO

Mostra-se hoje de fundamental relevância discutir os processos de reconhecimento do patrimônio cultural no início do século XXI, visto que nesse período as políticas culturais adquiriram um novo espaço e dinâmica no âmbito das políticas públicas federais. Contudo, antes de evidenciar tais processos, é necessário discutir o processo de construção da noção de cidade-patrimônio.

As primeiras ações voltadas à salvaguarda do patrimônio ocorreram na Inglaterra e na França ao longo do século XVIII. Contudo, até então a cidade não era entendida como objeto patrimonial, mas apenas os seus monumentos isolados. A preocupação com a preservação de fragmentos das cidades, ou delas como um todo, começou a surgir na França a partir das denominadas “Reformas Urbanas de Paris”, promovidas por Haussmann na segunda metade do século XIX. Em nome da higiene, do fluxo e da estética destruíram-se bairros inteiros da cidade de Paris, pois o idealizador dessas reformas urbanas entendia os velhos quarteirões “como obstáculos à salubridade, ao trânsito e à contemplação dos monumentos do passado que é preciso desobstruir” (CHOAY, 2006, p. 176).

Segundo a autora, antes do início do século XIX eram praticamente inexistentes cadastros e documentos cartográficos confiáveis, o que impossibilitava a compreensão dos modos de produção e das transformações do espaço da cidade ao longo do tempo. Nessa conjuntura de renovação das cidades francesas promovidas por Haussmann nasce a noção de patrimônio urbano histórico. Para a autora, esta se constituiu na contramão do processo de urbanização até então dominante.

2.1 A cidade-patrimônio no Brasil

No Brasil, como destacou Fonseca (2009), desde o século XVIII são encontradas referências sobre iniciativas visando à salvaguarda do patrimônio, contudo, apenas em 1933 surgiu a primeira lei federal referente a essa temática, o Decreto nº 22.298, de julho de 1933, que elevou a cidade de Ouro Preto (MG) à categoria de Monumento Nacional com a justificativa de este ser o lugar da formação da nacionalidade brasileira, porque, além da presença de diversas obras de arte, é preciso considerar que:

a cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, foi palco de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação. (BRASIL, 1933)

Sendo assim, a declaração de Ouro Preto como Monumento Nacional foi feita dentro dos ideais nacionalistas, como na França, porém, no Brasil, tendo sido

emabalada pelo movimento modernista composto por intelectuais, artistas e arquitetos, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Esses tinham como princípio criar uma nova arte capaz de retratar a nação na tentativa de inseri-la entre os países mais modernos e civilizados do mundo.

Portando, quando esses modernistas olharam para Ouro Preto, eles buscavam identificar a nacionalidade brasileira, e encontraram nesta cidade construções coloniais que mantinham uma unidade estilística original, que, para eles, representava essa autenticidade nacional.

Desta forma, é importante enfatizar que esse grupo de modernistas que inaugurou o processo de proteção do patrimônio via as cidades como grandes obras de arte, monumentos únicos e íntegros, deixando a população que lá vivia subordinada a essa visão idealista, não sendo ela nem mencionada.

FIGURA 1

Cidade-patrimônio de Ouro Preto (MG), concebida como "obra de arte" produzida pela civilização brasileira. Fotografia do autor, 2012.



Para Sant’Anna (1995), a declaração de Ouro Preto como Monumento Nacional, embora de caráter assistemático e pontual, marcou o início da cidade mineira como cidade-paradigma da nacionalidade, berço da nossa cultura e obra de arte a ser conservada em sua total integridade.

Contudo, foi o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, a primeira lei brasileira específica referente à preservação do patrimônio, quando se organizou a salvaguarda dos bens culturais através do tombamento.

Nesse contexto, Getúlio Vargas, apoiado pelos intelectuais modernistas, criou em 1937 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)², órgão que passou a replicar o modelo de preservação do patrimônio adotado em Ouro Preto, a cidade “obra de arte”, para as outras cidades do Brasil até os anos 1980. Logo, o instituto federal foi o resultado da união entre os intelectuais modernistas, em grande parte mineiros, e um regime autoritário empenhado em construir uma identidade nacional “iluminista no trópico dependente” (MICELI, 1987, p. 44).

Durante os primeiros 30 anos de atuação do Iphan, os critérios de seleção, autenticidade e restauração desses bens eram sustentados basicamente na autoridade e no notório saber dos intelectuais integrantes da instituição. O valor estético do bem, que era atribuído conforme a visão dos arquitetos modernistas, que constituíam a maioria dos funcionários do Iphan, predominou sobre todos os outros no trabalho de construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, a avaliação do valor histórico ficava em segundo plano, restrita à vinculação do bem aos fatos memoráveis da história do Brasil (FONSECA, 2009).

Logo, no que se refere à salvaguarda de conjuntos urbanos, o tratamento metodológico adotado na instrução dos processos de tombamento identificava as representações do espaço como monumentos, as cidades-monumentos. Sant’Anna (1995, p. 137) aponta que:

2. Durante os seus 79 anos de existência, o órgão federal de preservação teve várias designações, o que mostrava o seu lugar na estrutura política de governo. Foi criado como SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, assumindo a sigla de DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1946, IPHAN em 1970, voltando a ser SPHAN em 1979, IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural) em 1990 e, por fim, novamente IPHAN em 1995. Contudo, por preferência, o órgão de preservação do patrimônio cultural federal será referido sempre como IPHAN.

Essa identificação, além de remeter a uma preservação global do objeto urbano, implicou também a sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastado. A expressão cidade-monumento, correntemente utilizada na época, indica esplendidamente essa aproximação que, além de fundamentar a abordagem mais propriamente urbanística do problema, também teve importantes reflexos nas regras que foram montadas nessa época para a aceitação de construções novas nessas áreas.

Na prática, a cidade concebida como monumento consistia na supervalorização do componente estético, era a cidade concebida enquanto obra de arte, resultando em um descaso aos seus componentes sociais e econômicos, o que repercutia nos usos e atividades desenvolvidas nessas cidades e nas possibilidades reais de conservação. Essa concepção de cidade-monumento “possibilitou a construção de um quadro conceitual e metodológico para o desenvolvimento de ações que até hoje marcam profundamente a instituição” (SANT’ANNA, 1995, p. 117).

Motta (2000) destacou ainda que o acervo selecionado com base em critérios estético-estilísticos e de excepcionalidade como patrimônio nacional, assimilado como natural, formou um quadro social da memória e incorporou-se à memória social, circunscrevendo as ações dos períodos subsequentes, mesmo que baseados em propostas diferentes.

Deste modo, para a autora:

[...] a imagem da nação foi apropriada como ideia *lato sensu*, ficando esquecidas a origem e os motivos da escolha dos imóveis e sítios coloniais e/ou excepcionais como patrimônio. Não houve consciência de que este patrimônio era um determinado recorte feito sobre a produção brasileira em acordo com um projeto e momento histórico específico, levando ao uso de critérios semelhantes de seleção do patrimônio cultural, observando-se aspectos estético-estilísticos e a excepcionalidade em contextos históricos diferentes e diante de novos projetos de identidade cultural. (MOTTA, 2000, p. 31)

Assim, o sentido inicial dos trabalhos do Iphan na construção da noção de patrimônio no Brasil repercute na sua atuação até hoje, com algumas exceções, vigorando a imagem de um patrimônio excepcional. Ou seja, de acordo com Sant'Anna (1995) e Motta (2000), a ênfase no valor artístico segundo o gosto educado dos arquitetos, as referências na história dos estilos, a ideia de uniformidade, à semelhança do que foi selecionado como objeto da memória nacional nos seus 30 primeiros anos de atuação, passou a identificar o valor de patrimônio, tornando-se padrão exigido na seleção dos objetos culturais para preservação, não considerando outros valores culturais que os objetos possam conter. Trata-se de um *status* de patrimônio incorporado à memória, correspondente a uma imagem a qual outros valores de caráter histórico, cultural, afetivo e cognitivo dos objetos não tiveram força para se somar.

A partir da década de 1970 a valoração das cidades-patrimônio começou a passar por algumas mudanças. O Iphan reconheceu a necessidade de abranger um acervo mais numeroso de cidades-patrimônio, em vista do entendimento de que o valor patrimonial também poderia servir ao desenvolvimento do turismo e da promoção do desenvolvimento das cidades, que não mais poderiam ser tratadas apenas como obras de arte finita. Assim, passou-se a admitir uma dinâmica das cidades, considerada improvável anteriormente, e a percepção da cidade a partir de diferentes fases de desenvolvimento fundamentando a perspectiva histórica e o seu desenvolvimento como objeto socialmente construído em permanente transformação e não limitada às suas qualidades artísticas, acabadas, prontas ou finitas, conforme desenvolvidas até então (MOTTA, 2000).

Contudo, foi a partir dos anos 1980 que se iniciou de fato um processo de revisão crítica dos procedimentos de instrução dos tombamentos e dos critérios de seleção, quando se passou a reivindicar maior transparência e legitimidade científica aos processos de valoração dos bens culturais. Para Sant'Anna (1995), esse momento marcou a crise da avaliação puramente estética e arquitetônica das cidades-patrimônio, em favor de uma abordagem mais ampla.

Desta forma, no que se refere aos tombamentos de cidades-patrimônio entre 1981 e 2000, a grande mudança na prática de seleção se

refere aos critérios estéticos que foram deixados de lado em alguns casos, e parte significativa dos tombamentos passaram a ser fundamentados pelos valores históricos dos bens. Assim, ocorreu uma mudança de conceito: a cidade-patrimônio passou a ser concebida como um “documento histórico, um objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas, além da história da arte e da arquitetura, como era usual” (SANT’ANNA, 1995, p. 215). Temos então, a cidade-documento.

Para essa autora, o processo de tombamento que marcou a adoção desses novos procedimentos foi o da cidade de Laguna, em Santa Catarina, que possui a seguinte fundamentação:

Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critérios para decidir sobre a oportunidade do tombamento. Sob este ponto de vista, não saberíamos eleger outra edificação que atenda individualmente àquele critério, além da Casa de Câmara e Cadeia, tombada em 1953, pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história do país, menos como sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados – do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoamento pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e, sobretudo, pela forma urbana assumida, afinal, como precipitação espacial dos dois processos precedentes. (IPHAN, 1985, p. 9)

O parecer demonstra que o presente tombamento foi orientado pela sua valorização enquanto documento histórico, que possibilitava leituras a partir de informações contidas na sua configuração espacial e como representante do processo de ocupação do território.

De acordo com Sant’Anna (1995, p. 218), agora estas não se constituíam mais como obra de arte, mas sim “como um documento que informa sobre a ocupação do território brasileiro e sobre os processos históricos de produção do espaço”. Assim, teve-se pela primeira vez o tombamento de áreas consideradas sem valor artístico, mas que representavam situações sociais e econômicas que marcaram a evolução das cidades brasileiras.

FIGURA 2

Cidade-patrimônio de Laguna (SC), concebida como “documento histórico” produzido pela civilização brasileira. Fotografia do acervo do Iphan, 2011.



Ainda nesse sentido, Motta (2000, p. 108) destacou que essas cidades representavam:

[...] um marco da conquista do território brasileiro. Mas o quê desse território ocupado? A sua relação com o sítio natural que resulta de um complexo de elementos que representam materialmente processos de organização e evolução de uma cidade. Não se tratava da preservação da soma de valores individuais, mas dos vestígios do processo de ocupação e permanência do homem ocidental naquele lugar.

As cidades-patrimônio tombadas nesse período foram, em sua maioria, apenas inscritas no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Mesmo o valor artístico também sofrendo um processo de ampliação no discurso institucional, na prática, a mudança não logrou a estas cidades o prestígio da inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes. Cabe salientar também que, com exceção de Antonio Prado (RS) e Brasília (DF), as demais cidades tombadas no período também são representantes do período colonial, ou seja, os “novos critérios informaram muito mais a delimitação das áreas dentro dessas cidades do que um novo inventário de objetos urbanos para proteção” (SANT’ANNA, 1995, p. 219).

Nos anos 1990, o Iphan se mostrou incapaz de manter os avanços conquistados na década anterior, sucumbindo novamente à seleção de bens culturais pelo gosto dos arquitetos. Tais práticas de seleção até se acentuaram com a exacerbação dos valores ditados pelo neoliberalismo, o capital e o lucro, inserindo não só as cidades-patrimônio, mas a maioria das cidades brasileiras, em um espaço de disputas do mercado global. Desta forma, se fortaleceu a apropriação do patrimônio como mercadoria, empregando critérios para sua transformação em produto, visando o consumo visual, guiados por padrões de beleza ditados pelo mercado. Conforme Motta (2000, p. 17), no dia “15 de março de 1990, quando mudou o governo federal, iniciou-se a implantação da política de apropriação do patrimônio para o mercado de consumo”, processo denominado por Sant’Anna (2004) como cidade-atração³.

Contudo, como apontou Chuva (2013), no que se refere aos discursos de valoração nos anos 1990, é necessário considerar que os técnicos não tinham uma posição única, as tensões e posições antagônicas eram constantes. Os processos de tombamento refletem esse fato. Assim, mesmo havendo o conceito de cidade-documento, que predominou na instrução dos processos de tombamento em certo momento, ele não foi

3. Segundo Sant’Anna (2004), a cidade-atração refere-se ao processo de reconquista de áreas centrais nos anos 1990 por meio da realização de eventos e divulgação das áreas “recuperadas” ou “requalificadas”, tendo seus usos vinculados ao turismo, ao consumo e ao lazer, permitindo que os sítios recuperados funcionassem como atrações urbanas e instrumentos de marketing. Nesse sentido, entende-se que a cidade-atração proposta pela autora se refere à forma de gestão das cidades-patrimônio nos anos 1990, e não ao processo de atribuição de valor para tombamento, por esse motivo não se aprofundou essa discussão neste texto.

hegemônico, ele conquistou apenas parte dos técnicos. Esses técnicos foram superados, mas não houve o retorno à cidade-monumento, não se ignorou completamente a história da ocupação do território, talvez o que seja significativo, mas os valores estéticos voltaram a predominar (informação verbal)⁴.

3 A CIDADE-PATRIMÔNIO NO SÉCULO XXI

Uma vez entendida a construção da noção de cidades-patrimônio e a forma como o Estado brasileiro concebeu os espaços dessas cidades para tombamento ao longo do século XX, passa-se agora a investigá-las com base nos processos mais recentes de atribuição de valor. É importante ressaltar que avaliar experiências em andamento sempre se mostra como algo delicado, uma vez que o caráter inconclusivo dificulta a análise. Nesse sentido, foi adotado como recorte temporal para apreciação o ano de 2001, quando se iniciou o século XXI, até o ano de 2012, quando o arquiteto paulista Luiz Fernando de Almeida foi substituído pela arquiteta mineira Jurema Machado na presidência do Iphan, mesmo que muitas proposições da antiga gestão continuem em curso, em especial no que se refere ao reconhecimento de bens identificados por inventários concebidos e desenvolvidos pela gestão anterior. Contudo, fica claro que, como ressaltou Finger (2013), a prioridade passou a se referir a uma organização interna de procedimentos técnicos em detrimento da política de ampliação de tombamentos e de uma melhor representatividade do Iphan no território nacional apreendidas na gestão anterior (informação verbal)⁵.

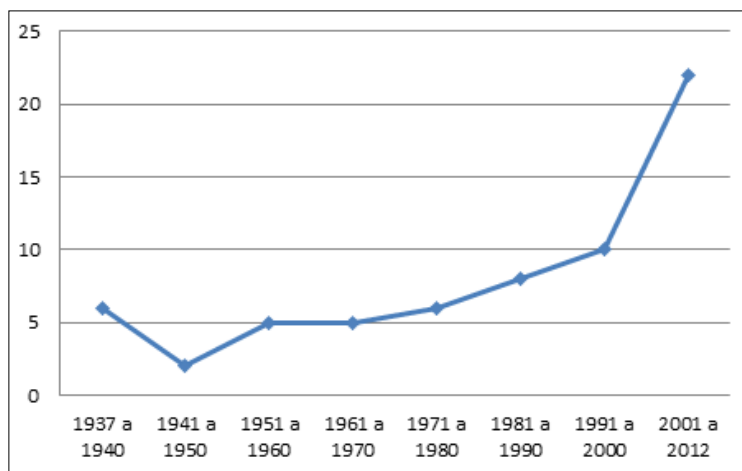
Cabe ressaltar que essas políticas de ampliação de tombamentos e de uma melhor representatividade do Iphan em território nacional resultaram em um significativo aumento de cidades-patrimônio reconhecidas em âmbito federal, como mostra a Figura 3.

4. Informação fornecida por Márcia Chuva, historiadora do Iphan entre 1985 e 2009, em entrevista ao autor (Rio de Janeiro, setembro de 2013).

5. Informações concedidas por Anna Eliza Finger, Coordenadora Geral de Cidades do Iphan desde 2006, em entrevista ao autor (Brasília, setembro de 2013).

FIGURA 3

Gráfico da distribuição dos tombamentos das cidades-patrimônio por décadas. Fonte: IPHAN, 2013. Elaborado pelo autor.



Nesse período, o Iphan concluiu seu processo de descentralização territorial, passando a estar presente em todas as Unidades da Federação e no Distrito Federal por meio de superintendências. Treze estados passaram a contar com a estrutura de administração própria: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

O período foi marcado também pela reestruturação técnica e administrativa do órgão, com a realização dos primeiros concursos públicos após duas décadas sem contratação, respectivamente em 2005 e em 2009, aumentando a força de trabalho do instituto entre 2002 e 2010 (PORTA, 2012).

De acordo com Figueiredo (2014, p. 188), os concursos públicos representaram mais que valores quantitativos, para a autora:

Esta “jovem guarda” entrou fazendo a diferença, introduzindo um novo perfil de gestores, menos alinhados com aqueles de outrora, dos arquitetos-restauradores voltados à tutela dos monumentos, por exemplo. São gestores mais abertos e habilitados a lidar com as novas questões da administração pública, desde mudanças conceituais, que na área do patrimônio não têm sido poucas, à supressão de lacunas institucionais e à articulação com outras áreas e instituições, inclusive não governamentais.

Associada a essa reestruturação técnica e administrativa, é importante ressaltar o crescimento dos recursos para a preservação do patrimônio cultural no período analisado. Porta (2012) destacou que o orçamento do Iphan cresceu 502%⁶ na primeira década do século XXI, número extremamente relevante levando em conta que os investimentos federais cresceram 175% no mesmo período.

Assim, nessa nova conjuntura institucional, Figueiredo (2014, p. 184) ressaltou que:

[...] o Iphan inaugura uma nova fase no limiar do século XXI. O novo e atual período pronuncia-se pela ampliação conceitual da noção de patrimônio e pela efetivação de instrumentos capazes de viabilizar políticas de preservação em simbiose a esta ampliação conceitual, bem como a diversidade cultural brasileira.

Não obstante, o Iphan passou a buscar novos caminhos para a preservação do patrimônio cultural, tentando assumir efetivamente a noção de “patrimônio cultural”, em detrimento das noções de “patrimônio artístico” ou “patrimônio histórico”, como norteadora de princípios, estratégias, programas e instrumentos institucionais, mesmo que essas noções anteriores ainda não tenham sido totalmente superadas e eventualmente sejam percebidas nos discursos institucionais de valoração. Conforme Porta (2012), a nova política nacional de preservação do patrimônio prioriza as seguintes diretrizes: participação social; reinserção dos bens culturais na dinâmica social; qualificação do contexto dos bens culturais; e promoção do desenvolvimento local⁷.

3.1 As Redes de Patrimônio

No que se refere ao patrimônio material, o Iphan adentrou o século XXI percorrendo um novo caminho: segundo o discurso institucional, além

6. Vale destacar que aos recursos do Iphan em 2010, cerca de 302 milhões de reais, não estavam incluídos os vultosos recursos o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PACCH), cerca de 2 bilhões de reais.

7. No período, foram implementados, ainda, novos instrumentos de preservação, como o Registro do Patrimônio Imaterial (Decreto nº 3551/00), a Lista do Patrimônio Ferroviário (Lei nº 11483/07) e a Chancela da Paisagem Cultural (Portaria nº 127/09). Essa última foi sobrestada por decisão do Conselho Consultivo em 2014, sem ser aplicada.

de zelar pelos bens já protegidos, buscou-se ampliar e proporcionar maior coerência ao patrimônio, em especial às cidades-patrimônio, transformando-as em exemplos capazes de influir no ideário urbano do Brasil no século XXI, levando a questão do patrimônio para um número maior de cidades e municípios do país como fator de desenvolvimento social e econômico. Para Vieira Filho (2011, p. 41), um dos maiores desafios de trabalhar com o patrimônio no Brasil se refere à:

[...] dimensão territorial do país aliada à sua complexidade cultural. Não é fácil sintetizar em um grupo de bens ou cidades protegidas tamanha riqueza e tantas ocorrências históricas importantes. Por isso, o Iphan vem trabalhando com o conceito de redes de proteção, buscando coesão para o conjunto de bens tombados, envolvendo Estados e Municípios na construção de uma política integrada de proteção do patrimônio.

Desta maneira, assumiu-se que a diversidade do patrimônio existente em todo o território brasileiro configurava-se como um excepcional instrumento de desenvolvimento sociocultural, contudo, que precisava ainda ser mais bem apropriado nas cidades através da educação, do turismo e do lazer, gerando renda e proporcionando novas oportunidades em todos os estados da federação.

Nesta perspectiva:

[...] para tornar lógica a preservação do patrimônio no país, relacionando-o com a ocupação do território, com os principais processos econômicos, os eventos históricos, a produção artística e os acidentes naturais notáveis, que se propõe, a partir de cada estado brasileiro, devidamente conectado com suas regiões, a construção de uma **Rede de Patrimônio era necessária**. A proposta é que a formação de um conjunto dessa natureza seja resultado de um pacto amplo, com estados, municípios, universidades e organizações civis e seja efetivado em todos os quadrantes do país. Uma rede assim constituída proporciona significância, correspondência, complementaridade e coesão ao conjunto do patrimônio cultural: as cidades históricas, os bens tombados, os sítios arqueológicos socializados, os parques históricos e naturais, as paisagens culturais, os museus, arquivos, bibliotecas e o patrimônio imaterial registrado são os bens estruturadores da Rede. (VIEIRA FILHO, 2011, p. 43, grifo nosso)

Assim, partindo-se do pressuposto de que o processo de ocupação do território vem desde a Pré-história, considerando que a interação entre a sociedade e a natureza deixa marcas físicas e traços na cultura dos lugares presentes no espaço até os dias de hoje, formando redes de bens materiais e imateriais a serem identificados e relacionados a partir de enfoques mais amplos, estabeleceram-se as “Redes de Patrimônio”, que se constituem em:

[...] perceber que os bens com os quais o Iphan trabalha em cada região (sejam eles na área da arqueologia, material ou imaterial) se relacionam entre si e foram constituídos ao longo do tempo decorrentes dos diversos processos naturais e sociais que se sucedem em um dado espaço geográfico ao longo de eras, ou milhões de anos. Se somados ao ambiente natural (acidentes geográficos, geológicos e paleontológicos), essa cadeia de bens constitui uma rede interconectada de elementos culturais – e de conhecimentos potencialmente apropriados. Essa abordagem aumenta, em muito, a significância e a coesão do patrimônio cultural, e facilita extraordinariamente a sua efetiva apropriação social. (VIEIRA FILHO, 2009, p. 19)

Para que se constituíssem essas Redes de Patrimônio, foi preciso uma visão ampla e abrangente do patrimônio de cada região, e essa visão foi construída a partir de estudos de inventários de conhecimentos que buscaram a produção de um quadro geral do patrimônio no Brasil. Para Vieira Filho (2009), esse quadro seria cada vez mais enriquecido – e enriquecedor – à medida que fossem extravasados os limites políticos e se trabalhasse com recortes territoriais e temáticos que dessem sentido ao patrimônio. Desta forma, os grandes ciclos econômicos, como o do açúcar, do ouro, do tropeirismo, do algodão, da erva-mate, da borracha, das essências amazônicas, das ferrovias, da navegação de cabotagem; eventos históricos, como a Invasões Holandesa, Coluna Prestes, Expedição Rondon; e a ocupação do território tornaram-se base para o estudo e a compreensão do patrimônio cultural brasileiro nesse período.

Aqui cabe salientar que os técnicos, em sua grande maioria arquitetos, ao elaborarem essa perspectiva de análise se apoiaram na visão histórica de “ciclos” - que se constituem em fenômenos, fatos ou ações de caráter periódico que ocorrem em um dado espaço de tempo no qual se completam - ao

invés de adotar como perspectiva de análise os “processos”, uma vez que estes indicam uma sequência continuada de fatos ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, mostrando-se assim, mais adequadas para tratar tais fenômenos.

Contudo, não se pode negligenciar que a formação desse conceito de Rede de Patrimônio se constituiu como uma ação inovadora de preservação do patrimônio no Brasil, pois “diz respeito a uma nova maneira de enfrentar a questão, através da definição de uma estratégia de atuação, gestão e da construção de políticas integradas de fomento e valorização do patrimônio” (VIEIRA FILHO, 2009, p. 5).

A partir de então, os Inventários de Conhecimento⁸, elaborados segundo os ciclos econômicos, os eventos históricos e a geografia que caracteriza o território brasileiro, passaram a disponibilizar ao Iphan uma série de informações que auxiliaram o instituto na elaboração de políticas públicas prioritárias, além de se constituírem na base para as ações de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Desta forma, em diversos estados começaram a ser desenvolvidos amplos estudos abordando assuntos tão distintos quanto migrações, conflitos, fatores econômicos, turismo, educação, entre outros que tenham influenciado significativamente determinada região. Foi a partir de estudos dessa natureza que o Iphan passou a realizar um mapeamento cultural efetivo, não deslocado do patrimônio natural brasileiro e com perspectivas de uma proteção sistemática envolvendo as diferentes instâncias nacionais, estaduais e municipais (VIEIRA FILHO, 2009). Contudo, cabe ressaltar, sem diálogo entre Depam e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), não contemplando assim, de forma efetiva, o patrimônio imaterial.

Exemplo desses trabalhos foram os inventários da ocupação dos Vales do Paraíba e Ribeira, em São Paulo; do Rio São Francisco, em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; das expedições Rondon e da Coluna Prestes; dos processos econômicos ligados à cana-de-açúcar, ao café,

8. Os Inventários de Conhecimentos são o sistema dotado de uma base de dados atualizada tecnologicamente e que servem a todos os tipos de bens materiais, possibilitando a disponibilidade de dados para a aplicação imediata na gestão das áreas protegidas através do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

à erva-mate, ao gado, à borracha; das ocupações estrangeiras; da presença de ordens religiosas – como jesuítas, franciscanos e beneditinos –; do estudo da ocupação pré e pós-colonização, através dos caminhos históricos; e de como se estruturava a rede de cidades nas diferentes regiões, entre tantos outros temas que envolviam diferentes estados e articulavam ações de preservação em um patamar diferenciado, diretamente ligado aos pressupostos de compreensão do contexto de formação do território brasileiro.

Esse mapeamento tinha o objetivo de:

[...] não apenas [...] gerar conhecimento sobre os processos históricos e ressaltar as marcas deixadas por eles no território brasileiro, mas também de corrigir distorções em níveis regionais, valorizando lugares ainda pouco conhecidos, mas não menos importantes para a compreensão da cultura e da formação do povo brasileiro. Assim, a escolha e a priorização das ações levarão em conta a constatação de que existem desequilíbrios territoriais e temáticos na identificação, proteção e valorização do patrimônio no Brasil. (VIEIRA FILHO, 2009, p. 15)

Desta forma, foi através desses Inventários de Conhecimento que se passou a selecionar a maior parte dos bens a serem protegidos, entendendo-os como fatores de compreensão e representação simbólica dos inúmeros momentos das realizações humanas e das interações entre os grupos sociais e a natureza. A partir dessa perspectiva, se identificou e protegeu dezenas de cidades-patrimônio, além de inúmeros bens isolados a partir das linhas de ação já destacadas, buscando concatenar o processo de ocupação do território brasileiro.

Foi nesse contexto que se estabeleceu no estado do Piauí a primeira Rede de Patrimônio como experiência pioneira. Verificou-se, a partir da criação da Superintendência Estadual em 2004, que os bens ali protegidos, além de não representarem a rica diversidade cultural existente no estado, eram o resultado dos esforços dos fundadores do Iphan nos anos 1940⁹, o que conferiu a essa unidade da federação um lugar marginal no mosaico que pretende constituir patrimônio cultural brasileiro.

9. Com exceção do Parque Nacional da Serra da Capivara, que passou a ser protegido em 1993 após seu reconhecimento como patrimônio da humanidade em 1991 pela Unesco, fato que direcionou a atuação do Iphan na região, principalmente, para o campo da arqueologia.

Nesse sentido, Vieira Filho (2009, p. 16) ressaltou que:

Assim como no Piauí, verificou-se em todo o território brasileiro uma grande defasagem no que diz respeito ao reconhecimento atualizado das noções de patrimônio e das decorrentes ações de preservação. Vale destacar uma colocação anotada em debate local: “Será que esses estados, essas cidades e regiões não fazem parte da história do Brasil?” Certamente fazem. E partindo do pressuposto de que o patrimônio cultural é um importante elemento de educação, sua identificação, proteção e promoção em cada estado tem como proposta justamente materializar e permitir a apropriação dessa história.

Para o autor, as cidades que foram identificadas como referência patrimonial para a compreensão da formação dos Estados e regiões deveriam se converter também em exemplos de qualidade de vida, diretamente relacionadas com o desenvolvimento econômico e social na ampliação dos parâmetros culturais e educacionais e nas condições de vida das populações desses lugares. Desta forma:

[...] cabe ao Iphan a responsabilidade não apenas de zelar, mas de completar e dar coerência a essa rede de patrimônio. [...] Tem-se tentado assumir esse papel sem retórica, estratégias “escapistas” ou ideais do tipo “cabe aos estados e municípios”. É preciso que seja agora, ou não será nunca, pois permanece o ritmo acelerado de destruição, infelizmente ainda em nome de uma suposta modernidade, que na maior parte dos casos é fruto direto de visões deturpadas, especulações e desrespeito pela qualidade de vida dos cidadãos. No ritmo atual, quando nos dermos conta, teremos perdido, de maneira irrecuperável, os elementos simbólicos sobre os quais poderíamos ter construído uma identidade urbana própria, capaz de se agregar aos altos atributos de identidade e autoestima do Brasil, acoplado às noções atualizadas de qualidade de vida, valorização de centralidades, vivência e apropriação social das cidades. (VIEIRA FILHO, 2009, p. 18)

Desta forma, entendeu-se que a proteção isolada e centrada nos bens não preservados seria, assim, importante, a fim de pensar de forma comprometida o processo de conhecer/proteger/valorizar, que é obtida pela conservação associada à apropriação social.

3.2 A cidade-território

No que se refere aos tombamentos de cidades-patrimônio entre 2001 e 2012, o período foi marcado pela busca em formar um conjunto de cidades que expressassem a formação do território brasileiro. Entendeu-se que ocorreu uma mudança de conceito: da cidade-monumento – relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira construiu – para a cidade-documento – objeto rico de informações sobre a vida e a organização social dos brasileiros nas várias fases da sua história –, e por fim, para a cidade-território – um fragmento do espaço capaz de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a sua formação geomorfológica natural. Assim, pretendeu-se atribuir valor, coerência, complementaridade e coesão às cidades-patrimônio tombadas, tanto entre os tombamentos realizados à época, como entre estes e as cidades-patrimônio tombadas nos períodos anteriores.

Para tanto, foram retomadas práticas discursivas e metodológicas da década de 1980, como a participação social, os inventários, a noção de referência cultural, o métodos de leitura da ocupação do território e o tombamento como instrumento de planejamento, o que resultou em parcas, mas importantes práticas institucionais à época.

Contudo, no início do século XXI a aplicação de tais práticas discursivas e metodológicas se deu em uma maior amplitude, agora em escala nacional. Isso se deveu, em parte, ao perfil dos técnicos contratados a partir do concurso de 2005 e do importante papel desempenhado por Dalmo Vieira Filho na direção do Depam entre 2006 e 2011. O arquiteto paranaense foi o responsável pela proposição do tombamento de Laguna em 1983, tombamento este considerado paradigmático, como já foi exposto, e que em seguida foi apoiada pelo poder público local.

O Depam passou, então, a ampliar para um nível nacional e mais acelerado as políticas que vinham sendo desenvolvidas no estado catarinense, buscando ampliar a relevância do patrimônio brasileiro, contemplando unidades da federação até então não representadas no mapa das cidades-patrimônio e preenchendo lacunas da história da ocupação do território brasileiro. Com os recursos do Iphan sendo acrescidos a partir da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (Minc),

foi possível também transpor essa linha mestra de atuação para o planejamento anual dos recursos.

Assim, até então as estratégias de proteção perdiam-se em formalismos, de modo que o conjunto de cidades tombadas não estava organizado segundo uma coerência que permitisse sua compreensão, um dos fatores para a pouca apropriação das cidades-patrimônio (VIEIRA FILHO, 2011).

Assim, buscou-se o estabelecimento de novos caminhos, as cidades-patrimônio passaram a ser valoradas como fragmentos do espaço que propiciavam a concatenação da ocupação do território brasileiro, como foi exposto - mas que noção de território foi adotada?

Em Raffestin (1993), o conceito de território é tratado, principalmente, por uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Já em Souza (2001), o conceito de território não abrange o Estado-Nação, é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e o poder não se restringe ao Estado. Ainda associado à ideia de poder, para Andrade (1995) o território não faz referência apenas ao poder público, estatal, mas também ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. Para Prado Júnior (2002), o território é sempre visto como palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade, destacando que as transformações do território estão sempre associadas às razões econômicas. Em Santos (2002), o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e pela dialética do próprio espaço, além de se constituir como um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território. Por fim, Haesbaert (2004; 2013) prioriza a dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço geográfico.

Contudo, o exame dos documentos mostrou que a ideia de território utilizada na elaboração das políticas públicas de preservação do

patrimônio cultural no início do século XXI não possuía nenhum embasamento teórico acerca desse conceito, o mesmo se referia às porções do espaço que constitui o Estado brasileiro, aproximando-se, assim, ao conceito de Raffestin (1993), mas de maneira intuitiva. Cabe destacar que a noção de território adotada pelo Iphan nos anos 2000 difere em escala da utilizada nos anos 1980, essa última mais ligada às formas como as cidades ocuparam seu território imediato, quase como sinônimo do sítio.

Ainda segundo o levantamento documental realizado, o processo de tombamento que marca o início da adoção desse procedimento foi o da cidade de Parnaíba (PI), no Piauí.

FIGURA 4

Cidade-patrimônio de Parnaíba (PI), concebida como parte de uma rede de cidades que explica o processo de ocupação do interior do Brasil. Fotografia do autor, 2013.



A pauta da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan concentrou-se no estado do Piauí:

[...] e foi baseada no entendimento de estruturação da Rede de Patrimônio, proposta de proteção integrada para um conjunto de 10 bens distribuídos ao longo de todo o estado. O Conselho aprovou por unanimidade o tombamento de três bens, sendo apresentados outros cinco já em fase de notificação, além de três estudos técnicos em fase de finalização – todos no estado. Na sessão histórica, que contou com a participação do governador do estado, foi assinado o Termo de Cooperação entre o Iphan e o governo do Piauí, além de notificadas as ações de solicitação de dez sítios arqueológicos do estado, o registro da arte santeira e da cajuína. Esse rol de bens distinguidos pelo Ministério da Cultura e pelo Iphan passa, automaticamente, a incorporar-se e dar forma qualificada aos processos de desenvolvimento do Piauí e do Nordeste brasileiro. (VIEIRA FILHO, 2011, p. 44).

Cabe ressaltar também que o processo de tombamento de Parnaíba possui, dentre outras, a seguinte fundamentação:

[...] o documento enfatiza a adoção de uma estratégia segundo a qual a proteção federal seja implementada compreendendo o território piauiense a partir de seu sítio natural, da rede de cidades ali implantadas e das influências culturais presentes, considerando esses aspectos como interligados entre si, e que, apesar de pouco explorado até então, guardam uma vinculação lógica e de respaldo histórico e urbanístico. (IPHAN, 2008a, p. 31)

Nota-se, portanto, que o presente tombamento foi também orientado pela sua valorização enquanto parte de uma rede de cidades capaz de concatenar o processo de ocupação do território no interior do Brasil.

Mesmo o tombamento de Parnaíba em 2008 sendo considerado o momento que marcou a adoção desse novo critério de valoração, os processos de tombamentos anteriores a estes já traziam algumas novidades. Os tombamentos de Marechal Deodoro (AL) e Areia (PB) tiveram em sua paisagem um dos principais elementos de atribuição de valor, paisagem que, no caso desta última, demandou a construção de

um pacto de gestão compartilhada entre o Iphan, a comunidade e os poderes públicos locais (IPHAN, 2005; 2006). Já os tombamentos de Viçosa do Ceará (CE) e João Pessoa (PB) foram marcados pelo significativo apoio local. No primeiro caso, o processo foi aberto atendendo a uma solicitação dos próprios moradores da cidade, já o segundo foi o resultado de uma política de valorização das áreas centrais das capitais nordestinas iniciada pelo Depam e com o apoio do poder público local que pretendia, por meio do Programa Monumenta, captar recursos para a implementação de um programa habitacional que trouxesse a população de volta para esta área, até então degradada; o mesmo se deu com Natal (RN) em 2010 (IPHAN, 2003b; 2007b; 2010c). Cabe ressaltar, também, que o início do século XXI ainda é marcado por uma política de heterogenia, como nos anos 1990. Símbolo disso foi o tombamento de Goiânia (GO) por sua excepcionalidade estética, onde o estilo *art déco* dos edifícios que compõem o conjunto e o projeto urbanístico de Atilio Correia Lima foram os principais elementos de valoração, ou seja, o tombamento proposto pela Superintendência de Goiás se constituiu como o de uma cidade-monumento (IPHAN, 2002).

Já a análise do plano integrado de tombamento proporcionou a compreensão da formação do território brasileiro a partir de uma rede de cidades. Desta forma, complementando o tombamento de Parnaíba, em 2012, ocorreram os tombamentos das cidades piauienses de Oeiras e Piracuruca, reconhecendo o ciclo da pecuária no nordeste dos séculos XVII, XVIII e XIX como um importante processo estruturador da formação social, política, econômica e territorial do interior do Brasil, ao lado de outros importantes ciclos econômicos que a historiografia tradicional consagrou e que já haviam tido seus testemunhos materiais reconhecidos como patrimônio (IPHAN, 2008a; 2012b).

No que se refere aos ciclos econômicos tradicionalmente consagrados pelo Iphan, certamente o do ouro foi o mais significativo e este fato não mudou nesse momento, apesar de agora com uma nova abordagem. A partir dessa interpretação, os tombamentos de Paranaguá (PR), Antonina (PR) e Iguape (SP) representaram o início da ocupação do sul e sudeste do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII a partir da exploração do ouro de aluvião que descia pela Serra do Mar, constituindo um grupo de cidades

que, ao lado de São Francisco do Sul (SC), concatena um período histórico do ciclo do ouro anterior ao fartamente registrado em Minas Gerais (IPHAN, 2009d; 2012b).

No que se refere a essa unidade da federação, a cidade de Paracatu (MG) representou a última fase de exploração dessa atividade econômica no Noroeste do estado, se constituindo ainda em uma posição estratégica entre o Sudeste e o Centro-Oeste. A cidade de Porto Nacional (TO), e seu singelo conjunto de bens vernaculares, representou a fronteira deste território dominado/apropriado a partir da exploração do ouro (IPHAN, 2008b; 2010c).

Vale destacar também os tombamentos de Manaus (AM), Belém (PA) e Serra do Navio (AP). As duas primeiras cidades, assim como no caso das cidades piauienses, representaram o importante papel de outro ciclo econômico para a formação do território brasileiro, o da borracha no Norte do país. Belém (PA), apesar de já possuir vários bens isolados e alguns conjuntos urbanos tombados desde a década de 1940, teve a sua centralidade reconhecida como patrimônio apenas em 2011, com o tombamento da Cidade Velha e Campina, integrando esses bens tombados anteriormente. Serra do Navio (AP) já representou um segundo momento da ocupação do norte do Brasil com a exploração do manganês, o que conferiu à cidade amapaense um conjunto singular em relação aos tradicionais tombados, composto por instalações industriais, portuárias, ferroviárias, além das urbanas (IPHAN, 2008d; 2011b; 2012b).

Outro destaque do período foi o tombamento de Santa Tereza (RS), que retomou a série temática da imigração estreada por Antônio Prado (RS). No que se referia à temática da imigração, o Parecer de Tombamento do Conselheiro Relator destacou:

Não é mais a Itália, não é mais Alemanha, nem a Polônia e nem Portugal. É diferente do que foi na sua terra natal e diferente do solo bruto que encontraram no final do século XIX. Estamos tratando de algo novo, do resultado de todos estes povos reunidos, uma mistura que contribuiu para o surgimento de uma nação nova, rica pela sua diversidade cultural, que é o Brasil. (IPHAN, 2010a, p. 149)

Assim, o reconhecimento de Antônio Prado (RS), em 1990, e de Santa Tereza (RS), em 2010, marcou de vez a presença na matriz imigrante do

século XIX como parte do mosaico que constitui a identidade cultural brasileira no que se refere às cidades-patrimônio, esforço que se soma aos inventários e tombamentos de bens da imigração em Santa Catarina e no Vale do Ribeira em São Paulo, só para citar dois exemplos.

Já o tombamento das cidades de Cáceres (MT) e Jaguarão (RS) tem em suas posições geográficas o principal elemento de valoração, pois representaram a consolidação do território português na América em detrimento dos espanhóis, o primeiro no pantanal e o segundo na bacia do Rio da Prata no sul do Brasil, entre a Argentina e o Uruguai (IPHAN, 2010c; 2011b).

Por fim, mas não menos importante, ocorreram os tombamentos de São Felix (BA) e São Luiz do Paraitinga (SP) como reconhecimento de erros cometidos nos períodos anteriores. O primeiro se referiu a uma revisão de atribuição de valor que reconheceu Cachoeira (BA) como patrimônio cultural nacional em 1971 e excluiu São Felix (BA), cidade situada na outra margem do Rio Paraguaçu, parte da mesma realidade citadina e regional, e que teve sua primeira solicitação de tombamento realizada, em 1987, negada pelo instituto federal (IPHAN, 2010c).

Já São Luiz do Paraitinga se insere em uma realidade particular de São Paulo. Segundo Almeida (2014), neste estado o Iphan optou como estratégia fortalecer o órgão de preservação estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat). Assim, mesmo havendo a clareza de que São Luiz do Paraitinga possuía atributos para ser reconhecida como patrimônio nacional a partir de inventários realizados na década de 1950, o que resultou no tombamento de um bem isolado na cidade, o instituto federal optou por delegar o tombamento ao conselho estadual por entender que o período econômico do café estaria, do ponto de vista nacional e da integridade estético-estilística, melhor representado por Vassouras (RJ) (informação verbal)¹⁰. Desta forma, se entende que a Superintendência de São Paulo delegou ao Condephaat sua principal atribuição, a de preservação e gestão do patrimônio em detrimento de um trabalho menos conflitante,

10. Informações concedidas por Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Iphan entre 2006 e 2012, em entrevista ao autor (São Paulo, julho de 2014).

o da pesquisa. Em 2007, nessa nova conjuntura política, o Depam entende que São Paulo não poderia continuar fora do mapa das cidades-patrimônio, então se iniciam os estudos para o tombamento de Iguape e são retomados os de São Luiz do Paraitinga¹¹(IPHAN, 2009d; 2010c).

Do posto de vista geográfico, a Figura 5 mostra que esse expressivo número de tombamentos se concentrou em unidades da federação onde, historicamente, o Iphan ainda não havia tombado cidades, com destaque para o Norte do país – com os estados do Amazonas, Amapá e Pará –, estados do Nordeste ainda não representados – como Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba –, São Paulo, no Sudeste e a ampliação da representação do Paraná e do Rio Grande do Sul, na região Sul. Desta forma, os dados mostraram um movimento no sentido de diminuir as disparidades regionais da representação do patrimônio cultural brasileiro, ou pelo menos das cidades-patrimônio, o que foi, como exposto, resultado de uma política de Estado, ou melhor, de gestão.

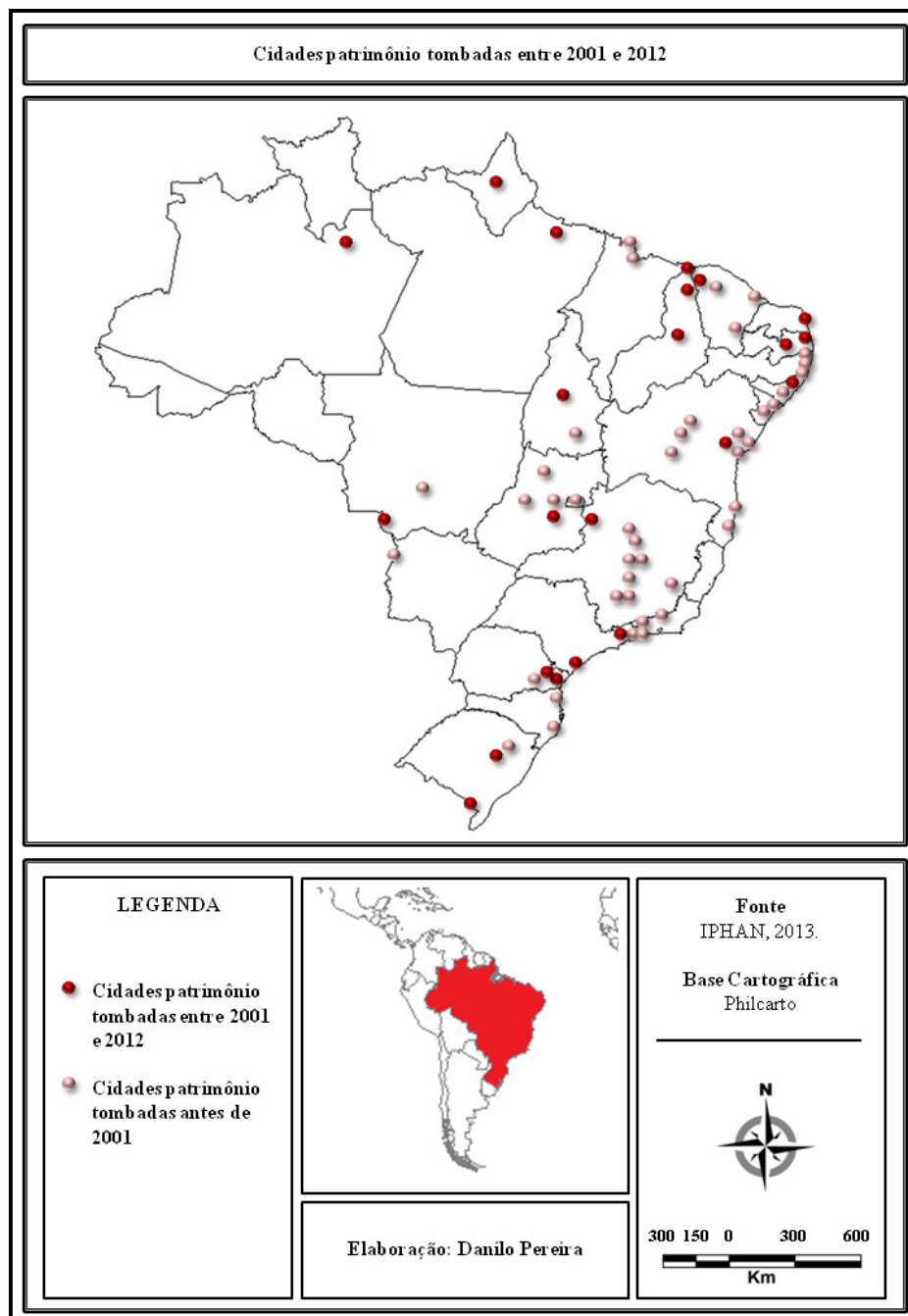
As políticas de patrimônio precisam ser capazes de dialogar com as demandas sociais. Para Almeida (2014), o Brasil de hoje é bem diferente daquele dos anos 1930. A noção de patrimônio mudou, a inserção do Iphan na sociedade mudou, e as políticas públicas mudaram, tudo acompanhado de um novo pensamento em relação ao Brasil, pensamento que seria capaz de conferir às políticas patrimoniais um novo papel. O Brasil não possui uma política integrada de leitura sobre o território, onde se poderia, por exemplo, definir quais rios abrigarão hidroelétricas e quais não. Esse tipo de questionamento só é respondido quando são elaborados os projetos e é solicitado o parecer referente ao impacto cultural e ambiental. Assim, o Iphan, com essa política centrada na compreensão da ocupação do território, poderia auxiliar na leitura mais ampla em relação às políticas públicas (informação verbal)¹².

11. Vítima do maior desastre em área protegida por sua relevância cultural da história do Brasil, São Luiz teve seu centro histórico devastado pela maior cheia já registrada do Rio Paraitinga, em 2010. Esse momento de crise acelerou o processo de tombamento, uma vez que o reconhecimento federal era necessário para justificar os investimentos de recursos públicos federais na recuperação dessa cidade-patrimônio.

12. Informações concedidas por Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Iphan entre 2006 e 2012, em entrevista ao autor (São Paulo, julho de 2014).

FIGURA 5

Mapa das cidades-patrimônio tombadas entre 2001 e 2012.
 Fonte: IPHAN, 2013.
 Fotografia do autor, 2013.



Almeida (2014) destacou ainda que, no que se refere às cidades-patrimônio, observa-se um esforço em ampliação do estoque patrimonial justificado pela percepção de que o processo de desenvolvimento brasileiro está acontecendo em todo o território nacional, não estando mais concentrado em determinadas regiões. Assim, todo o país passou a sofrer pressões que demandam das instituições de preservação do patrimônio que, de um lado, garantam a preservação desses bens frente aos processos especulativos e, de outro, correspondam à nova visão de patrimônio cultural adotada a partir dos anos 1980 (informação verbal)¹³.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se neste texto como a noção de cidade-patrimônio veio se renovando desde 1937, com destaque para as ações empreendidas a partir do século XXI, quando se passou a reconhecer os fragmentos do espaço urbano como capazes de explicar o processo de ocupação do território brasileiro a partir dos principais ciclos econômicos, eventos históricos, produção artística e as formações geográficas do território brasileiro, superando a visão da cidade concebida apenas como monumento ou documento.

A partir dos anos 1980, o Iphan buscou trabalhar com o caráter antropológico da noção de patrimônio, passando a reconhecer bens representativos de diversos grupos formadores da nação, ao propor a reelaboração da dicotomia erudita/popular e conferir status de patrimônio histórico e artístico à produção dos contextos populares e das etnias indígenas e afro-brasileiras. No que se refere aos tombamentos das cidades-patrimônio, a prática de seleção que até então se referia aos critérios estéticos, passou a ser fundamentada pelos valores históricos dos bens e pelo entendimento de processos históricos. Contudo, tais inovações não conseguiram sobreviver ao neoliberalismo e ao desmanche institucional pelo qual passaram os órgãos de cultura nos anos de 1990, fazendo com que tais discussões do campo teórico e metodológico resultassem em poucas práticas à época.

O início do século XXI foi marcado por um esforço em redimensionar a presença do Iphan em todo o país, buscando formar um conjunto

13. Informações concedidas por Luiz Fernando de Almeida, presidente do Iphan entre 2006 e 2012, em entrevista ao autor (São Paulo, julho de 2014).

coerente de cidades-patrimônio capazes de concatenar a formação do território brasileiro. Desta forma, foram retomadas as práticas discursivas e metodológicas da década de 1980, com destaque para a participação social, a aplicação de inventários de conhecimento, a noção de referência cultural, a metodologia de leitura da ocupação do território e o tombamento como instrumento de planejamento. É necessário destacar que tais questões foram resgatadas com uma maior amplitude, agora em escala nacional.

Nesta perspectiva, propôs-se neste artigo a concepção da cidade-território, fragmento do espaço capaz de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a sua formação geográfica natural. Assim, pretende-se atribuir valor, coerência, complementaridade e coesão às cidades-patrimônio tombadas, tanto entre os tombamentos atuais, como entre estas e as cidades-patrimônio tombadas nos períodos anteriores.

A partir dessa perspectiva, e tendo em vista que o século XXI foi marcado por um grande aumento do número de tombamentos de cidades, ainda é possível afirmar que no Brasil se tombou pouco. Em um grande número de cidades brasileiras ainda é possível ouvir lamentos sobre o muito que se perdeu dos referenciais materiais de identidade cultural nas últimas décadas, sejam estes arquitetônicos, naturais ou de suportes físicos das relações sociais cotidianas.

Desta forma, a preservação das cidades-patrimônio ainda coloca desafios, e é preciso manter um debate que vá além do equacionamento das questões estéticas e históricas e que abarquem as questões culturais em sua total amplitude, partindo de novas premissas. É necessário continuar destacando a relação com o território, que tantas vezes explica a existência e a evolução das cidades, relação esta que se constitui como uma dessas novas premissas, assim como a valorização das evidências dos ciclos econômicos, dos eventos históricos, as formações geomorfológicas e o patrimônio natural. A arte e a cultura precisam ser entendidas como uma dimensão maior destes lugares e das sociedades que as produzem, aumentando, assim, o caráter estratégico da preservação das cidades-patrimônio como fator de desenvolvimento social e econômico no século XXI e, sobretudo, é necessário que políticas como as de “aumento do estoque patrimonial” e as de “melhoria da representatividade do patrimônio

cultural”, apreendidas nos primeiros anos do século XXI, tenham continuidade para que possamos alcançar a democratização do patrimônio cultural e para garanti-lo como um direito social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. A *questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BRASIL. Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de junho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, jul. 1933.

_____. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, nov. 1937.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FIGUEIREDO, V. G. B. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas. 2014. 542 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Parecer do Conselho Relator do Tombamento de Laguna. Brasília: Iphan/MinC, 1985.

_____. Ata da 38ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Ata da 46ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2008a.

_____. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2008b.

_____. Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. São João del-Rey, 2009.

_____. Ata da 63ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Culturais – IPHAN. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. Ata da 65ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. Ata da 66ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2010c.

_____. Relatório de uma Gestão: 2006-2010. Brasília: Iphan/MinC, 2011a.

_____. Ata da 67ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Rio de Janeiro, 2011b.

_____. Ata da 74ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN. Brasília, 2012.

MENESES, U. B. A psicologia social do campo do patrimônio material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, p. 283-290, jan/dez. 1996.

MICELI, S. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 22, p. 44-47, 1987.

MOTTA, L. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990*. 2000. 173f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, D. C. *Cidades patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação do patrimônio no Brasil*. (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PORTA, P. *Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000/2010)*. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANT'ANNA, M. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. 283f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

_____. *A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. 415f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. 2006. 293f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; CORRÊA, R. L; GOMES, P. C. C. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

HAESBAEST, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: *Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*. Porto Alegre: UFRS, 2004. p.1-20.

_____. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2013.

VIEIRA FILHO, D. *Ideias e anotações sobre o patrimônio cultural brasileiro: uma nova abordagem para a construção de redes de patrimônio cultural e para a gestão das cidades históricas brasileiras*. Brasília: 2009.

_____. Textos de trabalho. Brasília, 2011.

Artigo recebido em: 24/02/2016

Artigo aprovado em: 23/06/2016

A ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS E SUA POSSÍVEL VALORAÇÃO COMO PATRIMÔNIO

NÍVEA MUNIZ VIEIRA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e especialista em Patrimônio pelo Programa de Especialização em Patrimônio (PEP-IPHAN), com Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: niveamuniz@yahoo.com.br.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p71-102>

A ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS E SUA POSSÍVEL VALORAÇÃO COMO PATRIMÔNIO¹

NÍVEA MUNIZ VIEIRA

RESUMO

Em sua organização espacial atual, os bens industriais nos informam sobre o quadro sociopolítico-econômico a partir da recuperação de sua memória, permitindo compreender seu processo de produção. Suas histórias estão registradas nos vestígios de um passado-presente. São materialidades carregadas de sentidos pelos valores a elas atribuídos. No artigo que segue, procuramos discutir o patrimônio ferroviário como parte do chamado patrimônio industrial. Caminhamos no sentido de produzir uma atribuição de valor à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), estudando as transformações da ferrovia e de seu entorno no espaço e no tempo. Trabalhamos com um recorte mais específico ao analisar a importância desta estrada de ferro para o município de João Neiva. A escolha da Estrada de Ferro Vitória a Minas como objeto de estudo passa pela reflexão e apontamento de aspectos a serem considerados na valoração patrimonial do patrimônio ferroviário, independentemente, de sua instância de preservação (federal, estadual ou municipal).

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio industrial. Espírito Santo. Ferrovias. Estrada de Ferro Vitória a Minas.

1. Este artigo foi elaborado a partir da continuação da pesquisa realizada junto ao Iphan no momento da Especialização em Patrimônio, quando tivemos a oportunidade de trabalhar com a arquiteta Jurema K. E. Arnaut (atual diretora do Centro Regional de Capacitação em Gestão do Patrimônio – Centro Lúcio Costa/IPHAN) e com o geógrafo Rodrigo Valverde (atualmente, professor do Departamento de Graduação e de Pós-graduação em Geografia da USP).

THE VITÓRIA-MINAS RAILWAY AND ITS POSSIBLE VALUATION AS HERITAGE

NÍVEA MUNIZ VIEIRA

ABSTRACT

In its current spatial organization, recovering industrial goods recovers an economic, social and politic framework, which allows us to understand their production process. Their stories are recorded in the vestiges of a past-present. They represent a materiality loaded with meanings given by values assigned to them. In this article, we discuss the railroad heritage as part of the so-called industrial heritage. We have assessed the value of the Vitória-Minas Railway (EFVM) by studying the railway transformation, as well as its environment's, through space and time. We work with specific focus on analyzing the railway's importance to the city of João Neiva. The choice of the Vitória-Minas railway as this study's subject passes through reflection and pointing aspects to be considered in the heritage valuation of railroad heritage, regardless of its preservation instance (federal, state or municipal).

KEYWORDS

Industrial heritage. Espírito Santo. Railways. Vitória-Minas Railway.

1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização *stricto sensu* ocorreu no Brasil depois de 1930. Entretanto, um parque industrial inicial começou a ser formado antes desta década através de elementos que devemos considerar ao analisar o crescimento industrial brasileiro (SAES, 2009). De acordo com o autor, os primeiros relatos de produção industrial no Brasil datam do século XVIII para o XIX. Trata-se, na verdade, de uma fase de protoindustrialização marcada por uma produção manufatureira. Foi em meados do século XIX que um novo contexto político e econômico fomentou a formação de indústrias mais representativas qualitativamente e quanto à capacidade produtiva. Cidades como Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) passaram a formar suas primeiras grandes indústrias. Eram poucas companhias, mas já buscavam incorporar maquinário e atender ao comércio local com produtos têxteis (SAES, 2009). É o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, que se estabeleceu no tempo e no espaço de maneira heterogênea, diferenciando-se nas distintas regiões do país.

Os sistemas de transporte no Brasil foram instalados, sobretudo, em função das necessidades e dos interesses dos países industrializados, antecedendo à industrialização propriamente dita (SILVA, 2008). Surgiram investidores interessados no desenvolvimento de estradas de ferro e na ampliação da infraestrutura, visando ao incremento do crescimento econômico.

Apenas em 1835 surge a primeira lei que autoriza a concessão de implantação de ferrovias no Brasil, tendo Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, como um dos seus grandes incentivadores. O primeiro trecho ferroviário só foi inaugurado em 1854, com o início do funcionamento da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e a Estrada de Ferro Petrópolis, conhecida como Estrada de Ferro Mauá. Como bem coloca Silva (2008), examinando o conjunto das empresas que se estabeleceram no Brasil a partir de 1860 até o final do século XIX, é característico o predomínio do capital inglês e sua estreita vinculação às atividades exportadoras, tendo as estradas de ferro como símbolo. O café, base para a industrialização brasileira, foi desenvolvido especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e em algumas áreas de Minas Gerais. As ferrovias e os portos usados para o transporte do café passaram a fazer parte do setor industrial *a posteriori*.

É assim que em um processo de modernização e de industrialização cujo marco foi a instauração de ferrovias, dois momentos fundamentais se fazem notar. O primeiro, data do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando a indústria brasileira ganhou impulso. Negociando com países estrangeiros as concessões de tecnologia necessárias para fomentar a indústria nacional, Vargas se apoiou nas estradas de ferro para escoar a produção das indústrias de transformação que surgiam no país. Um segundo período, já no governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960), foi marcado pela ampliação do parque industrial brasileiro e pela alteração do grau de importância das ferrovias. A partir da efetivação de uma nova política de abertura econômica para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais, sobretudo, montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys), as ferrovias perderam importância em favor das rodovias.

A partir da segunda metade do século XX, houve a instauração de um novo momento na história econômica e política mundial: referimo-nos à década de 1970, que marcou este processo de reestruturação capitalista no mundo. Tal processo decorreu, sobretudo, do avanço e da ampliação dos meios de transporte e de comunicação, viabilizando a flexibilização e a diversificação dos mercados, com reflexos nas relações sociais e culturais. Nas décadas seguintes, a industrialização brasileira continuou a crescer com altos e baixos e considerável nível de dependência de outros países.

Porém, a rede ferroviária, que havia desempenhado papel fundamental na industrialização brasileira, foi pouco a pouco perdendo importância ou mesmo sendo abandonada. Nesse processo de perda da função econômica e social da antiga rede ferroviária, todo um conjunto de relações entre cultura e técnica e entre povoamento e economia foi deixado de lado, dando espaço para a reconstrução de novos valores e sentidos para a ferrovia.

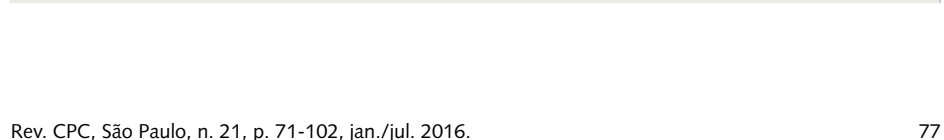
A ferrovia é o símbolo da industrialização e da chegada da modernidade no Brasil e, apreendida como um sistema, pode ser valorada como patrimônio industrial, o que se dará ou não conforme suas especificidades e grau de importância. Introduzimos aqui a ideia de patrimônio industrial como um conjunto de materialidades produzidas socialmente em determinado modo de produção industrial. São materialidades carregadas de sentido pelos valores imateriais a elas atribuídos (VIEIRA, 2009 e 2015). Vale ressaltar que não restringimos a noção de patrimônio industrial ao patrimônio ferroviário e vemos o patrimônio ligado à ferrovia como um conjunto, um sistema formado por uma interação de elementos que formam um todo articulado e complexo.

Em se tratando de um estudo de identificação no campo do patrimônio industrial, nosso objeto de estudo é a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que tem no transporte do minério de ferro a sua principal função, mas que também é uma das pouquíssimas ferrovias brasileiras a manter até hoje o trem de passageiros. Nosso objetivo é discorrer acerca da importância desta estrada de ferro para os seis municípios por ela ligados no estado do Espírito Santo: Cariacica, Fundão, Ibirapu, João Neiva, Colatina e Baixo Guandu. Identificando-a como patrimônio industrial, tratamos da implantação da EFVM em seu trecho no Espírito Santo e de suas consequências para a organização espacial atual, enfocando permanências e, principalmente, mudanças provocadas pelo seu estabelecimento em 1904.

Referimo-nos às possíveis reorganizações espaço-temporais e aos seus desdobramentos em sua hinterlândia, que denominamos área sob influência da EFVM no estado do Espírito Santo. Indicamos, sob um panorama geral, a influência da ferrovia na configuração espacial de seu entorno no que tange às dimensões cultural-simbólicas, econômicas e políticas, que incluem o desenvolvimento de cidades, de infraestruturas, da dinâmica populacional, de práticas sociais que, simultaneamente, comandam e são

A seleção do estado do Espírito Santo como área de estudo (Figura 1) foi orientada, principalmente, pelo pequeno número de bens e de tipologias tombados, todos concentrados no sudeste do estado, fator instigante para a investigação dos motivos que teriam orientado uma seleção tão restrita. A importância da Estrada de Ferro Vitória a Minas tem expressão na logística de escoamento de produtos brasileiros, destacada por sua eficiência e por suas interconexões com importantes rodovias e portos no Espírito Santo e no território nacional.

Estações da EFVM,
Minas Gerais e Espírito
Santo. Fonte: Vale -
Guia para passageiros
da EFVM (2009).



Tendo em vista essas questões, o estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e de fontes documentais nos acervos da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Noronha Santos/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Biblioteca da Vale, localizadas no Rio de Janeiro, além de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir do trabalho de campo (2009), tivemos a oportunidade de pesquisar, ainda, nos arquivos da Superintendência do Iphan no Espírito Santo (Iphan/ES) e em instituições como a Biblioteca do Museu da Vale (Vila Velha), a Biblioteca Pública Estadual e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), localizados em Vitória. O trabalho de campo viabilizou o levantamento de informações através da realização de entrevistas e do reconhecimento do objeto estudado.

Listamos, como objetivos, a ampliação da noção de patrimônio, passando por uma discussão acerca do quadro de bens tombados em nível federal no estado do Espírito Santo e a identificação da EFVM como patrimônio industrial, construindo um olhar sobre o processo de conhecimento e de atribuição de valor sobre esse patrimônio. Para tanto, articulamos os conceitos de patrimônio industrial, técnica e espaço para construir um entendimento sobre a EFVM e o seu entorno.

Buscando a contextualização do processo de implantação da EFVM, apresentamos o estudo de caso do município de João Neiva, enfatizando a ocupação do espaço, o desenvolvimento da cidade e a sua decadência. Procuramos analisar as transformações gerais ocorridas a partir da chegada dos trilhos da EFVM na área, o seu impacto nas relações sociais estabelecidas, as suas oficinas de manutenção de trens e a luta por sua permanência. Pensando o patrimônio de maneira articulada no tempo e no espaço, indicamos um possível caminho para reconhecer a EFVM e alguns dos bens a ela relacionados como patrimônio.

2 PATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

No estado do Espírito Santo, a influência dos imigrantes, sobretudo alemães e italianos, perpassa as construções e se integra aos costumes locais, delineando uma nova cultura para o estado. Contudo, é a arquitetura jesuítica, uma das marcas da identidade nacional construída

pelos intelectuais modernistas brasileiros ligados ao Sphan, que estará representada na pequena série de bens tombados no estado, fator que justifica a seleção do Espírito Santo como área de estudo. Como afirma Lucena (2007) e podemos observar na Figura 2, apenas três dos monumentos tombados são “não religiosos”², sendo exemplares da arquitetura rural e da arquitetura urbana colonial. Portanto, todos os 13 bens tombados em nível federal limitam-se ao período colonial brasileiro, e estão localizados na região sudeste do Espírito Santo. No que tange à área de estudo mais especificamente, o povoamento e a colonização foram consequência direta da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (VALVERDE, 1961; OLIVEIRA, 1975).

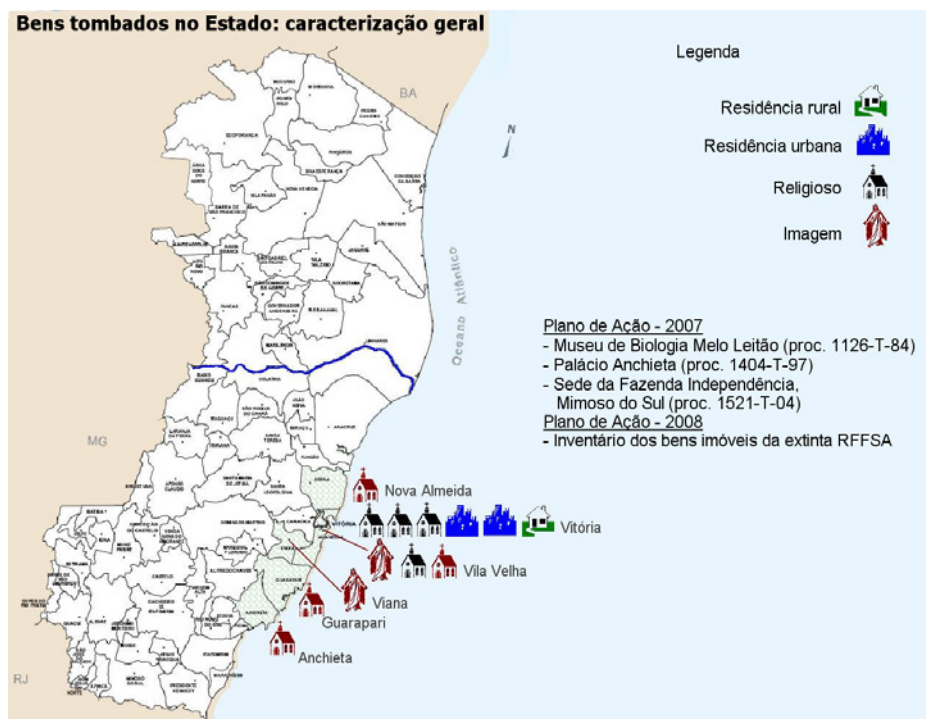
Entendemos que, até hoje, não houve uma ruptura total com as antigas práticas de seleção e atribuição de valor patrimonial. Ressalvamos, contudo, que falar em *pedra e cal* ou em *referência cultural*, para nós, não é tratar de blocos monolíticos e independentes. Nos bens culturais, os valores se intercomunicam como a própria cultura (LARAIA, 2005). Assim, há atuações, posicionamentos e tombamentos que podem até contradizer o que foi definido como regra na atuação dos grupos. As transformações na atuação institucional respondem de distintas maneiras a determinadas conjunturas de um processo, que é, ao mesmo tempo, contínuo e heterogêneo.

Em se tratando do patrimônio industrial, segundo Kühl (2008), o desenvolvimento ferroviário teve seu impulso na terceira década do século XIX na Europa e nos Estados Unidos e passou a ter mais vigor a partir de meados do século, apresentando significativo crescimento. O advento da ferrovia foi responsável por transformações em todo o sistema de transportes, assim como na vida das cidades, influenciando a configuração de territórios inteiros em vários países ao alterar a relação com o meio natural.

2. É importante destacar, contudo, que em nenhum dos tombamentos de bens religiosos foi sublinhado o valor do bem como espaço de culto. O primeiro tombamento com este caráter foi o do Terreiro da Casa Branca, na Bahia, em 1983.

FIGURA 2

Bens tombados
no Espírito Santo.
Elaborada por Adler
Homero de Castro e
Nívea Muniz Vieira
(2011).



Nesse processo, as estradas de ferro originaram um novo tipo arquitetônico, notabilizado no Brasil pelo emprego de estruturas metálicas, que resultaram ainda na construção, por exemplo, de estações, de armazéns, depósitos e oficinas de locomotivas. A industrialização em larga escala impulsionou as ferrovias que, por sua vez, foi impulsionada por elas e, de modo adicional, as ferrovias também favoreceram a experimentação de novas técnicas. A dificuldade em adaptar as linhas ferroviárias aos acidentes naturais do terreno, como declividade e curvas acentuadas, obrigou a construção de numerosos viadutos, túneis e pontes e a criação de arranjos espaciais próprios às áreas onde as ferrovias estavam sendo implantadas. Assim, podemos identificar um antes e um depois de um espaço a partir da implantação de uma estrada de ferro como a EFVM.

Nesse contexto, vale destacar a importância do ferro como material de base para a construção de objetos a partir da Revolução Industrial. O ferro desempenhou papel fundamental nas transformações que ocorreram

a partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX em numerosos setores: na construção, na confecção de variados tipos de máquinas, tomando parte no processo de produção de inúmeros produtos industrializados, e em um novo meio de transporte, o ferroviário, sendo empregado em trilhos, em locomotivas e vagões, em edificações, o que levou a mudanças em todas as interrelações entre regiões e países (KÜHL, 1998).

No entanto, o maior apreço pela arquitetura industrial em geral e pela arquitetura do ferro em particular é recente. Os discursos mais frequentes de especialistas viam neste tipo de arquitetura o símbolo máximo daquilo que destruía o que havia de mais tradicional, de mais excepcional na identidade nacional: o trem, o ferro e a indústria constituíam a verdadeira antítese da prática patrimonial em seus primórdios. Frente ao discurso da modernidade e do progresso, antepunha-se a defesa de formas e valores que simbolizavam raízes profundas e imateriais de um passado mítico (KÜHL, 1998). Nesse contexto, muito do interesse que existe hoje pelo patrimônio industrial e a importância que passou a ser dada ao tema decorrem das reflexões geradas posteriormente à demolição de vários edifícios que o tempo tornara relevantes, como a Estação Euston, em Londres, demolida em 1962, e o Mercado Municipal do Rio de Janeiro no Brasil, posto a baixo na década de 1950.

Desde os anos 1960, a ampliação cada vez maior e mais significativa do que é considerado patrimônio histórico a salvar e restaurar levou, além de outras mudanças, à abrangência de construções industriais, alargando-se não só a tipologia de bens considerados como patrimônio como a sua abordagem: o patrimônio histórico passou a ser considerado não apenas como testemunho de gerações passadas, mas também como estando inserido e abrangendo os valores sociais e econômicos da atualidade (KÜHL, 1998, p. 208). Percebeu-se que, quando testemunhos arquitetônicos do processo de industrialização foram demolidos devido à sua obsolescência funcional, ao crescimento das cidades e à pressão especulativa imobiliária, uma parte importante dos conhecimentos, valores e símbolos foram perdidos.

Desde então, várias disciplinas têm voltado seu instrumental teórico e metodológico para a compreensão do processo de industrialização brasileira: filosofia, economia, sociologia, história e geografia, entre outras. Assim, o interesse pela identificação e valorização do patrimônio

industrial brasileiro tem sido incrementado nos últimos anos (THIESEN, 2006). Os intercâmbios se multiplicaram por meio de várias reuniões científicas, nacionais e internacionais, contando com organizações dedicadas somente a este fim, como o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), criado em 1978. Vale destacar ainda os recentes esforços de cooperação desenvolvidos entre o TICCIH e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). A Unesco criou ainda grupos específicos para a definição de critérios e a elaboração de estudos para a inclusão do legado da industrialização na lista do patrimônio industrial. Durante o congresso internacional realizado em 2003 pelo TICCIH, na Rússia, foi redigida e aprovada a Carta de Nizhny Tagil sobre patrimônio industrial, que evidenciou a importância da herança da industrialização, além de mencionar temas relacionados a sua preservação (KÜHL, 2008)³.

Apesar de ainda serem constantes as investidas contrárias a sua preservação, têm sido significativos os esforços para definir e conhecer o patrimônio resultante do processo de industrialização, tendo como meta determinar “por que e o que preservar” (KÜHL, 2008). Conforme a autora, já em suas origens, a discussão acerca do patrimônio industrial esteve vinculada também à arquitetura ferroviária.

No campo da arquitetura, o interesse pela preservação do patrimônio industrial, desde seus primórdios, voltou-se para o “conjunto de bens que se articulam ao processo de industrialização como um todo, procurando conhecer e tutelar as especificidades de cada um deles” (KÜHL, 2008, p. 40). Um ponto a ser notado é que os “monumentos da industrialização” se referem não só à arquitetura dos edifícios relacionados com as unidades de produção, mas a todos os edifícios que podem compor um conjunto industrial — fábrica, residência, enfermaria, escola. Além destes, as unidades de produção de energia e os meios de transporte, dentre outros, devem ser

3. Mais recentemente, encontros voltados à discussão sobre preservação do patrimônio industrial têm sido realizados no Brasil. Podemos citar alguns: o I Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial (2004); o II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial (2009); o II Seminário sobre Patrimônio Agroindustrial (2010); o VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial (2012); e os Seminários Nacionais sobre patrimônio ferroviário, organizados pelo Iphan (em Minas Gerais, em 2009; no Paraná, em 2013).

estudados de acordo com os tipos de atividade produtiva. São todos elementos históricos decorrentes do processo de industrialização.

Segundo Thiesen (2006), a arqueologia industrial deve ser apreendida como o estudo das transformações socioeconômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria, a partir da interpretação das suas evidências materiais. Assim, defende que a arqueologia industrial, na verdade, deveria ser chamada de “arqueologia da industrialização”, tendo em vista, inclusive, que um dos objetivos deste ramo da arqueologia é situar o monumento em seu contexto social e econômico em sua relação com a história da técnica. Em linhas gerais, a arqueologia industrial nos tem fornecido elementos para inferir uma definição de patrimônio industrial.

Para Kühn (2008), falar de patrimônio industrial pressupõe que tenham sido feitos estudos e que se tenha identificado os bens que possuem interesse para a preservação. A arqueologia industrial, assim, põe em evidência todo o legado da industrialização, sendo ou não instituído como bem cultural. A organização da indústria, ocorrida no bojo do avanço do sistema capitalista mundial, foi responsável por uma intensa reordenação da sociedade, atingindo os mais diferentes níveis em tempos distintos, o que nos remete ao conceito de espaço geográfico. Neste sentido, acreditamos que a discussão sobre o patrimônio industrial relativo à EFVM e, sobretudo, a sua própria identificação como tal, configuram-se pela ligação entre a materialidade e a imaterialidade, entre forma, função, estrutura, processo e valor, entre o local e o nacional, e não apenas como um objeto pronto, monodimensional e/ou natural. Considerando a complexidade de sua organização espacial, o estudo da EFVM possibilita justamente esse esforço reflexivo sobre o patrimônio industrial ao colocar lado a lado diferentes processos.

Kühn (1998), apoiada em Andrieux (1992), associa o conceito de patrimônio industrial à busca de dados em fontes escritas familiares à história e ao trabalho de campo, provindo da arqueologia, aplicando-se a todos os tipos de atividade industrial da humanidade, não impondo limites cronológicos. O estudo dos sítios industriais, dos vestígios deixados por qualquer atividade industrial, ou mesmo de um monumento industrial, é um campo multidisciplinar privilegiado que compreende a análise de tipo e distribuição no espaço das edificações, o estudo dos vestígios materiais,

de documentos escritos, de testemunhos orais, levantamento e documentação e a preservação. Neste aspecto, patrimônio industrial não se refere apenas à arquitetura de edifícios para uso industrial, mas também à arquitetura de edifícios construídos com materiais industrializados.

De acordo com Kühl (1998), o patrimônio industrial é uma grande questão da atualidade no campo da preservação, abarcando estruturas, muitas vezes, sem função hoje, ou com uma função distinta da que tinha quando criado. Enfatizando esta problemática, inferimos que o patrimônio industrial é um conjunto de materialidades produzidas socialmente em determinado tipo de produção industrial “com ou sem função” atual. Trata-se de materialidades carregadas de sentido pelos valores a elas atribuídos, construídos pelo exercício de nosso olhar sobre sua formação (constituição), percepção (apreensão pelos sentidos) e concepção (criação pela imaginação, invenção). Podem ser considerados exemplos de patrimônio industrial: ferrovias (os trilhos que as compõem, suas locomotivas, suas estações como um todo), oficinas, pontes, depósitos, túneis, minas, reservatórios d’água, aviões, aeroportos, rodovias, portos, fábricas, assim como todo o maquinário, instrumentos e os demais elementos que os compõem.

Partindo dessa definição, compreendemos que a EFVM pode ser valorada como patrimônio industrial do tipo ferroviário, considerando-a em seu sistema de funcionamento. Esta consideração resulta da observação da importância de sua implantação, tendo em vista as transformações provocadas em sua área de influência, incluindo aí construções que lhe estão associadas, como depósitos, oficinas e estações (VIEIRA, 2009 e 2015).

3 A ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS

A EFVM referencia um momento, uma técnica, que data e expressa o período de industrialização brasileira e do Espírito Santo, de forma mais específica. A EFVM pode ser entendida como um objeto em seu sistema de funcionamento, objeto este que identificamos como um bem, como patrimônio industrial. Pinto (2005) assinala que a técnica pode ser entendida como a união da máquina e do método ou, quando concretizada em um objeto ou aparelho atuante sobre os corpos, como a união da forma e do conceito. Santos (2006) discute a técnica, incluindo a dimensão socioespacial a partir do meio técnico-científico-informacional.

A dimensão socioespacial é essencial no estudo da sociedade e de sua própria reprodução, tendo em vista que o espaço é um produto social (LEFÉBVRE, 1994). Há distintos ritmos e ininterruptos movimentos, pois a produção do espaço é processual. Segundo Lefévre (1994), o espaço compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas políticas, constituindo-se na expressão material e imaterial das relações sociais. Como um híbrido, o espaço formado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e sua área de influência se constituem a partir do cruzamento de “coisas” diferentes. É a forma-conteúdo, que não pode ser considerada apenas como forma, nem meramente como conteúdo. A ideia de forma-conteúdo liga o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social (SANTOS, 2006).

Conforme estudo da Fundação João Ribeiro (1976), a região cortada pela EFVM apresentou características diferentes de todas as outras do Espírito Santo. Na década de 1970, concentrando os maiores contingentes populacionais e os mais significativos centros urbanos, vinculou-se à zona metalúrgica de Minas com a função de escoadouro de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVDC) e de importação de carvão mineral para as grandes siderúrgicas: Colatina, Linhares e Vitória foram destacadas como subáreas de significativa importância. As subáreas foram identificadas a partir da existência de um centro urbano que, de alguma maneira, pudesse comandar a organização espacial e que representasse relações com níveis hierárquicos inferiores dentro da subárea.

Com base em dados da década de 1970, detalhamos as subáreas a seguir. A subárea comandada por Colatina incluía Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana e Santa Tereza e tinha na agropecuária sua principal atividade econômica. A rede urbana era comandada por Colatina, servida pela BR-259, que liga Colatina à Vitória, e pela EFVM, que liga Colatina à Vitória e a Minas Gerais. A subárea representada por Linhares, somada a Aracruz e Ibraçu, situava-se a leste de Colatina, compreendendo o baixo vale do rio Doce. Apresentava uma ocupação recente à época da implantação da ferrovia, sendo a atividade agropecuária a mais importante, apesar de a atividade madeireira ter certa relevância. Esta subárea, em estruturação no período, apresentava uma rede urbana menos complexa, sendo Linhares o seu principal centro urbano. Por fim, a subárea de Vitória, que polarizava Alfredo

Chaves, Afonso Cláudio, Anchieta, Cariacica, Domingos Martins, Fundão, Guarapari, Santa Leopoldina, Serra, Viana e Vila Velha. Corresponhia ao setor sudeste da região do rio Doce, o sul de Vitória, que equivalia ao litoral e abrangia os municípios de Guarapari e Anchieta, tendo a atividade turística como uma das mais importantes e o setor oeste caracterizado pela atividade agrícola (VIEIRA, 2009 e 2015).

No que tange ao crescimento populacional relacionado à implantação da EFVM, o estudo da Fundação João Ribeiro (1976, p. 65) observou uma evolução populacional. Em 1970, a população da área sob influência da EFVM, considerando seu trecho total, isto é, do Espírito Santo a Minas Gerais, atingiu a marca de 2.955.965 habitantes, localizando-se 847.730 (28,68%) na área capixaba. Ainda que a população urbana tenha apresentado um ritmo de crescimento maior que o da população total, o processo de urbanização não se fez sentir com a mesma intensidade em toda a região. Considerável parte dos municípios, porém, apresentou altas taxas de crescimento populacional, demandando investimentos em infraestrutura. Ocorreu uma multiplicação dos pontos de concentração urbana da população, com o surgimento de novos núcleos urbanos e o aumento do tamanho populacional das cidades já existentes.

A área sob influência da EFVM deve ser compreendida como um sistema que interage com outros sistemas e, nesta concepção, é imprescindível, pelo menos, reconhecer a existência de relações de dependência inter e intrarregionais, embora sem abordar as particularidades do conceito de região. Consideramos que a área sob influência da EFVM no Espírito Santo corresponde aos seis municípios por ela cortados nos limites do estado, isto é, Cariacica, Fundão, Ibiraçu, João Neiva, Colatina e Baixo Guandu (VIEIRA, 2009 e 2015).

Destacando os dados de população para esse recorte espacial no que se refere ao censo demográfico de 2010, primeiramente, destacamos que a população do estado para 2010 alcançou o total de 3.514.952 e o total da área em estudo ficou em 533.619 habitantes. Observamos que Cariacica é o município que mais se destaca em número absoluto, apresentando uma população em 2010 de 348.738 pessoas, o que corresponde a 10% da população do Espírito Santo e a 65% da população total da área em estudo, podendo indicar a centralidade da área. Em seguida, observamos a expressividade

de Colatina, que, com 111.788 habitantes, representa 3% da população do estado e 21% da população total da área. Em seguida, com um contingente populacional abaixo de 30.000 habitantes, temos: Baixo Guandu (29.081); Fundão (17.025) João Neiva (15.809) e Ibiraçu (11.178).

Nessa perspectiva, chamamos a atenção para João Neiva. João Neiva tem apresentando um paulatino decréscimo econômico e populacional atribuído a um processo de decadência resultante da erradicação da estação outrora localizada no centro do município e da transferência das oficinas da EFVM para o Porto de Tubarão. Inclusive, a transferência das oficinas, ocorrida em 1990, levou ao deslocamento de trabalhadores, em alguns casos, como opção devido à distância do local de trabalho. O município apresentou, entre 2000 e 2010, um crescimento de 3%, sua população tendo passado de 15.301 para 15.809 habitantes, crescimento acima, apenas, do ocorrido em Baixo Guandu, dado que fortalece a conjuntura apontada e pode ressaltar a importância socioeconômica, política e cultural da EFVM e a sua polaridade na região.

Por essa ferrovia passam diariamente, em média, 40 trens de transporte de minério — uma carga equivalente a 300 mil toneladas —, 20 trens de cargas gerais e dois de passageiros. Um deles parte de Vitória, às 7 horas, com destino a Belo Horizonte, e o outro sai de Belo Horizonte, às 7h30min, com destino a Vitória.

Apresentados alguns dados sobre o contexto atual da EFVM, a seguir, tratamos do caso de João Neiva. O que se segue é uma tentativa de descrever e compreender as transformações espaço-temporais geradas a partir da implantação da EFVM em seu trecho localizado no estado do Espírito Santo.

4 A EFVM E O MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA

O Rio Doce sempre foi impenetrável em seu sentido ascendente, no norte do Espírito Santo. Por isso, a ocupação do território cruzado por ele ficou estacionada por muitos anos e somente tomou impulso com a ligação pelos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas à cidade de Colatina (1906). Em 30 de março de 1903, as estações da EFVM começaram a ser construídas. Com o avanço da linha, foram se fixando núcleos nas estações inauguradas, surgindo cidades e povoados no Espírito Santo e

em Minas Gerais, como Itapina (Lage), Baixo Guandu, Aimorés, Itueta, Resplendor e Cachoeirinha (Tumiritinga). Durante toda a sua existência como Companhia, a EFVM sobreviveu, algumas vezes precariamente, com uma renda auferida do transporte da produção agrícola da região, bem como do tráfego de passageiros. A ferrovia, voltada hoje, sobretudo, para o transporte de minério, deve sua sobrevivência e transformação (de regional para nacional) a essa produção agrícola que a amparou durante suas constantes crises financeiras (ROSA, 1985), bem como ao transporte de passageiros, serviço que nunca deixou de prestar.

João Neiva nasceu com a chegada dos trilhos da EFVM e a inauguração de sua estação ferroviária, em 20 de dezembro de 1905. A região onde se localiza João Neiva, na época em que as pontas dos trilhos chegaram, era constituída de pequenas colônias de imigrantes italianos, sendo que a única povoação existente ficava a seis quilômetros de distância, na sede do antigo Núcleo Demétrio Ribeiro. Após a inauguração da estação e das oficinas, foi surgindo ali um pequeno povoado, que em pouco tempo suplantou o da antiga sede. O povoado de João Neiva se tornou distrito em 1921 e, anos depois, em 1938, foi elevado à vila do município de Pau Gigante. *A posteriori*, foi desmembrado de Ibiraçu (RIBEIRO, 1992), tornando-se município em janeiro de 1989. Segundo o autor e de acordo com dados que colhemos em campo, João Neiva é um exemplo eloquente do desenvolvimento proporcionado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Importa destacar que o processo de formação e desenvolvimento do município tem como marcos a inauguração da estação de João Neiva e a posterior construção das oficinas que viabilizaram uma grande concentração de ferroviários em seu entorno. A partir de então, muitas outras pessoas chegaram à localidade, contribuindo para o aumento cada vez maior da população e viabilizando o desenvolvimento do comércio e de outras atividades. Desse modo, a EFVM seguiu cumprindo o papel ao qual estavam destinadas as estradas de ferro na época, de “poderoso fator de povoamento e progresso das regiões de sua influência” (RIBEIRO, 1992, p. 25).

Nos primeiros anos, antes da chegada dos trilhos em João Neiva e da construção de oficinas no lugar, todos os serviços de montagem e reparação de locomotivas, carros e vagões, além de outros, eram executados em uma oficina provisória instalada em Porto Velho, município de Cariacica,

estado do Espírito Santo. A função das oficinas era prestar serviços na reparação das locomotivas e do material rodante, assim como dos materiais e ferragens. Depois da inauguração da estação de João Neiva iniciou-se a construção de oficinas, que foram concluídas em 1908. No ano seguinte, as oficinas existentes em Porto Velho foram transferidas para João Neiva. Com o desenvolvimento da ferrovia, já em 1910, foi necessário aumentar o número de operários nas oficinas para atender às reparações anuais do material de tração e rodante e dos edifícios em geral. Logo nos primeiros anos de operação, as oficinas de João Neiva já realizavam importantes trabalhos, tanto na montagem de locomotivas, carros e vagões como também na reparação de todo o material rodante e de tração em circulação, além de outros serviços internos. Ao mesmo tempo, sofriam um contínuo processo de remodelação com a instalação de novas máquinas, estabelecimento de novas seções e ampliação de seu espaço físico para atender às exigências dos serviços

Durante a longa história das oficinas de João Neiva, os seus empregados e a população local conviveram com o fantasma de sua transferência. Ribeiro (1992) aponta dois fatores para justificar a paralisação das atividades das oficinas: 1) a mudança do traçado da ferrovia em 1947, com a inauguração do primeiro trecho do novo traçado, de Pedro Nolasco à Colatina, fez com que os trens deixassem de passar pelas velhas estações de Pendanga, Ibiricu, João Neiva, Acioli e Baunilha; 2) o advento das locomotivas diesel-elétricas, em 1954, levou a EFVM a uma nova era nos transportes, e as oficinas de João Neiva perderam parte de sua tradicional função, com a transferência de considerável número de funcionários para Porto Velho (Cariacica), em 1953.

Em abril de 1991, os empregados das oficinas de João Neiva iniciaram suas atividades em Tubarão, viajando de ônibus por conta da companhia. Em 25 de julho do mesmo ano, a locomotiva 185, que foi reparada naquelas oficinas, seguiu rumo a Vitória, concretizando-se o fim do tráfego de trem em João Neiva, o que se constituiu em um acontecimento de muita tristeza para a população. O jornal *A Voz do Monte Negro* registrou o episódio em editorial redigido por seu diretor, Hérculis Sarcinelli Fraga:

O apito final. Que tristeza sem fim! Que dor sem par! Ontem, dia 25 de julho de 1991, haja DEUS! A locomotiva que viera para João Neiva, totalmente debilitada, fragmentada, sem formosura, sem forças,

trôpega, foi vista, talvez pela última, derradeira e inesquecível vez. As pessoas, aglomeradas, aflitas, olhar tristonho, apreciavam aquela locomotiva reabilitada, intrépida, cheia de gala, pomposa, trafegar mansamente sobre os trilhos que outrora, com robustez, galhardia e altivez tanto fizera em prol e no enriquecimento da Companhia Vale do Rio Doce. No ar, um vento soprava lentamente, mesclado de dor e saudade, nos trilhos, ela, apitando, sorrindo, parecendo desconhecer a dor atroz a que se submetia a população de João Neiva, que afinal, no transcorrer de toda a sua história sempre foi sustentáculo, a força viva, a grande impulsão desta, hoje, expressão no contexto mundial, que se chama Companhia Vale do Rio Doce. Piui, piui, piui, e lá ia ela lentamente, singrando a nossa pequenina via férrea, se despedindo, nostalgicamente. Os mais sentimentais choravam copiosamente, as lágrimas eram verdadeiras e prova inequívoca de carinho e amor por aquela que em seu apogeu tanto fizera. A cada apito, o nó na garganta mais se acentuava, mais sem força ficávamos. Estava sendo sepultado o antigo sonho, a mais linda ilusão, a mais linda recordação. Era, pois, o crepúsculo de um novo dia, um dia que parecia não ter fim, mas que teve e como, trágico, sem despertar! Piui, piui, piui, e lá ia ela arquivando, definitivamente, suas chuteiras, uma participação brilhante, apoteótica em toda a sua trajetória. É lamentável, é de deixar qualquer um estarecido!... Daqui para frente só restará a saudade e a lembrança terna de um sonho, que morreu para uns e que se imortalizou para outros. [...] Piui, piui, piui, parece o fim! No entanto, não o é! Forças não nos faltarão, vamos começar tudo de novo, é pra já! (FRAGA apud RIBEIRO, 1992, p. 90-91).

Em 2 de setembro de 1991, os trilhos do ramal de João Neiva foram retirados e em 2 de dezembro do mesmo ano foi realizada a transferência do acervo da companhia para a prefeitura. De todos os lugares servidos pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, poucos foram tão influenciados por essa ferrovia como João Neiva. A EFVM deu origem ao lugar e contribuiu decisivamente para o seu desenvolvimento. Mesmo com a desativação da estação e, depois, de suas oficinas, João Neiva continua guardando muitas lembranças dessa importante estrada de ferro. Pudemos

comprovar esse fato com a ida a campo e, especialmente, pela entrevista que realizamos com Glecy Coutinho, diretora da Secretaria Municipal de Cultura de João Neiva.

João Neiva teve, inclusive, um time de futebol denominado Sul América (“esquadrão do aço”), fundado em abril de 1915 por um grupo de operários das oficinas, sendo, durante muitos anos, considerado um dos melhores do norte do Espírito Santo. O primeiro campo do Sul América se localizava onde hoje está a Praça N. S do Líbano, em terrenos doados pela família Negri, no centro da cidade. Em 1969, quando houve a fusão dos clubes que recebiam subvenções da Companhia Vale do Rio Doce, o nome Sul América desapareceu, surgindo a Associação Atlética Ferroviária de João Neiva. Por outro lado, há ruas que levam os nomes de antigos administradores da empresa. Além disso, a bandeira do município tem gravada no centro uma locomotiva a vapor e o brasão oficial apresenta traços que lembram uma via férrea, que segundo sua autora, Juliana Cirilo Silva, foram inspirados nas atividades ferroviárias. A relação afetiva dos ferroviários de João Neiva com as oficinas também pode ser percebida pelo pedido ao presidente da CVRD de doação de uma locomotiva — a Camboninha (FC1) — para ficar em exposição permanente naquela cidade, sob a alegação de que ela faz parte de sua história. O pedido foi atendido e a locomotiva foi recuperada e pintada nas antigas oficinas, transformadas no Museu Ferroviário de João Neiva, onde se encontra.

Depois de um período de relativo progresso, os núcleos coloniais Acioli de Vasconcelos e Demétrio Ribeiro — fundados, respectivamente, em 1887 e 1891, na região hoje pertencente ao Município de João Neiva —apresentavam sinais de decadência, sobretudo devido à falta de um meio de transporte regular eficiente. A passagem da EFVM por esses núcleos, na primeira década do século XX, não somente interrompeu esse processo de decadência como também se constituiu em um fator do seu desenvolvimento. Por ocasião da construção da EFVM, as outras “grandes cidades”, como Colatina (ES), Aimorés (MG), Resplendor (MG), Governador Valadares (MG) e Coronel Fabriciano (MG), que não passavam de pobres arraiais, nasceram e progrediram à sombra das estações (RIBEIRO, 1992).

Depois da chegada da ferrovia, as mudanças ocorridas, os vizinhos novos, a conformação ou a modificação de pontos de referência, as cidades

nascidas ou cortadas por seus trilhos passaram por uma profunda alteração das noções de espaço e de tempo. De acordo com Ribeiro (1992), João Neiva apresenta ainda hoje características marcantes de sua colonização italiana e figura entre os municípios do estado com maior número de descendentes de imigrantes dessa nacionalidade. Entretanto, o desenvolvimento industrial e o fluxo migratório de outras regiões tornaram a cultura local bastante diversificada. A congada é uma das manifestações folclóricas que mais se destaca, sendo festejada em diversas localidades do município, principalmente no Morro do Cruzeiro. Outras manifestações importantes são a Feira Distrital e a Banda Marcial de João Neiva.

Importa ressaltar que o município de João Neiva hoje abarca uma estação da EFVM que fica afastada do centro, localizada em Piraqueçu. Desembarcando nessa estação para a realização do trabalho de campo, verificamos que a presença da EFVM na lembrança das pessoas é, de fato, muito forte, envolvente e presente, especialmente, para os mais idosos. Contudo, ao caminhar pela cidade, identificamos apenas duas materialidades, dois vestígios patrimonializáveis ligados diretamente à EFVM: uma ponte e o Museu Ferroviário de João Neiva, que está sob a responsabilidade da prefeitura, onde se encontra um acervo composto por objetos e fotografias ligados à história da EFVM. As figuras 3 a 7 mostram fotografias tiradas na visita a João Neiva em abril de 2009.

FIGURA 3 (esq.)

Ponte em João Neiva (interior). Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abril de 2009).

FIGURA 4 (dir.)

Museu Ferroviário. Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abril de 2009).



FIGURA 5 (esq.)

Galpão onde funciona o Museu. Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abril de 2009).



FIGURA 6 (dir.)

Locomotiva do acervo. Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abril de 2009).



FIGURA 7

Parte do acervo do Museu. Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abril de 2009).



O que mais nos marcou nessa visita de campo foi a valorização dos remanescentes materiais da ferrovia, que se expressa pela lembrança, pela afetividade nos causos. São valores atribuídos por moradores locais a objetos que, para nós, não têm maior significado e que, por vezes, nem mais existem. Para eles, os remanescentes materiais e imateriais já são um patrimônio. Patrimônio esse que, dependendo de nosso olhar, pode obter o reconhecimento formal não só da localidade ou do estado, mas do país. Sob essa perspectiva, a seguir, sugerimos alguns passos e indagações no processo de identificação de bens no contexto do patrimônio industrial, tendo ainda como objeto de reflexão a Estrada de Ferro Vitória a Minas.

5 EFVM: IDENTIFICAÇÃO DE BENS

Considerando os conceitos e avaliações anteriormente apresentados com base, sobretudo, em Kühl (2008; 2009), sugerimos alguns passos importantes no processo de identificação do patrimônio industrial. Ainda que

indiretamente, abordamos os critérios para esta seleção, visando à sua preservação pelos órgãos de patrimônio.

Segundo Kühl (2008; 2009), um passo inicial seria o recenseamento do patrimônio existente no país ou na região selecionada para avaliação de suas qualidades e especificidades. Um levantamento preliminar deverá conter a descrição e o registro sumários do sítio e dos artefatos industriais existentes, a relação entre os diferentes elementos materiais e imateriais que se articulam nas histórias abordadas — em nosso caso, relacionados à história da EFVM — possibilitando, assim, uma apreciação geral da situação em que se encontram os bens. Esse panorama permitirá identificar e avaliar o patrimônio industrial da área em estudo, favorecendo a escolha do conjunto que merecerá análise mais aprofundada, sítios urbanos e rurais, edificações, vilas ferroviárias, estações, caixas d'água, planos inclinados, rotundas, oficinas, rede de trilhos, pontes, túneis, elementos móveis, maquinário, documentos arquivísticos, iconográficos, fotográficos, considerados mais significativos para fins de preservação.

Em consonância com Kühl (2008), consideramos que a ferrovia deve ser tratada como um sistema. Neste aspecto, apontamos para a necessidade de uma análise mais detalhada da EFVM, assim como dos bens relacionados a ela ainda existentes, tendo em vista que não se pode estudá-la de maneira isolada, mas em seu sistema de funcionamento. No caso dos edifícios, é necessário registrar e analisar tanto aqueles destinados à produção propriamente dita quanto os demais tipos de construção que podem compor o complexo ferroviário com sua configuração arquitetônica e espacial, suas técnicas e sistemas construtivos.

Segundo Kühl (2008), no Brasil os órgãos de preservação ainda não desenvolveram iniciativas sistemáticas voltadas à identificação e à preservação do patrimônio industrial, sendo a tutela oficial de bens ligados ao processo de industrialização ainda bastante rara. Nesse sentido, cabe considerar as recentes iniciativas do Iphan para a realização de inventários do acervo ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), visando à seleção dos bens com importância para a preservação pelo próprio Iphan, pelos estados ou pelas prefeituras nas regiões dos bens referidos pela Lei 11.483/07, que determinou à instituição o recebimento e administração

dos “bens móveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção”.

A autora defende que, por vezes, o tratamento dos complexos industriais precisa ser estendido a bairros, setores de uma cidade ou vastas áreas, tendo de ser tratado de forma complexa de maneira a abarcar as diversas dimensões: social, política, cultural e econômica. A solução pode se tornar tão complexa que poderá ser necessário fazer uso dos instrumentos do planejamento urbano e territorial e, em casos extremos, a preservação de conjuntos industriais, resultando em novos tipos de organização para o espaço.

A proposta é fazer um estudo do particular para o geral em vez de tratar os problemas a partir de uma superestrutura, do macrocosmo dos grandes planos diretores. Para isto, as diretrizes para intervenção devem ser estabelecidas, examinando as particularidades de cada espaço a fim de se chegar a princípios de intervenção que poderão ou não nortear as atuações seguintes, sendo necessário o pleno conhecimento do espaço no qual serão propostas intervenções, tendo-se consciência de que conflitos certamente aparecerão, mas poderão ser resolvidos. A autora defende ainda a necessidade de intervenção nos edifícios, a despeito da ausência de planos mais abrangentes, já que ações mais abrangentes costumam ser mais complexas e lentas.

Apoiada em Giorge Muratore (2000) e em suas observações sobre o patrimônio industrial italiano, Kühl (2008) defende que muitos desses complexos, mesmo depois de serem reconhecidos como patrimônio industrial, ficam abandonados, subutilizados e poderiam, seguindo medidas adequadas, ser recuperados para uma nova dimensão econômica e social. Aponta para a importância estratégica das áreas industriais e, sobretudo, dos parques ferroviários, tanto pelas suas dimensões físicas quanto pela sua localização no tecido urbano, como forma de elaborar planos conscientes para o futuro das cidades.

Preservar significa permitir, incentivar e assegurar que vários tipos de testemunhos do fazer humano, atuais e pretéritos, existam e convivam, oferecendo um amplo instrumental – que pode ser percebido e atualizado, por uma consciência individual ou coletivamente, de infinitas maneiras, no presente e no futuro – para a compreensão e apreensão da realidade, proporcionando, portanto, meios abrangentes para ela se adaptar e construir o futuro (KÜHL, 2008, p. 282).

Baseados nas observações de campo, destacamos como bens representativos e passíveis de proteção pelo Iphan, na categoria de patrimônio industrial do tipo ferroviário, o prédio e o acervo do Museu da Vale, em Vila Velha, a ponte e os galpões onde funcionaram as antigas oficinas de João Neiva e parte do acervo do Museu Ferroviário na mesma cidade. Consideramos os trilhos da ferrovia e as locomotivas como mais representativos de sua função e uso, indicadores mais enfáticos de permanências e mudanças, apesar da dificuldade de preservá-los sem a substituição de partes danificadas, além de remodelações e modernizações necessárias. Essa é uma questão importante a ser considerada na seleção de bens culturais relacionados à EFVM ou quaisquer outras ferrovias. Entretanto, é possível atribuir valor histórico, artístico, arquitetônico, cultural a esses bens e, assim, o seu tombamento seria um instrumento jurídico importante para impedir a sua destruição, criando um caminho para impedir que fossem mutilados ou demolidos.

FIGURA 8

Fotografias de bens e práticas relacionados à EFVM. Identificação das fotos, de cima para baixo e da esquerda para a direita: antiga estação Pedro Nolasco, atual Museu da Vale, em Vila Velha; trem de passageiros; a prática da venda sobre os trilhos; vagão de minério; Museu da Vale: Locomotiva; Ponte, em João Neiva; Locomotiva – Museu Ferroviário de João Neiva; Museu da Vale: placas de sinalização e equipamentos. Fotografias de Nívea Muniz Vieira (2009).



Em se tratando da imaterialidade que está na base da valoração das materialidades indicadas para tombamento, concordamos com Young (2008) ao afirmar que não há como separar a Estrada de Ferro Vitória a Minas da vida “da gente” do vale do rio Doce. Para os mais velhos, o som dos apitos ou os sinos das estações marcavam as horas, os dias, o ritmo da vida. E até hoje, mesmo nas estações onde há apenas um pequeno movimento de passageiros, crianças, adultos e idosos apressam seus passos para vender doces ou apenas para ver o trem passar. Para muitos, a ferrovia é a principal referência de organização do “espaço” e das ações, do cotidiano, do trabalho, da cultura, da sociedade, da memória, isto é, da vida. E é com essa constatação que apontamos a pertinência de que alguns bens relacionados à EFVM nos municípios sob sua influência no Espírito Santo sejam classificados e valorizados como patrimônio industrial, sinalizando especificidades dessa ferrovia em seu trecho no Espírito Santo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, observamos transformações socioespaciais resultantes da implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas no Espírito Santo, a decadência em locais onde a ferrovia foi desativada, a relação das pessoas com a sua história. Estudar a EFVM nos permitiu identificar um misto das dimensões econômica, social, cultural, temporal, espacial e política desse evento da indústria da mineração que possibilitou a ligação entre as áreas ricas em minério de ferro em Minas Gerais e o porto de Tubarão no Espírito Santo.

Quanto ao patrimônio cultural relacionado à história da EFVM, consideramos que a preservação deve ser fruto de um processo seletivo que considere, no tempo e no espaço, a rede de bens que permitem a compreensão dessa história e inclusive de sua área de influência.

Indicamos a importância da EFVM como patrimônio industrial, tratando de suas especificidades no trecho localizado no estado do Espírito Santo e indicando tipos de bens passíveis de preservação. Apreendemos que o patrimônio industrial resulta da aplicação de técnicas de produção datadas no processo de industrialização. Tais técnicas, entendidas como a união da máquina e do método, apresentam especificidades, modificam-se no decorrer do tempo e produzem transformações no espaço. Na verdade, realizam-se por meio de reorganizações espaciais. Esse espaço compreende o

conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas e iniciativas que, no caso, constituem-se na expressão material e imaterial das relações econômicas, sociais e políticas implementadas, no caso da EFVM, com a construção, o funcionamento e a manutenção da ferrovia.

Verificamos em campo que estudar a EFVM como um complexo sistema industrial significa atuar em uma área ampla que abrange bairros, cidades, e acreditamos que a preservação de seus elementos mais significativos dependerá da compreensão da relação sistêmica de conjunto. Comprovamos que a degeneração dos bens relacionados ao sistema ferroviário da EFVM em seu trecho no Espírito Santo não incide apenas sobre um edifício específico ou sobre um bairro, mas sobre cidades inteiras.

O único bem protegido no sistema ferroviário da EFVM é a antiga estação Pedro Nolasco, localizada em Vila Velha, tombada em 1986 em âmbito estadual. Ali foi implantado o Museu da Vale que, administrado pela própria empresa, guarda uma significativa quantidade e tipos de bens móveis e documentos relacionados à EFVM. Dentre esses bens, uma locomotiva, placas sinalizadoras, equipamentos, *caps*, bancos, bandeiras indicadoras de trânsito, fotografias, isto é, elementos referenciais da história e da geografia do Espírito Santo e do Brasil como um todo.

A decisão por praticar a nossa análise em um tipo de bem industrial, uma ferrovia, permitiu-nos perceber que, independentemente das escolhas feitas em estudos desse tipo, não se poderá prescindir de uma análise que integre “resquícios” e “reminiscências” da história do bem estudado, considerando-se o tempo e o espaço de sua implantação, bem como o contexto em que está inserido na atualidade.

Cremos que a problemática levantada por este estudo poderá subsidiar futuras etapas de pesquisa, verificar permanências e sugerir-las como elemento de preservação pelas instituições de patrimônio. Neste contexto, sublinhamos a necessidade de serem respeitados, nas articulações e nas dinâmicas do espaço, os elementos que se apresentem parcialmente destruídos.

A EFVM se constitui em um bem de grande significado para o entendimento da história e da geografia, bem como da economia, da política, do sistema de transportes de cargas e de passageiros não só do Espírito Santo, mas do Brasil. A importância da EFVM está ainda presente em sua capacidade de, por meio das relações sociais estabelecidas a partir de sua implantação,

reorganizar o espaço, resultando em sua maior ou menor valorização. No vai-e-vem de trens, na consolidação ou mudança de trajeto, a EFVM viabiliza cidades e caminhos, a povoação e o esvaziamento de núcleos urbanos. Enfim, a EFVM integra e distingue espaços e culturas diferenciadas.

Quando abordamos os valores de patrimônio a serem atribuídos à EFVM, na verdade, discorremos a respeito de estratégias políticas desenvolvidas em favor de sua implantação, de estratégias de ocupação do espaço, de abertura cultural, de desenvolvimento industrial, isto é, de relações sociais. Assim, talvez a maior contribuição deste trabalho seja a reflexão sobre um campo de investigação pouco explorado nas práticas patrimoniais. Não acreditamos ter chegado a conclusões fechadas ou irrefutáveis, mas a considerações sobre a história e a importância da Estrada de Ferro Vitória a Minas, sobre o patrimônio industrial e a forma de preservá-lo. Afinal, qualquer pesquisa deve estar aberta a transformações e à inserção de novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

ANDRIEUX, Jean-Yves. *Le Patrimoine Industriel*. Paris: PUF, 1992.

ARARIPE, Delecarliense de Alencar. *História da Estrada de Ferro Vitória a Minas*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1954. (Coleção Rio Doce).

ARNAUT, Jurema Kopke Eis. A proteção do patrimônio cultural. IN: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Caderno de ensaios memória e educação*. Rio de Janeiro: Paço Imperial/MinC/Iphan, 2008. v.1. p. 37-41.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

COELHO, Eduardo José de Jesus; SETTI, João Bosco. *A E.F. Vitória a Minas e suas locomotivas desde 1904*. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, 2003. v. 1 e 2.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de desenvolvimento regional da área de influência da Companhia Vale do Rio Doce: evolução histórica*. Belo Horizonte: Fundação João Ribeiro, 1976.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FONTES, Paulo. Mapeando o patrimônio industrial em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>>. Acesso em: abr. 2009.

GALVÃO JÚNIOR, José Leme. Patrimônio ferroviário na arquitetura e no urbanismo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>>. Acesso em: jul. 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Palestra no II Encontro sobre Patrimônio Industrial* realizado no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo no período de 17-20 de junho de 2009.

_____. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Fapesp, 2008.

_____. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Fapesp, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LEFÉBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. Plan of the present work. In: LEFÉBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). A formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/Fupam, 1999. p. 20-38.

LUCENA, A. migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. p. 13-44.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAYRINK, Geraldo (org.). *História da Vale*. São Paulo: Museu da Pessoa/Companhia Vale do Rio Doce, 2002.

MORIN, Edgard. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 274 a 285.

NIGRO, Cintia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, Ana Fani A.; LEMOS, Amália. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 166-177.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PINTO, Álvaro Vieira. *Os desenvolvimentistas: o conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. *João Neiva: origem e desenvolvimento*. Vitória: Start, 1992.

ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas 1890-1940*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (org.). *Paisagem, espaço e sus-*

tentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: PUC, 2007. p. 143-194.

SAES, Alexandre Macchione. A historiografia da industrialização brasileira. Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/alexandre_macchione_saes.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

SANTOS, Cecília Rodrigues. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 2, p.143-194, 2001.

SANTOS, Helena Mendes dos. *Tradição e contradição na prática preservacionista: o tombamento de sítios urbanos pelo Iphan de 1938-1990*. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, A. C. Um breve histórico do patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Caderno de ensaios memória e educação*. Rio de Janeiro: Paço Imperial/MinC/Iphan, 2008.v.1. p. 31-36.

SILVA, Leonardo Mello e. Patrimônio industrial: passado e presente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>>. Acesso em: jun. 2009.

SILVA, Marcelo Werner da. *A formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Orientador: Maurício de Almeida Abreu. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/716492.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

SILVA, Sérgio. Estradas de ferro. In: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 56-58.

SOJA, Edward William. A geografia histórica da reestruturação urbana e regional. In: SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 191-230.

THIESEN, Beatriz Valladão. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>>. Acesso em: maio 2009.

VALVERDE, Orlando. *Boletim Geográfico* nº 161, de abril de 1961. Disponível em <<http://www.estacaocapixaba.com.br>>. Acesso em: nov. 2008.

VIEIRA, Nívea Muniz. *Nos trilhos do patrimônio: a EFVM e o seu processo de identificação como patrimônio industrial*. Monografia (Especialização em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2009.

Nos trilhos do patrimônio: a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o seu processo de identificação. Landau, Beatriz Adams (org.). Programa de Especialização em Patrimônio: artigos (turma 2007). Editora: IPHAN/DAF/Copedoc. Rio de Janeiro, 2015. p. 201-234.

VILLAR, Leandro Badini; MARCHETTI, Dalmo dos Santos. Dimensionamento do potencial de investimentos do setor ferroviário. In: FILHO TORRES, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel (org.). *Perspectivas do investimento 2007/2010*. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. p. 247-288.

YOUNG, Joseph. *Estrada de ferro Vitória a Minas: um retrato*. Espírito Santo: Lithos, 2008.

Artigo recebido em: 29/02/2016

Artigo aprovado em: 22/06/2016

PRESERVAÇÃO E ACESSO A PERIÓDICOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA E URBANISMO: INICIATIVAS DA FAU-USP

MARCIA ROSETTO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Bibliotecária e documentalista pela ECA/USP. Mestrado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP.

Doutora em História da Ciência pela PUC-SP. Bibliotecária da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

E-mail: mrosetto@usp.br.

DINA ELISABETE ULIANA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Bibliotecária e documentalista pela ECA-USP. Especialização pela ECA-USP. Bibliotecária da Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo da USP. E-mail: uliana@usp.br.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p103-118>

PRESERVAÇÃO E ACESSO A PERIÓDICOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA E URBANISMO: INICIATIVAS DA FAU-USP

MARCIA ROSETTO
DINA ELISABETE ULIANA

RESUMO

Garantir a preservação da memória da arquitetura e urbanismo brasileiro e expandir o acesso pelos pesquisadores e público em geral, por meio da rede Internet, a conteúdos de significativa importância tem sido objeto de atividades e projetos especiais desenvolvidos pela Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). O trabalho tem por objetivo contextualizar as atividades que vem sendo realizadas com foco na organização e acesso online ao acervo de periódicos brasileiros, em formatos convencionais e digitais, em âmbito nacional e internacional. A consolidação de conhecimentos e desenvolvimento de competências específicas de uma prática de documentação vem sendo contemplada, propiciando as condições necessárias para a continuidade desse processo.

PALAVRAS-CHAVE

Periódicos brasileiros em arquitetura e urbanismo. Digitalização. Acesso online.

PRESERVATION AND ACCESS TO BRAZILIAN JOURNALS ON ARCHITECTURE AND URBANISM: FAU-USP INITIATIVES

MARCIA ROSETTO
DINA ELISABETE ULIANA

ABSTRACT

Ensure the preservation of the memory of Brazilian architecture and urbanism, and expand the access that researchers and the general public have, through the Internet, to important content has been the subject of several special projects developed by the Library of FAU-USP (Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo). This study aims to contextualize those activities that have been conducted with focus on organizing and providing online access to the collection of Brazilian journals, both in conventional and digital formats, with significant importance in national and international levels. Both the consolidation of knowledge and the development of specific documentation skills have been well-thought-out, providing the necessary conditions for this process to continue.

KEYWORDS

Architecture and urbanism Brazilian journals. Digitizing. Online access.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a ciência ocupa um lugar privilegiado na sociedade com escopos definidos, expoentes reconhecidos e origem documentada (ZIMAN, 1979). Para Currás (2009), a ciência é única e ao mesmo tempo plural quando considerada como um sistema e com um conjunto de saberes, formas de se chegar a eles e caminhos para se adquirir novos conhecimentos. A ciência também é identificada como um sistema social podendo ser conduzida por condições biológicas, econômicas, culturais e políticas, que variam de uma sociedade para outra, concretizada com um subsistema composto por pesquisadores, auxiliares e equipes de pesquisa, instrumentos, livros e publicações em geral, incluindo os acervos de bibliotecas (STORER, 1985).

A informação, os documentos e os meios de comunicação têm sido objetos de estudos em várias áreas, em especial nos últimos anos, quando a tecnologia da informação e comunicação (TIC) impactou de forma global a sociedade, influenciando na sua caracterização como uma Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Esse modelo estaria apoiado em diferenciadas relações sociais, sendo os documentos os meios de mediação da informação que propiciam a perpetuação das ideias e sentimentos das etapas de transformação da humanidade, e que se constituem como base de estudos e pesquisas (FROSSARD, 2000). De acordo com Belluzzo (2003), fazem

parte desse processo elementos como os códigos (vocabulários), os diferenciados tipos de documentos utilizados para a comunicação do conhecimento, os conteúdos e o seus suportes.

Segundo Le Goff (2003), dois tipos de materiais são considerados como produtos da memória coletiva construída pelas sociedades e que subsidiam pesquisas: os monumentos e os documentos. Estes materiais se apresentam como herança do passado, no caso dos monumentos, e uma escolha do pesquisador, no caso dos documentos, resultado de uma montagem (consciente ou inconsciente), a representação de determinações e o registro de evidências¹.

Do ponto de vista da documentação, Smit (2008) identifica que tradicionalmente o documento é definido como resultante de uma inscrição em um suporte, com ênfase na inscrição textual e um suporte de papel, e associado à noção de registro. Para Janotti (2010), a variedade de documentos que podem se transformar em fontes é imensa e tem uma ampla significação dependendo dos aspectos em que está sendo utilizado.

Nesse sentido o documento, enquanto objeto, se relaciona com as possibilidades de informar e essa capacidade está associada ao aspecto social e simbólico da informação e, conseqüentemente, os ambientes e as situações concretas de uso e as abordagens e procedimentos adotados é que vão orientar o acesso e o uso por públicos determinados (ORTEGA, 2010). Marcondes (2010) expõe que o documento, enquanto artefato sociocultural, ganha autonomia, registro/permanência e portabilidade com a capacidade de atravessar o tempo e o espaço. Além disso, permite o armazenamento, a recuperação, o reuso em larga escala, funcionando como base sólida para cultura, articulação de sociedades cada vez mais complexas e dependentes do conhecimento.

1. A palavra documento transformou-se ao longo dos anos até alcançar o significado de prova, amplamente usado no vocabulário legislativo e, a partir do século XVII, já se difundia na linguagem jurídica francesa com a expressão *Titres et Documents* (LE GOFF, 2003). Com o sentido moderno de “testemunho histórico”, dataria apenas do início do século XIX. A partir de novas abordagens historiográficas, as informações sobre o passado são a base de pesquisas e podem estar em diferentes tipos de documentos. Aham-se incluídos nesse escopo os registros manuscritos e impressos, fotografias, registros sonoros, filmes, artefatos, construções e monumentos, entrevistas (história oral), correspondências, processos, registros paroquiais, entre tantos outros considerados como fontes primárias para subsidiar estudos nessa área (SPINA, 1977).

Do ponto de vista do patrimônio cultural², Carsalade (2104, p.183) identifica que:

Uma das primeiras funções que se associam ao patrimônio é a nossa necessidade psicológica de lembrar. ‘Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, por meio de *constructos* que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas’. Assim, os objetos e práticas que sobrevivem ao tempo seriam importantes referências vivas para a nossa lembrança e, como tal, seria bom que continuassem sobrevivendo ao tempo.

Nesse contexto, os variados tipos de documentos são identificados como um patrimônio informacional que podem ser entendidos como legados recebidos de conhecimentos e que dependem não somente da memória, mas principalmente da sua preservação, recuperação e acesso para uso futuro (HISTÓRIA, Memória e Patrimônio Universitário, 2012). A partir desse cenário e, segundo Arruda (2014), a riqueza do patrimônio cultural da Universidade de São Paulo (USP), incluindo os acervos documentais e bibliográficos, é inestimável para o ensino e pesquisa e requer a permanente mobilização da comunidade para zelar por essa memória, condição da sua identidade e princípio do seu reconhecimento. Esses acervos se constituem de obras contemporâneas, raras e coleções especiais que, de acordo com Pinheiro (2015), contemplam diferentes formas de registro, segmentadas em coleções distintas conforme sua materialidade, raridade, valor cultural, político, científico e artístico.

Nessa vertente, pode-se afirmar que o acervo bibliográfico da USP tem uma especial significação e se entrelaça com a própria história do Estado de São Paulo. Com a instalação da Faculdade de Direito, em 1827, cujo acervo inicial provinha da Biblioteca do Convento de São Francisco, posteriormente transformada na Biblioteca Pública em 1825, a terceira do País, tinha um valor significativo naquele momento do Brasil (DEA-

2. Na atualidade, a questão do patrimônio implica ter presente os princípios da sua construção social e compreendê-lo como um produto dos significados e valores atribuídos por um grupo social a um bem cultural. Esses significados se nutrem da memória, da história e de seus conflitos, e inserem uma dimensão normativa quando nas atividades científicas (POLITICAS, 2012).

CECTO, 2011). Durante esse período, outros acervos foram constituídos em função da organização de instituições de ensino e pesquisa no Estado, e incorporados à USP quando de sua criação em 1934 (ANNUÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1936)³. Conforme os registros históricos, as bibliotecas da USP sempre foram identificadas como prioridade pela alta administração da Universidade. Em 1947, o reitor Jorge Americano, no projeto de implantação de novas edificações e estruturas organizacionais na Cidade Universitária, incluía a instalação de uma Biblioteca Central com fichários coletivos dos acervos existentes nas unidades por meio de um sistema de irradiação central e constituindo-se num órgão com a função regimental de coordenar e normalizar as atividades biblioteconômicas da Universidade (AMERICANO, 1947).

As iniciativas que foram se somando no decorrer dos anos proporcionaram a consolidação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBiUSP), em 1981. O acervo acumulado ao longo dos anos nas bibliotecas, além de centenário, é muito relevante para o ensino e pesquisa, sendo compreendido como um importante patrimônio científico e cultural paulista e brasileiro. De acordo com essa tendência, em 2012 e 2013 a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (PRCEU) lançou editais com foco na preservação de acervos e patrimônio cultural com o propósito de institucionalizar ações e estratégias para aprimorar as condições de preservação e acesso a esse acervo e memória institucional, assim como o acondicionamento e conservação de revistas técnico-científicas, formulação de metodologias que favorecessem a pesquisa e a capacitação continuada visando à formação de competências e a geração e disseminação de conhecimento dentro e fora da Universidade. A partir dessas proposições, a Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), criada em 1948, mas cujo curso já existia conjuntamente

3. Em sua concepção, a USP incorporou: Faculdade de Direito (1827), Escola Politécnica (1893), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (1901), Faculdade de Medicina (1912), Faculdade de Farmácia e Odontologia (1919), Escola de Belas Artes (1925), Instituto de Educação (1933), Faculdade de Medicina Veterinária (1934, originária do Instituto de Veterinária de 1919), Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais (1940), e criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) considerada como um marco em termos de estrutura universitária existente até aquele momento no Brasil. Para informações complementares ver a Linha do Tempo no *website* <<http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/>>.

com o de Engenharia na Escola Politécnica no período de 1894 a 1931, participou desse processo visando à preservação e ampliação do acesso pelas redes automatizadas a esse acervo especializado e relevante para o ensino e pesquisa.

2 ORGANIZAÇÃO E ACESSO A PERIÓDICOS BRASILEIROS EM ARQUITETURA E URBANISMO

2.1 Índice de Arquitetura Brasileira

A comunicação e a divulgação científica ganharam nesses últimos anos, com o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), uma amplitude extraordinária exigindo novas formas de organização e disseminação da informação consolidadas em sistemas e redes de informação, bases de dados, incluindo-se nesse contexto as bibliotecas digitais e virtuais, portais de revistas eletrônicas e repositórios institucionais que propiciam o acesso a registros bibliográficos e textos completos. A organização de concepções e configurações dessas tipologias de bibliotecas e bases de dados faz parte da agenda de universidades, institutos de pesquisas e organizações voltadas para educação e cultura e contribuem para a implantação de políticas nacionais e internacionais para o acesso à informação. Esses ambientes complexos exigem a adoção de padrões internacionais para o tratamento da informação e pessoas capacitadas para a gestão e, conforme Sayão (2012), esses padrões e protocolos de comunicação vêm proporcionando a infraestrutura necessária para essa demanda e o conhecimento existente já resulta num conjunto de estratégias, abordagens tecnológicas e atividades que são coletivamente conhecidas como “curadoria digital”. Esse conhecimento propicia as condições para se realizar iniciativas que visam promover o acesso a conteúdos existentes em acervos bibliográficos, coleções especiais e repositórios de informações considerados como parte do universo patrimonial e cultural (tangíveis e intangíveis) e conectados às práticas de conhecimento, ensino e pesquisa.

Acompanhando esse cenário, a Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) participa das inúmeras iniciativas desenvolvidas pelo SIBiUSP que propiciam o

acesso aos acervos bibliográficos impressos e digitais⁴, como também implementa ações específicas que propiciam o aprimoramento para as condições de preservação e acesso à memória técnico-científica especializada, formulando metodologias que favoreçam a pesquisa e a capacitação continuada visando à formação de competências, geração e disseminação de conhecimento dentro e fora de sua esfera de atuação. Na arquitetura, conforme Camargo (2014), os projetos arquitetônicos e as obras executadas são documentos importantes para a história da área e esses acervos são de interesse local e nacional. Pinheiro (2011) também considera que as expressões atribuídas pela sociedade aos edifícios e monumentos são extensivas aos documentos que constituem esses projetos, e dessa forma os conjuntos documentais subsidiam pesquisas referentes ao patrimônio arquitetônico e que podem ser complementadas com outras fontes como os periódicos que propiciam informações valiosas para as pesquisas.

Segundo Segawa (2003), existe atualmente um rico repertório de periódicos na área de arquitetura e urbanismo que retratam uma época, e que, mesmo não sendo caracterizados como “periódicos científicos e técnicos”, conforme os padrões consagrados em outras áreas de conhecimento são, de forma empírica, meios de difusão de informação e da cultura nessas temáticas. Nesse universo, encontram-se os periódicos brasileiros que proporcionam a consolidação de tendências arquitetônicas e de informações profissionais que registram o que aconteceu no país, e esse conjunto de informações é compreendido como patrimônio informacional e, na prática, passa antes de tudo pela possibilidade de recuperação e acesso (CIÊNCIA da Informação, 2009).

4. Atualmente, o SIBiSUSP compreende 46 bibliotecas com um acervo com mais de 7 milhões de itens bibliográficos (livros, periódicos, teses, produção acadêmica, entre outros) recuperados através do *Catálogo online* de acesso público Dedalus – Banco de Dados Bibliográficos da USP, desde 1985. Disponibiliza também acervos em meio digital/virtual: 1- *Revistas Eletrônicas* com periódicos internacionais em diversas áreas do conhecimento; 2- *Bases de Dados* com assinaturas de bases de dados; 3- *E-books* com mais de 270 mil obras de editoras diversas. Dispõe ainda de várias *Bibliotecas digitais*: 1- *Produção Científica e Acadêmica*, desde 1985, com a produção intelectual da Universidade; *Biblioteca Digital da Produção Intelectual da USP* (BDPI) desde 2012; 2- *Biblioteca Digital de Teses* (BDTD) a partir de 2001 com mais de 42 mil itens; 3- *Portal de Revistas USP*, desde 2008, com 143 revistas publicadas por unidades de ensino e pesquisa com mais de 69 mil artigos com acesso aberto; 4- *Obras Raras*, com mais de 5 mil obras digitalizadas.

Em conformidade com esse contexto, a Biblioteca da FAU-USP mantém, desde os anos 1950, o Índice de Arquitetura Brasileira (IAB)⁵, que contempla a indexação de artigos dos principais periódicos brasileiros publicados na área. Consolidado em 1974 num único volume impresso com os registros bibliográficos até então existentes em fichas (Figura 1), em continuidade foram editados volumes subsequentes com essa produção bibliográfica até o ano 2000. Esses volumes encontram-se atualmente digitalizados para a sua preservação e também disponíveis para consulta no *website* da biblioteca⁶. Com a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC), esses tipos de índices transformaram-se em bases de dados bibliográficos e a recuperação interativa online tornou-se viável através da rede Internet de forma pública⁷.

Em 2006, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a Biblioteca da FAU-USP deu continuidade à indexação de artigos através da base de dados – Índice de Arquitetura Brasileira (IAB) - com acesso online pela Internet (Figura 2). Atualmente com mais de 63.000 artigos, propicia a difusão das orientações da arquitetura e urbanismo brasileiro publicadas em periódicos nacionais e contempla *links* para os artigos que já estejam em meio digital. As principais temáticas identificadas nos artigos de periódicos indexados e disponíveis no IAB encontram-se representadas no mapa conceitual (Figura 3), e que o caracterizam como uma relevante fonte de pesquisa para os pesquisadores de várias áreas do conhecimento com alcance multidisciplinar.

5. Até os anos 1970, a produção bibliográfica era normalmente consolidada em índices bibliográficos impressos, com o objetivo de disseminar e permitir o acesso ao conhecimento científico. Com a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC), esses índices transformaram-se em bases de dados bibliográficos, constituindo-se num novo tipo de fonte de informação. A recuperação interativa *online* tornou-se viável através de redes de telecomunicações privadas, e posteriormente também na rede Internet de forma pública.

6. Disponível em meio digital no *website* <<https://bibfauusp.wordpress.com/biblioteca-virtual/index-de-arquitetura-brasileira/>>.

7. Uma base de dados é a seleção de parte ou do total de uma coleção de dados, organizada de forma digital relativa à literatura publicada e com descrições bibliográficas realizadas com critérios uniformizados para a indexação, propiciando a busca aos dados referente à autoria, título, título do periódico, palavras-chave do assunto, entre outros aspectos que podem estar presentes (SANTOS, 2011). Na contemporaneidade, as bases de dados, que podem ser de âmbito geral ou abranger uma determinada disciplina acadêmica, também propiciam o acesso ao texto completo em meio digital.

FIGURA 1

Índice de Arquitetura e Urbanismo - editado entre 1970 a 2000, com acesso *online* em formato digital. Elaborado pelas autoras.

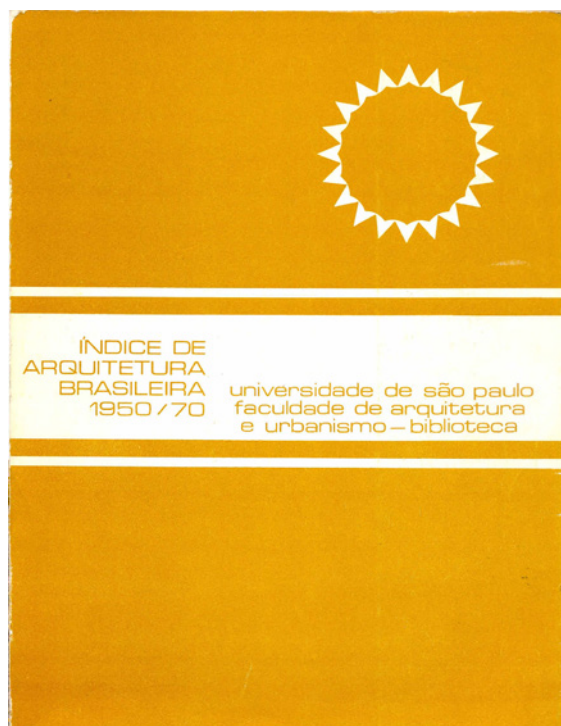
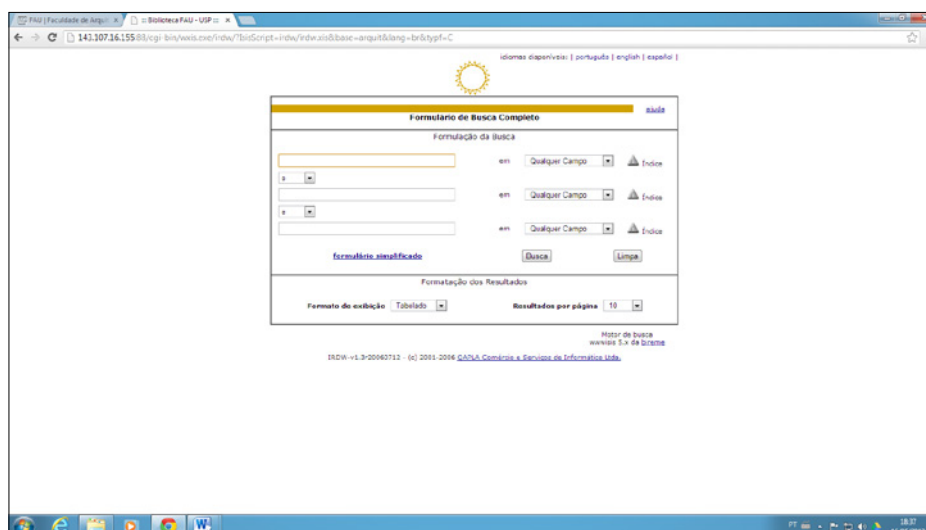


FIGURA 2

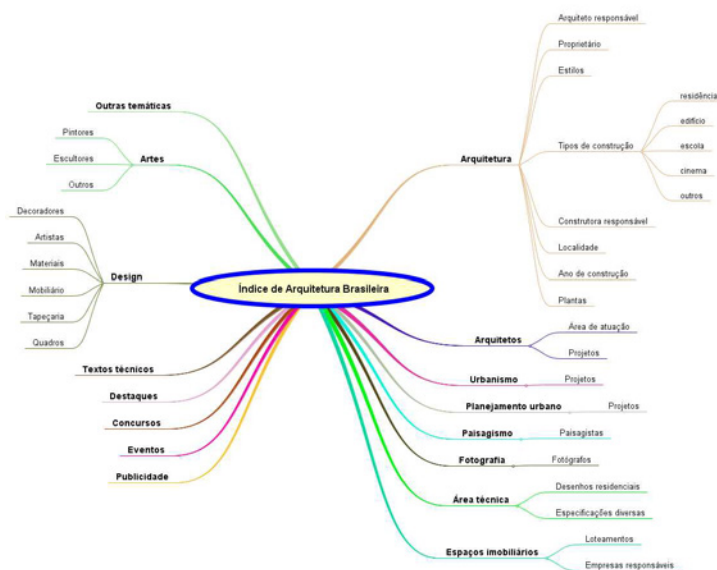
Acesso *online* ao Índice de Arquitetura Brasileira (IAB). Elaborado pelas autoras.⁸



8. Disponível em: <<http://143.107.16.155:88/index.htm>>.

FIGURA 3

Mapa conceitual com as principais temáticas cobertas no IAB. Elaborado pelas autoras.



2.2 Revista Acrópole Digital

Com o uso de tecnologias digitais, a Biblioteca da FAU-USP desenvolveu, a partir de 2012, o Projeto “Digitalização da Revista Acrópole”, com o apoio financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU/USP). A Acrópole, editada entre 1938 e 1971, é uma publicação pioneira na área de arquitetura e é considerada como um dos mais importantes registros documentais de uma época da cultura brasileira trazendo em suas páginas realizações desenvolvidas por arquitetos do Brasil e principalmente de São Paulo⁹. É uma fonte importante para pesquisadores de várias áreas do conhecimento, com alcance multidisciplinar e, além disso, é objeto de estudos em pesquisas realizadas em cursos de pós-graduação em diversas universidades (SEGAWA, 2014).

9. Lançada como periódico mensal em maio de 1938 sob a direção de Roberto A. Corrêa de Brito, a partir de 1953, Max M. Gruenwald a dirigiu até a última edição nº 390/391 de novembro/dezembro de 1971. Contando com a colaboração de arquitetos, consultores e colaboradores, foram sendo delineadas durante esse período as diversas linhas editoriais da revista compondo um importante testemunho de época (ALMEIDA, 2008). Nesses pouco mais de 34 anos de publicação ininterrupta, a revista trouxe em suas páginas realizações desenvolvidas por arquitetos de todo Brasil e principalmente de São Paulo, servindo como suporte para um diálogo de alcance nacional e internacional e uma fonte extremamente importante de artigos e números especiais sobre projetos brasileiros.

FIGURA 4

Website da Revista
Acrópole Digital.
Elaborado
pelas autoras.¹¹

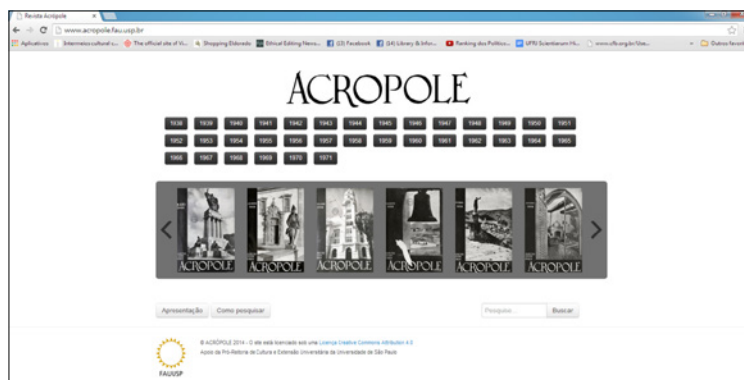
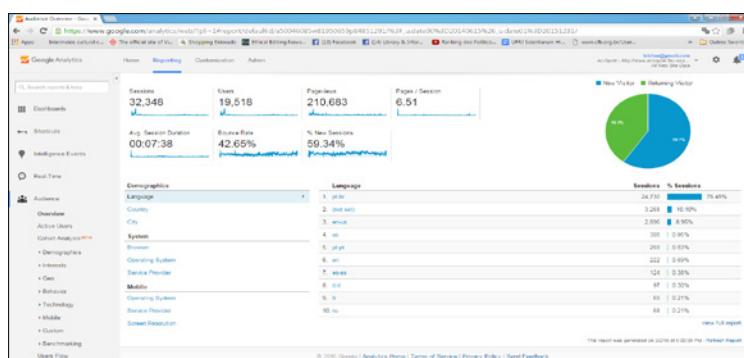


FIGURA 5

Dados estatísticos
quanto ao acesso e
visualização de páginas
da Acrópole Digital
(período: 25.06.2014
- 31.12.2015). Fonte:
<<https://www.google.com/analytics/>>.



A revista em formato digital está disponível desde 25 de junho de 2014 em *website* especialmente construído para o acesso à coleção completa dos textos e imagens (Figura 4)¹⁰. Além disso, foi ampliado o fornecimento de imagens em alta resolução através de atendimento personalizado para inúmeros tipos de pesquisas e aplicações. Nesse sentido, o objetivo principal do projeto, que era o de promover a conservação e preservação dessa importante memória e expansão de acesso pelos pesquisadores e público em geral, por meio da rede Internet, se concretiza. Desde a sua abertura foram registradas mais de 210 mil visualizações de páginas conforme dados estatísticos coletados pelo sistema Google Analytics e consolidados na Figura 5.¹¹

10. O projeto contou com o apoio desde o seu início das herdeiras do diretor-proprietário da revista e da Editora Max Gruenwald & Cia., Sr. Manfredo Gruenwald, cientes da importância do legado e da disponibilização digital para a aplicação da pesquisa científica.

11. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>>.

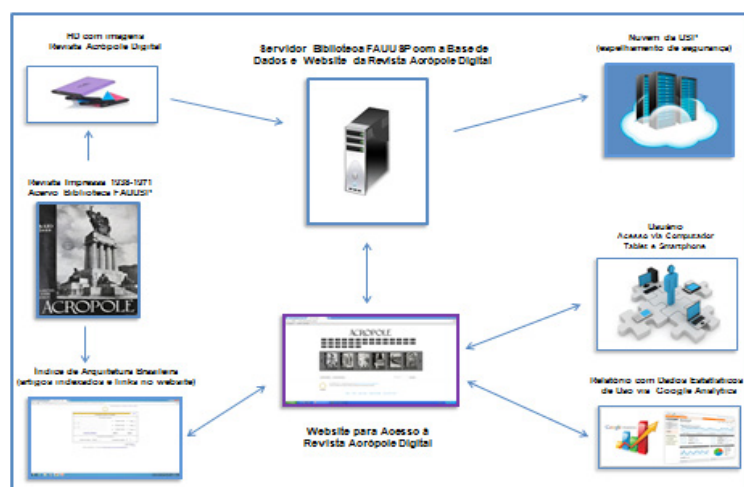
Por meio de instrumentos informacionais sobre o uso desse serviço, pode-se afirmar que o projeto trouxe importantes benefícios aos pesquisadores e à comunidade usuária em geral, tornando-se um modelo conceitual para a digitalização de outros títulos na área de arquitetura e urbanismo e áreas afins. A partir das etapas previstas no projeto, pretendeu-se também desenvolver um modelo metodológico de digitalização para esse tipo de material, representado na configuração da arquitetura construída para a Acrópole Digital (Figura 6). Além disso, teve-se a intenção de consolidar competências e a elaboração de diretrizes técnicas e operacionais que possam orientar a realização de novos projetos para a disponibilização de outros conteúdos de publicações periódicas especializadas de igual relevância para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tanto na USP, como em outras instituições da esfera da educação e de pesquisa.

3 CONCLUSÕES

Através de projetos sistêmicos do SIBiUSP e de projetos especiais desenvolvidos pela Biblioteca da FAU-USP, vem sendo possível ampliar o acesso ao acervo impresso e *online* e de conteúdos de revistas brasileiras em arquitetura, urbanismo e artes, trazendo importantes insumos para a comunidade de pesquisa quanto à realização de estudos historiográficos,

FIGURA6

Configuração da
Arquitetura para a
Acrópole Digital.
Fonte: Elaborado
pelas autoras.



epistemológicos e cultural. Por meio desses resultados, é possível verificar o avanço quanto às condições de gestão e preservação dessa memória especializada, assim como a consolidação de conhecimentos e desenvolvimento de competências específicas para a continuidade do aprimoramento ao acesso online permanente ao conhecimento cultural, histórico e científico da área.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maísa Fonseca de. *Revista Acrópole publica residências modernas: análise da revista Acrópole e sua publicação de residências unifamiliares modernas entre os anos de 1952 a 1971*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), 2008.
- ARRUDA, M.A.do N. *Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p.12-13.
- CAMARGO, M. J. *O setor das humanas como patrimônio arquitetônico e a história da arquitetura paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p.200-218.
- AMERICANO, J. A *Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1947. p.249-252.
- ANNUARIO da Universidade de São Paulo: publicação da reitoria 1934-1935. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 1936.
- BELLUZZO, R. C.B. *Qualidade em publicações científicas*. Londrina, 2003. (Palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina – UEL)
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.148-207, 2007.
- CARSALADE, F. de L.. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- CIÊNCIA da informação: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 1-3
- CURRÁS, E. Integração vertical de las ciencias aplicada a redes sociales: sociedad de la información em sus relaciones sistémicas. In: *Redes sociales e colaborativas*, São Paulo: Angelara, 2009. p. 57-92.
- DEACECTO, M. M. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- FROSSARD, V. Tipos e bits: a trajetória do livro. In: *O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação*. Rio de Janeiro, IBICT/DEP/DDI, 2000, p. 47-52.
- HISTÓRIA, memória e patrimônio universitário. In: *Simpósio de Cultura e Extensão*. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, 2012.
- JANOTI, M. de L. O livro fontes históricas como fonte. In: *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 9-22.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARCONDES, C. H. Linguagem e documento: externalização, autonomia e permanência. In: *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 97-110.

ORTEGA, C. D. Sobre a configuração histórica da noção de documento em ciência da informação. In: *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 57-80.

PINHEIRO, A. V. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.33-44.

PINHEIRO, M.L.B. A preservação documental: o desafio dos arquivos de arquitetura. In: CASTRIOTA, L.B. *Arquitetura e documentação*. Belo Horizonte: IEDS; São Paulo: Annablume, 2011. p.93-110.

POLÍTICAS públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012. p. 5-20.

SANTOS, G. C. *Fontes de indexação para periódicos científicos*: um guia para bibliotecários e editores. Campinas: E-color, 2011. 119p.

SAYÃO, L.; SALES, L.F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade*, v. 22, n. 3, p.179-191, set./dez. 2012.

SEGAWA, M.H.; CREMA, A.; GAVA, M.. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. *Ciência da Informação*, v.32, n.3, p.120-127, 2003.

SEGAWA, H. *Apresentação no website da Acrópole eletrônica*. São Paulo: FAUUSP, 2014. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br>>. Acesso em: 25 fev.2016.

SMIT, J. W. A documentação e suas diversas abordagens. In: *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia,10).

SPINA, S. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

STORER, N. W. Introduccion. In: *La sociologia de la ciência, 1: investigaciones teóricas y empíricas*. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 13-18.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 17-18.

Artigo recebido em: 07/03/2016

Artigo aprovado em: 20/06/2016

INTERVENÇÕES EM SUPERFÍCIES DE CONCRETO APARENTE E OS VALORES DA ARQUITETURA MODERNA:

O CASO DO EDIFÍCIO SEDE DA CELPE –
COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

FERNANDA LÚCIA HERBSTER PINTO, FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA, RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL.

Arquiteta (UFPE, 2002), mestre (MDU-UFPE, 2012), professora do Departamento de Arquitetura da FCHE-ESUDA.

FERNANDO DINIZ MOREIRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BRASIL.

Arquiteto (UFPE, 1990), Ph.D (University of Pennsylvania, 2004), professor associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e conselheiro federal do CAU-BR.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p119-139>

INTERVENÇÕES EM SUPERFÍCIES DE CONCRETO APARENTE E OS VALORES DA ARQUITETURA MODERNA: O CASO DO EDIFÍCIO SEDE DA CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

FERNANDA LÚCIA HERBSTER PINTO
FERNANDO DINIZ MOREIRA

RESUMO

A conservação da arquitetura moderna se configura como um tema de grande relevância para o patrimônio na atualidade. Apesar dos vários desafios para conservação dessa arquitetura, a preservação da dimensão material é ainda o principal problema a ser enfrentado e aquele que acarreta mais discussões entre os profissionais envolvidos. Um dos principais protagonistas da arquitetura moderna, o concreto armado também reserva grandes problemas de conservação. Parte do sucesso que a arquitetura brasileira obteve no mundo pode ser creditado à maestria com que esta técnica foi desenvolvida no país e ao fértil diálogo estabelecido entre engenheiros e arquitetos. Entre os anos 1960 e 1970, o concreto foi explorado como uma forma de expressão dos edifícios, sendo deixado à vista sem qualquer tipo de revestimento. Hoje, muitos de nossos edifícios precisam passar por operações conservativas e de restauro, incluindo recuperações estruturais, que muitas vezes comprometem seus valores. Nesse artigo, examinaremos os processos interventivos realizados nas superfícies de concreto aparente do edifício sede da CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, obra notável da arquitetura moderna pernambucana, de autoria dos arquitetos Vital Pessoa de Melo e Reginaldo Esteves.

PALAVRAS-CHAVE

Concreto aparente. Arquitetura moderna. Intervenção de restauro. CELPE.

INTERVENTIONS ON EXPOSED CONCRETE SURFACES OF MODERN ARCHITECTURE: THE CASE OF THE CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – BUILDING

FERNANDA LÚCIA HERBSTER PINTO

FERNANDO DINIZ MOREIRA

ABSTRACT

The conservation of modern architecture is today a topic of great relevance for heritage, not only in Brazil, but also around the world. Despite facing several other challenges, preserving the material dimension in this architecture is still the main issue, and one that ignites most discussions among the professionals involved. Concrete was the main feature in modern Brazilian architecture. Much of the success of Brazilian architecture in the world was due to the skill with which this technique was developed in the country, and to the productive dialogue between architects and engineers. Between 1960 and 1970, concrete was explored as a form of expression in buildings, and left exposed and uncoated. Today, many of those buildings must go through procedures to preserve and restore them, including their structure. In this article, we examine the intervention procedures performed on the surfaces of concrete building CELPE - Companhia Energética de Pernambuco, a remarkable work of modern architecture in Pernambuco by architects Vital Pessoa de Melo and Reginaldo Esteves.

KEYWORDS

Exposed concrete. Modern architecture. Intervention. CELPE.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de intervenção com fins “conservativos”, na arquitetura moderna, são realizados há mais de 40 anos. Apesar de já contarmos com certa experiência acumulada, não se pode falar que esse campo disciplinar tenha atingido maturidade conceitual. O refazer, antes de conservar, caracteriza marcante tendência para bens dessas arquiteturas (SALVO, 2007, p.139).

Tais problemas são provocados, entre outros fatores, pelos materiais modernos: pela sua própria natureza, pela forma como foram utilizados e pela falta de entendimento do desempenho deles em longo prazo, como foi o caso do concreto armado. Susan Macdonald ressalta a crença desenvolvida sobre o concreto de que seria um material eterno e não necessitaria de manutenção (MACDONALD, 2003, p. 06). Tal otimismo infelizmente, não se concretizou, como pode ser percebido nos processos de corrosão em curso em diversos edifícios ao redor do mundo.

A conservação de estruturas de concreto quase sempre altera a autenticidade¹ do material, e dá origem a questionamentos que desafiam a teoria da conservação. A Igreja de Notre Dame du Raincy, um projeto de

1. Neste estudo, a autenticidade será abordada como a capacidade (qualidade) de um atributo em expressar os valores de um bem de forma verdadeira e credível, é um aspecto qualitativo dos atributos (materiais ou não materiais).

Auguste Perret, de 1923, teve todos os seus elementos vazados e os blocos de concreto gradualmente substituídos, pois estes apresentavam várias fissuras e armaduras comprometidas. Conservou-se o projeto original de Perret, mas muito pouco do material original (MOUTON, 1998, p. 60-65; DONZET, 1985, p. 69-71). A piscina dos pinguins do zoológico de Londres, projetada por Berthold Lubetkin, em 1930, apresentava sérios problemas em suas estruturas. Na restauração, levada a cabo ao final dos anos 1980, foi feita uma opção clara pela restauração do design original em detrimento da fábrica do edifício, a qual estava irremediavelmente comprometida (ALLAN, 1996, p.126). Por fim, no sanatório de Zonnestraal, a única solução foi refazer grande parte da sua estrutura altamente comprometida (DE JONGE, 1998, p.148-149; PRUDON 2008, p. 500-510). Esses casos mostram intervenções radicais – possivelmente condenáveis pelas convenções da disciplina da conservação – que foram necessárias para salvaguardar os edifícios e exemplificam os desafios que a conservação desse sistema construtivo traz para a arquitetura moderna.

O concreto foi um material de muita importância para a arquitetura moderna, por proporcionar aos arquitetos uma série de novas possibilidades espaciais e plásticas, mas também expressivas em termos de superfícies. Entre o Pós-Guerra e a década de 1970, a expressão rústica de sua superfície foi utilizada por diversos arquitetos ao redor do mundo – Le Corbusier, Marcel Breuer, James Stirling, Paul Rudolph, Kenzo Tange e Vilanova Artigas, entre tantos outros – como forma de simbolizar suas posições políticas e sociais sobre os acontecimentos da época. No Brasil, por exemplo, o concreto aparente foi amplamente utilizado pela administração pública em seus edifícios, entre finais da década de 1960 e início dos anos de 1980, para simbolizar o crescimento do país, a modernidade e a monumentalidade tão desejadas pelos países em desenvolvimento.

Entretanto, o uso do concreto aparente tem implicações para sua conservação. As estruturas de concreto quando expostas à umidade sofrem com o processo natural chamado de carbonatação, que ocorre a partir da reação entre o gás carbônico existente no ar e os compostos alcalinos presentes no concreto. Quando o concreto é poroso ou apresenta trincas e fissuras, ele permite a passagem de água, oxigênio, gás carbônico e cloretos que vão deteriorando o próprio concreto até atingirem a armadura, que

passa a sofrer corrosão. O uso do concreto aparente contribui ainda mais para esse processo de degradação pelo fato de deixar as superfícies mais suscetíveis às intempéries. Além disso, em regiões tropicais, a umidade imprime manchas nas superfícies, o que fez os proprietários e usuários a revestirem-nas com cerâmicas ou pastilhas.

O concreto armado aparente é, sem dúvida alguma, um elemento qualificador de grande importância para os bens da arquitetura moderna. Ele agrega valor² ao edifício como bem patrimonial. Entretanto, o concreto armado é um sistema construtivo e, como tal, necessita de manutenção constante e preventiva, principalmente pelo fato de ser um sistema, ou seja, a junção de materiais de diferentes naturezas que precisam trabalhar ao mesmo tempo e atender às necessidades estruturais das construções. Isso significa dizer que um dano em um dos materiais do sistema pode trazer prejuízo a todo o conjunto. Para a realização de intervenções em bens da arquitetura moderna construídos em concreto, principalmente o aparente, o conhecimento de suas características técnicas como sistema construtivo se torna imprescindível para a preservação de seus valores e sua significância³.

As intervenções em edifícios de concreto armado colocam algumas questões cruciais para a disciplina da conservação: como intervir no material e conservar os valores, a integridade⁴ e a autenticidade do bem? Como os conceitos de integridade e autenticidade devem ser entendidos

2. O valor é uma categoria analítica central para a determinação da significância de um bem, pois é impossível a realização de qualquer tipo de declaração sem o uso de um sistema de valores que possa representar a importância cultural, atribuída por uma comunidade para seus edifícios. Os valores são de vários tipos e todos devem ser considerados, em primeira instância, para a determinação da significância e não somente aqueles tradicionalmente utilizados pelos especialistas na conservação patrimonial ou da arquitetura (ZANCHETTI; HIDAKA, 2009).

3. Para a Carta de Burra (ICOMOS, 1999), a significação cultural de um bem designa os valores estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras. Ou seja, entende-se a significância cultural como o conjunto de valores culturais atribuídos a um bem, por certo grupo de pessoas.

4. A integridade é uma apreciação da completude e da inteireza do patrimônio cultural e seus atributos. Estudar as condições de integridade exige, portanto, que se examine em que medida o bem: a) possui todos os elementos necessários para exprimir o seu valor universal excepcional; b) é de dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem; c) sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e/ou da falta de manutenção (UNESCO, 2008, p.30).

na arquitetura moderna? Como o atributo⁵ concreto armado aparente participa dos valores desses bens?

Este artigo procura mostrar a importância do sistema concreto armado aparente para as obras da arquitetura moderna, na forma de atributo qualificador dos seus edifícios – característica que lhes agrega valor como bem patrimonial. Para tentar responder essas indagações e nortear a análise, escolheu-se como estudo de caso o Edifício da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), projeto dos arquitetos Vital Pessoa de Melo e Reginaldo Esteves. Tal escolha deveu-se à sua notável qualidade e importância dentro do cenário da arquitetura moderna brasileira dos anos de 1970, e no fato de ter passado por intervenções em suas superfícies e peças de concreto aparente, em um passado recente.

Desde a sua inauguração o conjunto da CELPE recebeu intervenções, algumas mais superficiais, visando adequá-lo às mudanças administrativas ocorridas na empresa, outras corretivas, com intuito de sanar problemas patológicos, sendo mais significativas as realizadas nas estruturas de concreto. A intervenção que será analisada nesse trabalho ocorreu ao longo de 2009 e teve como principal objetivo recuperar estruturas de concreto que se deterioraram devido a infiltrações e contaminação por agentes ambientais (CONCREPOXI, 2009).

Assim, pretendeu-se avançar no entendimento do sistema construtivo concreto armado aparente como atributo patrimonial dos edifícios da arquitetura moderna, além de contribuir na discussão sobre quais caminhos se devem adotar na conservação dos valores do material para essas obras.

Em um primeiro momento será feita a apresentação do edifício e elencados os danos e processos deteriorativos presentes. Em seguida, são descritos os seus valores patrimoniais. Por fim, será mostrada uma avaliação da situação dos valores com a presença dos danos e com base nos processos interventivos realizados no edifício.

5. Pode-se caracterizar o atributo como os elementos que expressam o valor do bem, ou seja, os atributos são os elementos significativos de um objeto, que carregam os seus valores culturais, entre os quais: forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistema de gestão; localização e implantação; língua e outras formas de patrimônio imaterial; espíritos e sentimentos; outros fatores intrínsecos e extrínsecos (UNESCO, 2008).



FIGURA 1

Sede da CELPE, Vital Pessôa de Melo e Reginaldo Esteves, 1972. Vista da fachada principal do edifício. Fotografia: Fernanda Herbster.

2 O EDIFÍCIO E SEUS VALORES

Projeto dos arquitetos Vital Pessôa de Melo (1936-2010) e Reginaldo Esteves (1930-2011), o conjunto da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) (Figura 1) está localizado na Avenida João de Barros, Bairro da Boa Vista, Recife - PE, e foi inaugurado em 1975 como um dos maiores edifícios de escritório da época, com 19.000 m² (MOREIRA; HOLANDA, 2008).

O conjunto é composto por quatro blocos com alturas e usos diferentes, suas fachadas principais são protegidas por uma “grelha” de *brises* verticais e horizontais (Figura 2). Procurando tirar partido da expressividade do concreto, Vital propôs uma grelha de concreto independente acoplada ao bloco principal, criando assim uma fachada com profundidade. Os *brises* em placas de concreto foram estudados em sua direção e inclinação para proteger o pano de vidro posterior da forma mais efetiva,

durante os horários de maior incidência solar. A fixação dos *brises* é feita ora por uma estrutura vertical independente do bloco ora por vigas do edifício que se estendem para apoiá-los.

Essa grelha confunde o olhar do observador e impede que ele decifre o que ocorre dentro da edificação. A fachada é claramente tributária das experiências de Le Corbusier, quando esse, superando a obsessão pela luz dos anos 1920, entendeu que as sombras também poderiam criar espaços. O edifício ainda se destaca por expor, sem mascaramentos, encaixes de peças e juntas de dilatação. As fachadas secundárias são cobertas por pastilhas cerâmicas (de 4x4 cm cada) na cor branca, possuem esquadrias de alumínio e vidros incolores.

O bloco principal tem sua fachada voltada para a Avenida João de Barros, se entendendo por cerca de 100 metros da via e distante 50 metros do logradouro. Tal disposição cria um espaço entre a rua e o edifício no qual foi implantado um jardim de autoria do arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx. O paisagismo do conjunto incorpora espaços para vegetação de pequeno porte e vegetação subaquática, espelho d'água, graminhas e passeios revestidos por pedra portuguesa branca. A disposição dos caminhos e do espelho d'água estabelece uma série de enquadramentos para a fachada e conduz o transeunte a uma escada em concreto, protegida por uma cobertura em balanço. Ao subir as escadas, o usuário tem a oportunidade de vislumbrar novamente o jardim de forma privilegiada.

FIGURA 2

Detalhe da fachada frontal da CELPE. *Brises* verticais e horizontais. Fotografia: Ana Holanda Cantalice.



Além do jardim de Burle-Marx, o edifício destaca-se pelos seus bens artísticos integrados, como a escultura de Abelardo da Hora, no jardim, e os painéis nas áreas sociais – no subsolo, de Paulo Neves, e no pavimento térreo, de Francisco Brennand.

O sistema estrutural do edifício da CELPE é formado por laje nervurada e pilares de concreto, sendo estes dispostos na fachada principal e na parede externa da circulação. Por esse motivo o *layout* interno é bem versátil, adequando-se às necessidades dos usuários e da empresa.

As instalações (elétricas, hidráulicas, ar-condicionado, lógica/telefônica) são dispostas abaixo da laje de cada pavimento, sendo cobertas por forros de gesso ou alumínio. Tais fatores proporcionam maior flexibilidade ao edifício e liberdade para disposição de seus ambientes internos, o que era uma inovação no Recife para a época (AGUIAR, 2010). Os locais reservados às salas de trabalho têm piso revestido por material vinílico (Paviflex) e paredes revestidas com laminado melamínico branco (fórmica). Existem áreas no edifício que receberam acabamento mais nobre, como o *hall* de entrada, as salas de diretoria, algumas áreas de circulação e os auditórios, onde se encontram pisos revestidos com carpete ou granito, paredes cobertas com lâminas de alumínio e tetos com forros de gesso.

O edifício da CELPE é um dos grandes exemplares da arquitetura moderna em Pernambuco, sendo considerado pela Prefeitura da Cidade do Recife um Imóvel Especial de Preservação (IEP) segundo a Lei nº 16.284/97, desde 1996, o que o protege de demolições, descaracterização dos seus elementos originais e alterações em sua volumetria e feição originais.

Mesmo sendo um edifício marcante para a cidade do Recife, existem poucos estudos assinalando a sua importância cultural e artística, por esse motivo, para pontuar os valores a serem considerados na análise das operações de intervenção partiu-se da ficha cadastral do imóvel como IEP (1996) e dos escassos artigos que o citam, mesmo que parcialmente (AGUIAR, 2010; HOLANDA, MOREIRA, 2008). Sendo assim, eles podem ser sintetizados em quatro: o valor artístico, o histórico, o valor de autoria e o de uso.

Muitos atributos podem ser descritos para comprovar a atribuição do valor artístico ao conjunto da CELPE. A fachada curva com brises verticais e horizontais demonstra a preocupação dos autores com a composição estética do edifício, harmonizando-a à adequação climática. O concreto armado aparente foi ostensivamente utilizado no edifício da CELPE, pois simbolizava essa nova forma de construir, mais racional, econômica e adequada às novas formas do pensar arquitetônico moderno. Para a arquitetura moderna, a honestidade dos materiais era qualidade marcante de seus edifícios e o concreto era colocado de forma aparente, sem mascaramentos, inclusive em encaixes de peças e juntas de dilatação (MOREIRA; HOLANDA, 2008). Tais posturas no edifício da CELPE refletem a qualidade artística do conjunto e o respeito e conhecimento dos arquitetos pelo material. Além disso, devem ser ressaltados os bens artísticos integrados, como o jardim de Burle-Marx e os painéis artísticos.

Para pontuar o valor histórico, nota-se a grande importância da obra para a cidade, desde o momento do seu projeto. O edifício é um ícone de uma época em que as instituições públicas procuravam se instalar em edifícios com características progressistas, modernas, a fim de demonstrar sua atualização e preocupação com o futuro, valendo-se de certos materiais, como o vidro, concreto e as pastilhas cerâmicas, assim como da forma inovadora de utilizá-los. Fachadas inteiramente cobertas por vidros e estruturas de concreto armado colocadas de forma aparente demonstravam essa modernidade.

O valor de autoria é conferido ao edifício em relação à obra de seus autores. O conjunto da CELPE apresenta elementos que definem o pensar arquitetônico dos seus autores, Vital Pessoa de Melo e Reginaldo Esteves, dois dos maiores arquitetos atuantes na segunda metade do século XX. Formados em 1961 e em 1954, respectivamente, eles fizeram parte da primeira geração de arquitetos modernos formados em Pernambuco na Escola de Belas Artes, sob a influência dos mestres Delfim Amorim, Acácio Gil Borsoi e Mario Russo.

E por fim, o valor de uso, já que o edifício tem sido utilizado como sede da companhia ininterruptamente por 40 anos. A concepção original foi mantida e ele ainda tem a capacidade de absorver as suas funções originais e adaptar-se às demandas atuais.

3 DANOS E PROCESSOS INTERVENTIVOS AO LONGO DO TEMPO

Segundo informação da própria Companhia, o edifício passou por um processo interventivo entre 2003 e 2004, quando foram recuperados pontos isolados da estrutura de concreto das fachadas do edifício, além da aplicação de proteção superficial com hidrofugante, porém com uma extensão menor se relacionada à de 2009 (analisada nesse trabalho). Segundo dados da empresa, em 2003, a estrutura ainda não apresentava manifestações de problemas patológicos, por isso a intervenção foi preventiva.

Em 2009, os principais problemas encontrados eram danos no sistema de concreto armado causados por infiltrações e pela contaminação por agentes deteriorativos presentes no meio ambiente (CONCREPOXI, 2009). As principais manifestações encontradas foram:

- manchas de eflorescência e fissuras, que ocorriam principalmente na marquise de entrada do edifício principal (Figura 3). Tais danos, segundo relatório fornecido pela empresa responsável pela intervenção, eram causados por uma infiltração que ocorria na laje da marquise;
- corrosão e destacamento do cobrimento de concreto (Figuras 4 e 5);

FIGURA 3

Edifício da CELPE.
Danos da marquise
- eflorescências.
Fotografia:
Bárbara Aguiar.



FIGURA 4 (esq.)

Edifício da CELPE.
Corrosão com
destacamento de
concreto – *brise*. Fonte:
CONCREPOXI, 2009.



FIGURA 5 (dir.)

Edifício da CELPE.
Destacamento do
concreto. Fotografia:
Bárbara Aguiar.



- manchas generalizadas nas superfícies de concreto aparente (Figuras 6 e 7). Essas manchas eram provocadas tanto pelo depósito de fuligem ácida nas superfícies de concreto aparente como por umidade;
- alto grau de comprometimento dos *brises* horizontais e verticais (Figuras 8 e 9). Alguns *brises* das fachadas do edifício da CELPE apresentavam alto grau de deterioração, sem perspectiva de recuperação, sendo a substituição a única solução possível.

Esses danos foram sanados com a intervenção de 2009, objeto de estudo deste artigo, que englobou a recuperação de elementos em concreto aparente, em alguns casos estruturais, como os pilares e marquise frontal do edifício; e em outros compositivos, como os *brises* verticais e horizontais das fachadas. Atualmente, o conjunto da CELPE não apresenta nenhuma manifestação que possa indicar danos nas estruturas de concreto aparente

FIGURA 6 (esq.)

Edifício da CELPE. Manchas causadas pela fuligem ácida e umidade. Fonte: CONCREPOXI, 2009.



FIGURA 7 (dir.)

Edifício da CELPE. Manchas generalizadas. Fonte: CONCREPOXI, 2009.

FIGURA 8 (esq.)

Edifício da CELPE. *Brise* condenado. Fonte: CONCREPOXI, 2009.

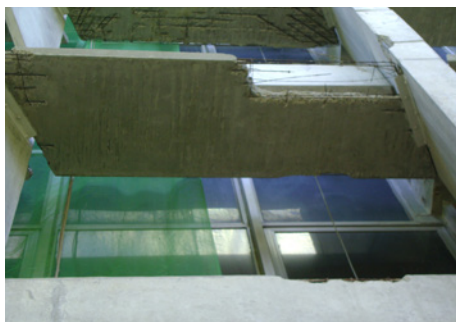
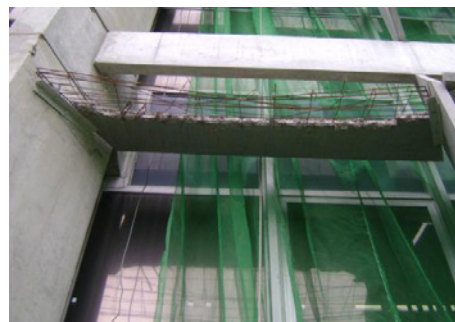


FIGURA 9 (dir.)

Edifício da CELPE. Alto grau de deterioração – *brise* a ser substituído. Fonte: CONCREPOXI, 2009.



– fissuras, destacamento de concreto ou corrosão de armaduras. Apenas em alguns pontos nota-se a presença de manchas escuras nas superfícies de concreto aparente, provocada, possivelmente, pela umidade excessiva advinda de alguns equipamentos, como torres de condensação existentes no terreno do edifício.

4 ANÁLISE DOS VALORES DO EDIFÍCIO FRENTE AOS DANOS E ÀS INTERVENÇÕES REALIZADAS

Para o exame da intervenção no edifício da CELPE, adotou-se o concreto armado aparente como atributo qualitativo do bem e de seus valores patrimoniais, sendo a análise feita a partir das ações executadas.

4.1 Análise dos valores frente aos danos (antes da intervenção)

Danos apresentados: manchas de eflorescência, corrosão e destacamento do cobrimento do concreto, manchas generalizadas nas fachadas causadas por fuligem ácida e umidade excessiva (Figuras 10, 11 e 12).

FIGURA 10 (esq.)

Pilar de fachada do edifício. Corrosão de armadura e destacamento de concreto. Fotografia: Ana Holanda Cantalice.



FIGURA 11 (dir.)

Marquise de entrada do edifício. Eflorescências e fissuras. Fotografia: Bárbara Aguiar.



FIGURA 12

Brises de fachada do edifício. Acentuada deterioração do elemento. Foto: Concrepoxi, 2008.

O concreto armado aparente é muito importante para que as características artísticas do edifício da CELPE possam ser acessadas. A presença de danos nessas estruturas impedia que o seu valor artístico/estético fosse plenamente transmitido, principalmente os problemas que interferiam no aspecto de suas superfícies. Neste caso, também o atributo concreto armado aparente não estava conseguindo transmitir o valor artístico do bem em sua plenitude, gerando perdas em sua significância, integridade e autenticidade.

Como um testemunho histórico, a manutenção do material em seu estado original seria importante para que o edifício servisse de prova das características e da forma de utilização do concreto na época da construção da obra e, das intenções de seus autores. Porém, a extensão dos danos que acometiam as estruturas em concreto no edifício da CELPE fazia com que essa função de testemunho corresse o risco de ser interrompida. Ou seja, o concreto armado aparente, um atributo qualificador da obra, perdia a sua capacidade de transmissão do valor histórico do bem, interferindo na integridade, autenticidade e significância do bem.

Como em outras obras dos autores, o edifício da CELPE tinha no concreto armado um grande protagonista. Assim, os danos existentes no material impediam que todas as qualidades do edifício fossem acessadas em sua plenitude, comprometendo o valor de autoria.

O valor de uso, frente à presença dos danos, era um dos valores mais atingidos para o edifício da CELPE. Apesar de não ter havido interrupções na utilização da edificação, houve perda parcial de sua habitabilidade, já que os problemas existentes nos *brises* da fachada, por exemplo, colocavam em risco a segurança dos usuários do edifício e do seu entorno.

4.2 Análise dos valores frente à intervenção realizada

Nesse momento da análise serão julgados os itens executados na intervenção, de acordo com relatórios fornecidos pela empresa responsável, a partir dos quais é avaliado o impacto em cada valor do edifício, assim como em sua integridade e autenticidade.

Intervenções executadas: a) reabilitação/substituição e impermeabilização dos elementos em concreto aparente componentes da fachada – *brises* e pilares; e da escada de acesso ao edifício; b) reabilitação e impermeabilização da marquise de entrada do edifício (Figuras 13, 14 e 15).

FIGURAS 13, 14 E 15

Intervenções executadas no edifício da CELPE. Recuperação de pilares e brises, laje da entrada principal. Fotos: Concrepoxi, 2009.



A reabilitação/substituição e a impermeabilização dos elementos de fachada e escada de acesso foram as ações interventivas mais importantes executadas no edifício da CELPE, pois interferiram diretamente do aspecto geral do bem, além de recuperar a segurança de seus usuários. Esse processo incorporou a limpeza das superfícies de concreto, abertura das fissuras para verificação da extensão dos danos à armadura e recuperação pontual desta. No momento do fechamento das áreas recuperadas, foram feitos testes com várias marcas de reparo estrutural, sendo utilizado o que mais se assemelhava, em seu aspecto final, ao concreto aparente original da obra. Após esse procedimento, foi aplicado um material hidrofugante em toda a extensão da estrutura de concreto aparente.

De todos os elementos recuperados nessa operação, os *brises* receberam maior atenção na intervenção, por se tratarem de elementos marcantes na fachada do edifício e por apresentarem um alto grau de deterioração.

Para essas ações, destacam-se ganhos substanciais para praticamente todos os valores do edifício, principalmente o de uso. Apenas em relação ao valor histórico, devido à perda parcial do material original, é que ocorreram perdas,

inclusive para a autenticidade. Porém, como já visto, o concreto armado aparente faz parte do sistema construtivo estrutural concreto armado, e como tal, não pode ser tratado como um elemento a parte. Ou seja, os danos que acometem as suas superfícies também acometem o sistema como um todo, e a não intervenção pode gerar perdas maiores para o bem e sua significância.

Ao analisarmos o aspecto atual das superfícies recuperadas ou dos *brises* substituídos, não existe visualmente um conflito entre materiais (Figuras 16 e 17). Assim, a recuperação desses elementos trouxe ganhos para a significância do bem, também para os seus valores e integridade, na medida em que houve o resgate da capacidade do atributo concreto armado aparente de transmitir as qualidades do bem. Se não considerarmos apenas a materialidade, também houve ganhos para a autenticidade, já que existiu, por parte dos gestores do projeto, a preocupação de documentar todo o processo interventivo e de tentar adequar aos novos materiais a intervenção aos materiais já existentes no edifício, tendo como foco sempre a importância cultural do bem.

A reabilitação e impermeabilização da marquise de entrada da CELPE foi uma ação que trouxe grandes ganhos para a segurança estrutural e dos usuários do edifício, além de ganhos estéticos. Por se tratar de um elemento de destaque na composição do edifício, além de estar instalada numa área com grande fluxo de pessoas, sua recuperação foi imprescindível para que o bem recuperasse seus valores integralmente. O passo inicial foi sanar uma infiltração que afetava diretamente o elemento. Em seguida, foi utilizada a mesma técnica de recuperação dos *brises* e pilares nas superfícies

FIGURA 16

Fachada sul do edifício da CELPE, em 2008, antes da intervenção. Pilar apresentando manchas de umidade e corrosão. Fotografia: Concrepoxi.

FIGURA 17

Mesmo local, em 2012. Pilar recuperado em 2009 sem grandes diferenças visuais para a estrutura original. Fotografia: Fernanda Herbster.



da marquise, acrescida da nova impermeabilização e tratamento de fissuras. A gárgula utilizada para escoamento de água da marquise foi um ponto muito importante da reabilitação, devido ao seu alto grau de deterioração (Figuras 18 e 19).

Após todo o processo de reparação, a marquise foi protegida com o mesmo material utilizado para os *brises* e pilares, proteção superficial com hidrofugante. Porém, atualmente a marquise encontra-se pintada com tinta na “cor de concreto”, fato que diminui muito sua rusticidade e impede que os valores do material sejam acessados em sua plenitude (Figuras 20, 21 e 22).

FIGURA 18 (esq.)

Fachada principal do edifício da CELPE, em 2008, antes da intervenção. Rusticidade original, sem revestimento. Fotografia: Ana Holanda Cantalice.



FIGURA 19 (dir.)

Fachada principal do edifício da CELPE, 2008, antes da intervenção. Situação da gárgula. Fotografia: Concrepoxi.



FIGURAS 20 E 21

Fachada principal do edifício da CELPE, atual. Diferença do material posto de foram aparente (pilar) e pintado (na marquise). Fotografia: Fernanda Herbster.

FIGURA 22

Fachada principal do edifício da CELPE, em 2012. Marquise livre dos processos deteriorativos, mas revestida com pintura, inclusive a gárgula. Fotografia: Fernanda Herbster.



Ao avaliarmos as ações da intervenção de 2009, são considerados muito ganhos, principalmente para os valores de uso, artístico e de autoria do edifício, assim como para a integridade do bem, pois o atributo concreto armado aparente voltou a transmitir os seus valores. Quanto ao valor histórico e a autenticidade, ocorreram perdas em relação ao material original, mas como esse se encontrava acometido por severa deterioração, a sua permanência também não garantia a transmissão do valor, sendo a única alternativa a recuperação/substituição do material original. Tal ação impediu que no futuro intervenções de maior escala fossem necessárias e perdas maiores acometessem o bem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para qualquer bem cultural arquitetônico – de qualquer estilo e qualquer época – as operações interventivas sejam para reparos ou de conservação/restauro devem ser um ato crítico, nunca um cumprimento de regras. Deve adequar-se aos aspectos materiais, documentais e formais do bem, de forma a difundi-lo para as futuras gerações da melhor maneira possível. Para os bens arquitetônicos modernos, construídos em concreto aparente, não devem existir posturas diferentes, porém alguns aspectos devem ser pontuados.

A manutenção do material original nesses bens é uma tarefa difícil de ser concretizada. Tal fato se deve ao alto custo das técnicas eletroquímicas e principalmente, à falta de manutenções preventivas nas estruturas, o que agrava a extensão dos danos e obriga a intervenções mais invasivas.

É necessária uma equipe multidisciplinar para toda intervenção, e de qualquer tipo, em bens patrimoniais – independente de época ou material construtivo. Tal ação resultará em ações interventivas mais conscientes e maiores ganhos em relação à manutenção de seus valores.

Para o edifício da CELPE houve a consciência, no momento das proposições de intervenção, de considerar o edifício como um bem patrimonial, assim como da integração dos vários campos disciplinares. Foram feitos testes para que os novos materiais inseridos se adequassem, da melhor forma possível, aos materiais originais sem que houvesse grandes interferências nas qualidades das superfícies aparentes de concreto.

Como pontos positivos, ressalta-se que os processos de deterioração foram cessados. As ações conservativas realizadas no edifício da CELPE se configuraram como de suma importância para preservação do bem e de

seus valores patrimoniais, gerando uma maior proteção e longevidade ao bem. Entretanto, deve-se ressaltar que o aspecto negativo reside na dificuldade da reversão.

Como já visto, as superfícies de concreto aparente são parte integrante do sistema construtivo concreto armado, e como tal, toda e qualquer intervenção nesse material deve ser pensada considerando a estabilidade e segurança do edifício como um todo. Por outro lado, também não podem ser justificativa para a descaracterização do bem.

Acreditamos que as técnicas utilizadas para a recuperação do edifício da CELPE foram as mais apropriadas, devido ao alto grau de deterioração em que se encontravam os elementos de concreto aparente da fachada, principalmente os *brises*. Assim como a proteção superficial, onde foi utilizado um material hidrofugante sem brilho.

Para essa intervenção ocorreram perdas, principalmente do material original, mas os ganhos foram muito maiores. Valores foram recuperados e a capacidade do atributo qualitativo, concreto armado aparente, de transmitir os valores do bem de forma plena foi devolvida, acentuando a sua integridade. Para a autenticidade também ocorreram perdas, se considerarmos só a materialidade do bem, mas os danos presentes no concreto já mascaravam suas qualidades patrimoniais. Mas se considerarmos, paralelamente, a recuperação dos valores simbólicos do bem, a autenticidade foi acentuada e existiram ganhos para a significância do bem.

Outros fatos também devem ser pontuados para esse edifício. Não foi documentado, no final da intervenção, um Plano de Manutenção Preventiva para conservação das estruturas de concreto aparente, ação que pode dificultar a conservação do restauro efetuado e proporcionar o aparecimento de novos danos. Por outro lado, a consciência existente dentro da empresa CELPE sobre a importância do edifício como bem patrimonial é um fato que concorre à sua preservação.

Esta intervenção pode ser considerada uma exceção. Ao contrário de obras de um passado mais longínquo, não é comum existir uma preocupação marcante com a conservação. As operações são guiadas quase sempre pelo refazer em detrimento do conservar ou restaurar. Essa postura é movida mais pela falta de conhecimento dos valores dos bens, do que propriamente pela falta de consciência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Bárbara Cortizo de. Conservação da arquitetura moderna: plano de conservação para o edifício sede da Companhia Elétrica de Pernambuco. In: *Anais do III Seminário Docomomo Norte-Nordeste*, João Pessoa: UFPB, 2008.

ALLAN, John. Conservation of modern buildings: a practitioner's view. In: MACDONALD, Susan (org.) *Modern matters: principles and practice of conserving recent architecture*. Shaftesbury: Donhead, 1996. p.123-128.

CONCREPOXI. *Relatório de acompanhamento de obra*. Recife, 2009.

DE JONGE, Wessel. Zonnestraal Sanatorium, Hilversum. In: CUNNINGHAM, Allen (org.) *Modern movement heritage*. London: E&FN Spon, 1998. p.149-158.

DONZET, André-Jean. Notre-Dame du Raincy. *Monuments historiques*, n.140, p. 69-71, 1985.

HOLANDA, Ana Carolina; MOREIRA, Fernando Diniz. Arte e ética dos materiais na obra de Vital Pessoa de Melo, 1968-1982. *Risco*, n.8, p.49-68, 2008.

MACDONALD, Susan. 20th century Heritage: Recognition, Protection and Practical Challenges In: *ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger*. Paris: ICOMOS, 2003.

MOUTON, Benjamin. Restauration de l'église du Raincy. *Monumental*, n.16, p.60-65, 1997.

MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Síntesis, 2004.

PRUDON, Theodore. *Preservation of modern architecture*. New York: John Wiley, 2008.

SALVO, Simona. Restauro e “restauros” das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto. *Revista CPC*, São Paulo, n. 4, 2007.

UNESCO. 2008. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris: World Heritage Centre, 2008.

ZANCHETI, Sílvio; HIDAKA, Lúcia. A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna. Recife-PE: I Curso Latino-Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna (MARC/AL), 2009.

Artigo recebido em: 18/01/2016

Artigo aprovado em: 04/07/2016

RESENHA

DO MATERIAL

AO IMATERIAL:

PATRIMÔNIOS CULTURAIS DO BRASIL.
CORÁ, MARIA AMELIA JUNDURIAN. SÃO
PAULO: EDUC: FAPESP, 2014. 360p.

SARA SANTOS MORAIS, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL,
BRASÍLIA-DF, BRASIL.

Mestre em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB).
Atualmente é técnica em antropologia do Iphan. E-mail: <sarasmorais@gmail.com>.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p140-148>

A publicação do Decreto 3.551, a 08 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio do Brasil e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), desencadeou não apenas a atuação do Estado junto a grupos historicamente à margem de políticas públicas de patrimônio, como também suscitou e aqueceu o debate acadêmico e o lançamento de publicações sobre o tema, cujo volume e densidade vêm crescendo nos últimos 15 anos. Desde então, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vem implementando políticas voltadas para a valorização, o reconhecimento e o apoio sustentável do chamado patrimônio imaterial brasileiro (denominado, até então, de folclore ou cultura popular), a partir de ações de inventários, proposições de registros e projetos de salvaguarda, desbravando um campo de atuação institucional e ação profissional inexplorados. Apesar do surgimento de um conjunto bibliográfico apreciável, não havia, porém, nenhum estudo de fôlego que iluminasse os meandros do processo mais amplo de institucionalização das políticas patrimoniais, com ênfase no PNPI.

Preenchendo essa lacuna, *Do Material ao Imaterial*, originalmente tese de doutorado defendida junto ao Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), de autoria de Maria Amelia Jundurian Corá, fornece aos estudiosos e interessados no

tema um panorama abrangente do contexto político, dos marcos teóricos e dos pressupostos ideológicos subjacentes a tal processo. Os dados apresentados por Corá, construídos por meio de entrevistas com agentes que “participam e legitimam essa política cultural” (p. 29), como técnicos do Iphan, consultores e detentores de bens culturais registrados, bem como da leitura e interpretação de documentos oficiais produzidos pelo Iphan e bibliografia especializada, retraçam o percurso de implantação e aperfeiçoamento deste programa de governo muitas vezes relegado a um simples ponto de apoio à criação do instrumento do registro do patrimônio imaterial.

Nas palavras da autora, o objetivo geral do livro é “compreender o papel do Estado na valorização da política cultural e das próprias manifestações culturais, a partir de uma dinâmica em que o mercado e a sociedade são trazidos como agentes do campo da cultura.” (p. 20). Mais concretamente, o problema central enfrentado pela pesquisa recaiu sobre os avanços e limitações do PNPI desde sua criação, assim como sobre os impactos gerados pela sua implantação na política cultural brasileira e na dinâmica dos bens culturais registrados como Patrimônios Culturais do Brasil. Em linhas gerais, a autora defende que o PNPI promoveu uma série de atividades que resultaram na efetiva implantação da política de patrimônio imaterial no Brasil, dentre as quais ações de apoio e fomento à salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro, mas também outras, de ordem mais institucional, como a criação do Departamento de Patrimônio Imaterial em 2004 e a realização de concurso com vagas para técnicos formados em ciências sociais (antropologia) e história.

O livro é estruturado pela introdução, seis capítulos e as considerações finais e pode ser recortado em três temas principais: 1) Estado e políticas culturais e patrimoniais; 2) Implantação da política federal de patrimônio imaterial no Brasil e 3) Impactos da salvaguarda nas dinâmicas de produção e reprodução dos bens culturais registrados. Além disso, há quadros sinópticos produzidos pela autora que organizam as informações processuais e cronológicas, o que facilita a leitura daqueles que não estão familiarizados com o contexto das políticas federais de patrimônio no Brasil.

Antes de avançar, é preciso notar que o livro acumula um conjunto muitas vezes heterogêneo de questões e temáticas em cada capítulo sem que a discussão se esgote, extrapolando-a para os capítulos seguintes.

A título de sugestão, a autora poderia condensar alguns destes, o que tornaria sua argumentação mais enfática e precisa. O preâmbulo teórico conceitual delineado, por exemplo, não desemboca no exercício analítico proposto nos demais capítulos, gerando confusões de algumas ordens, como aquelas observadas entre os termos cultura e patrimônio, uma abordagem simplificadora do conceito de identidade e a falta de elucidação sobre a noção de referências culturais.

Na seção introdutória, a autora delinea quatro frentes de discussão que serão retomadas com maior ou menor ênfase nos capítulos subsequentes. Em primeiro lugar, a fim de discutir as mudanças ocorridas no campo da cultura popular em relação à sua reapropriação como patrimônio imaterial, parte de uma revisão conceitual das noções de memória, tradição e identidade, vetores incontornáveis para a compreensão ideológica da construção de uma “cultura nacional”. Em seguida, a autora se volta para a análise da criação do Iphan, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro criado em 1937, com o intuito de argumentar que o mesmo cristalizou um conjunto de princípios e critérios que definiu e circunscreveu o repertório de bens que vieram a ser erigidos como patrimônio da nação, símbolos da identidade nacional. Em terceiro lugar, a discussão concentra-se na implementação da Política de Patrimônio Imaterial no Iphan através da publicação do Decreto 3.551/2000, enfatizando a dinâmica de execução do PNPI, possibilitada por uma conjuntura favorável que articulou responsabilidades compartilhadas entre Estado e detentores de bens culturais. Aponta, por fim, que os parâmetros instituídos pela política de patrimônio imaterial apresentaram, em relação à cultura popular, um tratamento diametralmente oposto àquele defendido pelos folcloristas. Segundo ela, tal inflexão, a um só tempo teórica, política e ideológica, favoreceu a identificação de bens culturais brasileiros, uma vez que os temores e um certo romantismo que impregnavam as propostas e iniciativas de intervenção dos folcloristas foram superadas pela consideração dos bens culturais em contextos contemporâneos de produção e reprodução que levam em conta as suas transformações e dinâmicas de circulação.

No Capítulo 1, “Debates e Usos das Culturas”, Corá aponta a importância das instituições públicas que atuam diretamente com políticas culturais, vistas como protagonistas na dinamização das redes de mobilização local.

Embora não fique claro de que instituições trata a autora, ela afirma que redes que se formaram são fundamentais para uma gestão satisfatória da política cultural, pois “favorece[m] a descentralização dos recursos, considerando que há um maior número de grupos envolvidos no processo.” (p. 66). O PNPI, ao concentrar suas prioridades de ação na salvaguarda dos bens culturais, disponibilizaria maneiras sustentáveis para a continuidade de práticas comunitárias, respeitando modos locais de produção e auxiliando na distribuição mais igualitária dos recursos disponíveis em seus universos culturais e econômicos.

No intuito de especificar a divisão institucional das áreas de atuação do Departamento de Patrimônio Imaterial – responsável pela gestão do PNPI –, Corá descreve a estrutura geral e a dinâmica de funcionamento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa, destacando as atribuições das coordenações que integram o departamento: identificação (pesquisas, mapeamentos, etc.), registro (reconhecimento do patrimônio imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil) e salvaguarda (ações de apoio e fomento a bens culturais registrados). Conclui que a integração de todas essas atividades na formulação de ações que tentam considerar a multiplicidade de demandas dos mais diversos grupos detentores de saberes tradicionais nem sempre é de fácil apreensão em um programa de governo da monta do PNPI.

O Capítulo 2, intitulado “Patrimônio – do material ao imaterial”, apresenta discussão sobre os primórdios da construção da política de patrimônio imaterial no Brasil e o contexto da ação internacional no tema, com foco nas publicações das convenções da Unesco e sua considerável repercussão nas políticas patrimoniais dos países que as ratificaram. A viabilização de instrumentos técnicos e procedimentos metodológicos no processo de patrimonialização de bens culturais foi, segundo a autora, fundamental para a constituição de um campo político voltado ao reconhecimento e à valorização da então denominada cultura popular. Ao comentar sobre a publicação do Decreto 3.551/2000, instrumento para patrimonialização de bens imateriais no Brasil, Corá afirma que o processo de registro dos bens culturais de natureza imaterial se dá “por meio da metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais” (p. 96).

Ora, não há nenhum documento oficial do Iphan que obrigue a utilização de INRC na instrução de processo de registro, embora a “metodologia” tenha sido privilegiada em muitas delas. A própria Resolução

nº 001, de 3 de agosto de 2006, que determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de registro de bens culturais de natureza imaterial, não é restritiva no que se relaciona a modos de produção de conhecimento sobre o bem, indicando apenas que o requerimento para instauração de processo deve apresentar, entre outras coisas: informações básicas sobre o bem, documentação mínima disponível, adequada à natureza do bem, tais como fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filme, referências documentais e bibliográficas disponíveis (Artigo 4º, Incisos IV a VI).

Este capítulo fornece ainda discussão teórica sobre os termos tradição e identidade, relacionando-os à questão da memória, com vistas à compreensão dos processos de patrimonialização nacionais. A noção de patrimônio, segundo a autora, designa um conjunto de práticas culturais fundadas na tradição que permite a identificação dos indivíduos com seu grupo, os quais se reconhecem através de sua memória coletiva. É (o patrimônio) “uma forma de identificação de um espaço, de um tempo e de um grupo que o utiliza para se referir a uma estrutura ou formação social.” (p. 81).

O Capítulo 3, “Estado e cultura: as bases da política cultural brasileira”, resgata a influência do instigante e pouco explorado Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) – fundado por Aloísio Magalhães em 1975 – que possuía como principal objetivo “propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros.” (p. 123). É atribuída a Magalhães uma perspectiva mais ampla e moderna de patrimônio, que ancorava a questão patrimonial ao desenvolvimento econômico do país, no intuito de identificar referências para criar indicadores que possibilitassem a estruturação de um modelo de desenvolvimento alicerçado na diversidade cultural brasileira. É importante acrescentar que o CNRC produziu ressonâncias nas bases teóricas que propiciaram a criação do INRC. A noção de referências culturais, por exemplo, foi retomada pelos agentes à frente da discussão que deu origem ao Decreto 3.551 e ao INRC no Iphan – muitos dos quais, inclusive, haviam trabalhado no CNRC –, gerando não só certa continuidade institucional de cunho teórico-metodológico, mas também de prosseguimento do caráter participativo e inclusivo respaldado pelas iniciativas anteriores.

No Capítulo 4, “O Iphan e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, a autora discute a implantação do PNPI a partir dos recursos disponibilizados pelo Iphan para tal objetivo, além da capacidade estrutural da Instituição na inserção de um novo programa de governo no rol de suas atividades. Para tanto, a autora descreve brevemente as atribuições da Instituição e sua estrutura organizacional. Das diversas responsabilidades atribuídas ao Departamento de Patrimônio Imaterial, Corá concentra-se em três delas: a difusão do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o registro dos bens culturais de natureza imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil e a execução do PNPI. Discorre brevemente sobre a perspectiva trazida pela política de patrimônio Imaterial, cuja ênfase recai no reconhecimento cultural do país a partir das demandas de reconhecimento dos próprios detentores dos saberes, diferindo da lógica do Tombamento que impera no patrimônio material.

Corá comenta que o início do PNPI contou com uma ampliada difusão e apropriação do INRC pela sociedade civil e pela Academia. É necessário apontar que, vinculado aos objetivos mais amplos de conhecer e reconhecer os bens imateriais brasileiros, o INRC é fruto de uma série de iniciativas e propósitos que tinham como objetivo produzir informações e levantamentos das referências culturais para subsidiar a formulação das políticas patrimoniais pelo Iphan. O capítulo demonstra ainda que o Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular (CNFCP) foi encarregado de desenvolver pesquisas-piloto em 2001 utilizando o recém-publicado Manual do INRC. Destes inventários surgiram quatro registros de bens culturais imateriais (Ofício das Baianas de Acarajé, Viola de Cocho, Bumba-meu-boi no Maranhão, Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas), embora em alguns casos a participação do CNFCP tenha se restringido a uma fase específica do processo de registro ou da pesquisa.

A descentralização da execução e do acompanhamento das atividades do PNPI foi apontada, ainda no capítulo 4, como fundamental para uma boa atuação do Iphan no sentido da sua efetividade nos estados. Infelizmente, como coloca a autora, o número irrisório de servidores que compõem o corpo técnico especializado para lidar com patrimônio imaterial, e mesmo a sua inexistência em algumas Superintendências estaduais, coloca em risco a execução do programa, pois “não há pessoal

suficiente para gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, registro, acompanhamento e valorização do patrimônio cultural de natureza imaterial, por meio dos planos de salvaguarda” (p. 169). Vale acrescentar que esse número diminuiu ainda mais desde a investigação da pesquisadora. Junte-se a esse cenário a falta de apropriação da embrionária política, seja pelo público externo (comunidades detentoras), seja pelo aparelho burocrático do Estado.

A compreensão do universo dos bens registrados – sua dispersão pelo território brasileiro, as motivações dos pedidos de reconhecimento e os desafios enfrentados na salvaguarda – é escrutinada no Capítulo 5, denominado “Patrimônios Culturais do Brasil”. A discussão contida nesta parte do livro lança luz à questão da abrangência dos bens culturais em determinado território, frequentemente mais ampla do que a circunscrição das pesquisas (inclusive as realizadas com INRC) consegue abarcar. Ressaltamos que as descrições sobre o bem, apresentadas no Dossiê de Registro, exercem impacto direto nas escolhas e atividades construídas posteriormente nos planos de salvaguarda. As diferentes motivações para o desenho desses planos, a importância da construção de redes e parcerias que permitam o acesso dos detentores a outras políticas públicas, as estratégias de transmissão do saber às gerações mais novas e as ações de preservação que visem à sustentabilidade do bem são temas discutidos no capítulo 6 (“Transformações e Impactos nos Bens Culturais após o Registro de Patrimônio Cultural do Brasil”).

Por fim, nas Considerações Finais, a autora enfatiza que o PNPI promoveu mudanças importantes em relação à atuação das políticas culturais, “trazendo a cultura popular para o campo do patrimônio” (p. 309). A explanação sobre o papel do Estado e de organismos internacionais como a Unesco enquanto formuladores de políticas públicas voltadas ao patrimônio pode ser considerado o ponto forte do livro.

Deslizes cometidos em relação a algumas noções e procedimentos institucionais (“quem elege os patrimônios são os técnicos do Iphan”, p. 82; “o inventário constitui a primeira etapa do processo de registro de um bem cultural”, p. 203), embora fragilizem alguns argumentos, não prejudicam a leitura mais ampla do livro. Os questionamentos colocados pela autora são fonte importante para outras discussões, permitindo avançar

as reflexões sobre a atuação dos órgãos de gestão do patrimônio imaterial e a produção acadêmica sobre o tema. Além disso, *Do Material ao Imaterial* possui o mérito notável de demarcar, de maneira inédita, o contexto e os eventos estruturantes na consolidação no PNPI, tornando sua leitura evento inadiável para aqueles que desejam compreender as diversas facetas das políticas patrimoniais no Brasil e abrindo novas frentes de investigação, especialmente no tocante às interfaces e interrelações entre bem registrado e mercado.

Resenha recebida em: 05/03/2016

Resenha aprovada em: 13/05/2016

RESENHA *PATRIMÔNIO CULTURAL EM OFICINAS:*

ATIVIDADES EM CONTEXTOS ESCOLARES.

LACERDA, AROLDO DIAS; FIGUEIREDO,
BETÂNIA GONÇALVES; PEREIRA, JÚNIA
SALES PEREIRA; SILVA, MARCO ANTÔNIO.
BELO HORIZONTE: FINO TRAÇO, 2015.

MARIA MARTA DOS SANTOS CAMISASSA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA, MINAS
GERAIS, BRASIL.

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa de 1993 a 2014.

Mestre pela Architectural Association, doutora pela University of Essex e pós-doutorado pela University of
Cambridge (ambas no Reino Unido) sobre arquitetura doméstica do século XIX e XX.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p149-155>

FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS PRESERVACIONISTAS EM OFICINAS PEDAGÓGICAS

Em meio às atuais e constantes discussões sobre patrimônio histórico-cultural, uma delas é a da formação de especialistas para a inserção desse conteúdo no ensino formal. No nível superior, pouquíssimos cursos, incluindo os de História, oferecem esse conteúdo, mesmo nos de Licenciatura. Nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, únicos com obrigatoriedade legal, é praticamente recente a obrigatoriedade do assunto pelas Diretrizes Curriculares (DCN's 1994). Mesmo assim, podem ser feitas ressalvas quanto à abrangência e profundidade com que é tratada nos inúmeros cursos em funcionamento espalhados no país. Porém, há uma grande distância entre a atuação do profissional arquiteto e urbanista e a da docência no ensino fundamental e médio. No fundo, não é uma distância, mas uma barreira: bacharel e licenciado são duas formas que não se confundem e um não ocupa o posto do outro em um estalar de dedos.

No que diz respeito à identificação e preservação do nosso patrimônio, as Diretrizes Básicas da educação nacional estabelecem a necessidade de promover uma abordagem do tema da cultura e de sua proteção de forma transversal. Ou seja, se já não é tão simples inserir um assunto, a falta de opções de livros didáticos prontos para serem adotados é facilmente detectável. O livro de Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg

e Adriane Queiroz Monteiro – *Guia Básico de Educação Patrimonial* – publicado pelo Iphan em 1999, direcionado aos professores a partir da experiência das autoras com atividades oferecidas pelo Museu Imperial em Petrópolis (RJ), é leitura obrigatória e ponto de partida para novas abordagens. Com edição esgotada por vários anos, o acesso à publicação continua restrito. Ele está disponível na forma virtual através do portal do Iphan, mas quantas pessoas têm acesso a esse material? Outras poucas opções são encontráveis no mercado em forma impressa, excetuando-se as publicações de pequena circulação com abordagens regionais ou micror-regionais. Em geral, enquadram-se neste tipo as publicações de museus. Um título da Editora Moderna, que tem ampla participação no mercado de livros didáticos, deve ser mencionado por sua adequação ao amplo tema da Educação Patrimonial. Trata-se do livro de Maria Helena Pires Martins, intitulado *Preservando o Patrimônio e Construindo a Identidade*, com ilustrações de Giroto. A primeira edição saiu em 2001 e em 2010 já estava na 15ª. reimpressão. Este fato comprova a demanda nas salas de aula. Mas ainda está longe de confirmarmos que a demanda está próxima de ser atendida. Pertencente à série *Aprendendo a com-viver*, o livro pode ser datado: pertence aos primeiros anos do século XXI. O tema do patrimônio imaterial ainda não estava na ponta da língua como hoje, mas mesmo assim a abordagem inclui discussões sobre o assunto. Falta, no entanto, uma atualização sobre as questões legais e de condução dos órgãos de preservação desde o âmbito internacional ao estadual. Mas não é esse livro que esta resenha objetiva.

Antes de passar adiante, só mais um aspecto deve ser mencionado: a abordagem do assunto em livros classificados como de literatura infanto-juvenil. Neste contexto, três títulos devem ser citados. São eles: *Carta para Alice*, de Maria Christina Veras (José Olympio); *A pedra e o menino*, de Ronaldo Simões Coelho (ilustrações de Denise Nascimento; Paulus) e *Eu me lembro*, de Gerda Brentani (projeto gráfico de Silvia Massaro; Companhia das Letrinhas). O primeiro, publicado em 2007, contém as memórias da filha de José Lins do Rego, em sua infância passada na Paraíba, escritas para sua neta que foi criada no Rio de Janeiro. Nesse caso, a autora relembra a vida simples nos engenhos nordestinos e seleciona o imaginário infantojuvenil como seu interlocutor. No segundo caso, o médico e também

escritor Ronaldo Simões Coelho cria uma história a partir de sua própria experiência em cidades históricas mineiras. Apesar de não identificar o verdadeiro local onde a história se passa, o contexto de igrejas barrocas e a religiosidade da população são finamente ilustrados com desenhos de locais fictícios em meio a reproduções de obras de Aleijadinho e de Mestre Ataíde. O terceiro livro é marcado pelo relato de como as mudanças tecnológicas afetaram a vida de uma criança que se tornou adulta acompanhando o desenvolvimento: o telefone, o carro, o transistor, o zíper... Assim, a autora expõe o surgimento das novidades do mundo contemporâneo para “espanto” de uma criança ou adolescente de hoje. A intenção de todos os autores é a mesma: resgatar uma vivência em que a identidade local é retratada a partir de fatos reais. Este conjunto de obras é apenas um mostruário do que foi possível cavar em meio a uma centena de títulos destinados ao público infantil que promovem uma reflexão sobre os objetos e fatos que foram sendo perdidos no tempo, mas nem sempre perdidos na memória. No site do Iphan, encontra-se para *download* gratuito uma série de publicações sobre o tema da educação patrimonial, dentre eles, um grupo de livros que apresenta uma seleção de títulos infantis de interesse para professores do assunto. Esta coleção, publicada em 2007, intitula-se *Patrimônio e Leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil* e é coordenada por Maria Beatriz Rezende. Esse material é de fundamental importância, até para verificar a nova abordagem do próprio Iphan em relação às políticas de preservação contemporâneas.

No livro em questão – *Patrimônio Cultural em Oficinas* – os objetivos são amplos e dão oportunidade aos professores para aprofundar no assunto de forma teórico-construtiva, mas também na prática de oficinas pedagógicas. A organização do conteúdo proporciona estas oportunidades. O livro está dividido em uma introdução com um histórico sobre a formação da política nacional de proteção do patrimônio, incluindo as opções de cada momento sobre o quê preservar, seguida de 12 propostas de oficinas temáticas. Desde o início, a legislação sobre ensino e sobre patrimônio cultural está bem colocada de forma intrínseca e é a partir dela que os autores apresentam suas propostas e visões. O leitor poderá então entender que o assunto não é apenas uma opção desta ou daquela escola ou uma tendência da contemporaneidade. Trata-se de uma obrigatoriedade que está na Lei

de Diretrizes Básicas do Ensino Nacional desde 1996, no cumprimento da Constituição Federal (artigos 210, 215 e 216, de 1988) e na legislação complementar posterior. Como não podia deixar de ser, em função da origem de seus autores, o conteúdo do livro faz referência em especial ao contexto de Minas Gerais. Porém, sua abordagem deixa margens para ser utilizada em qualquer lugar com as devidas adaptações.

Esta publicação contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e faz parte da *Coleção Formação Docente*, da editora Fino Traço. Dentre os autores, Betânia Gonçalves Figueiredo e Júnia Sales Pereira são professoras da UFMG. Os outros dois também são professores de cursos de graduação e do ensino médio na rede particular em Belo Horizonte. Há indícios de que houve trabalhos coletivos da equipe, anteriores a este, como comunicação de resultados de projetos de pesquisa e/ou extensão, incluindo titulação em grau de pós-graduação.

Um dos pontos mais importantes deste livro é que os autores partem do princípio de que os próprios professores do ensino fundamental e médio, ou seja, justamente os agentes responsáveis pela introdução do aluno no assunto na escola formal, não tiveram na sua formação (e muitas vezes no seu histórico pessoal) uma participação consciente em eventos culturais - seja como parte de seu cotidiano, seja como conhecimento do próprio conceito de cultura de forma acadêmico-teórica aplicável na docência junto ao ensino formal de nível fundamental e/ou médio. O livro tem linguagem acessível, um tanto dialógica, direcionada aos docentes em seu ofício no dia a dia das escolas. Fica então exposto o problema das dificuldades em oferecer - como professores - conteúdos didático-pedagógicos, práticos ou teóricos, no campo da cultura. Segundo os autores, uma simples visita a um museu já é por si só uma novidade, tanto para os alunos como para os professores.

Outro ponto importante do conteúdo é reconhecer e deixar explícito que o patrimônio cultural, ou o conceito de patrimônio cultural, é mutável. É preciso reconhecer que todo este envolvimento com o assunto é um processo por si mesmo, inclusive no que diz respeito ao conteúdo do livro, como expõem os autores: “Não se pode definir em absoluto o que

representa o patrimônio cultural [...] A própria construção da ideia do patrimônio histórico e cultural, como demonstrado ao longo deste texto, encontra-se em movimento de recriação.” (p. 20).

As oficinas são apresentadas em uma sequência não obrigatória, podendo ser selecionada pelo(a) professor(a) a melhor organização dos temas ou adaptação à situação em questão. As ilustrações também servem de roteiro para aprimorar as observações dos envolvidos – professores e alunos. Para cada oficina, há instruções com introdução sobre o tema, objetivos, justificativa, habilidades, avaliação e, claro, informações sobre o desenvolvimento da atividade.

Dentre todos os temas indicados para as 12 oficinas, o patrimonial imaterial cultural é o carro-chefe. No caso do patrimônio imóvel, a única que fica mais próxima é a do patrimônio escolar (p. 85-91). Mesmo assim, o assunto está intitulado como “A escola como patrimônio cultural” e está orientado para a memória deste espaço principalmente em termos de vivências passadas e presentes.

A repetição de conteúdos apresentados desde a introdução de acordo com os objetivos de cada oficina é positiva. A cada passo, a retomada de conceitos e dados factuais faz com que o(a) leitor(a), no papel de docente, não perca de vista as relações entre o tema em desenvolvimento e as premissas das ações preservacionistas. A leitura contínua pode dar evidências claras dessas repetições, mas como um livro-guia é importante que tudo esteja bem articulado e bem explicado.

Um último ponto, no entanto, deve ser destacado. O conteúdo está direcionado para a proteção dos bens patrimoniais culturais imateriais. Na introdução, a abordagem das etapas das políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural não desfaz a imagem de que patrimônio material foi – e ainda é, na visão apresentada pelos autores – o conjunto de obras excepcionais. Igrejas, obras de destaque, monumentos, todos representativos de uma única classe na constituição da sociedade brasileira, formam a seleção apresentada. As ilustrações são prova dessa abordagem. Neste sentido, a arquitetura de exceção é a parte que é apresentada aos leitores. Como fica então a reflexão sobre a importância de um casario típico de uma rua, de um bairro, de uma cidade na formação da comunidade à qual pertence esse mesmo casario? Como chegar até esse público em seu momento de

formação docente com uma abrangência - de que não só de excepcionalidade - que demonstre que um conjunto arquitetônico é representativo de uma sociedade ou de uma comunidade? Como responder àqueles leigos que insistem em perguntar: qual o valor de uma edificação que “não fez parte da história”? Ou: qual a idade mínima para que uma obra arquitetônica (ou melhor, uma construção) se torne um bem patrimoniável?

Concluindo, a interação entre formação docente, políticas preservacionistas e contexto histórico e geográfico local ainda é um grande campo em exploração e está à espera de novas contribuições.

Resenha recebida em: 07/03/2016

Resenha aprovada em: 04/07/2016

RESENHA

O PRESENTE

DA MEMÓRIA:

USOS DO PASSADO E AS (RE)CONSTRUÇÕES
DE IDENTIDADE DA FOLHA DE S. PAULO,
ENTRE O “GOLPE DE 1964” E A “DITABRANDA”.
JUNDIAÍ – SP, PACO EDITORIAL, 2014.

JOÃO PAULO ROSSATTI, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, CUIABÁ, MATO GROSSO, BRASIL.
Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015). E-mail: jprossatti@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p156-166>

“Quem domina o passado domina o futuro; quem domina o presente domina o passado” George Orwell nos brindou com esse chiste político em sua famosa obra *1984*, aqui ela se encaixa muito bem na problemática referente à memória, e com isso não queremos dizer que o domínio é totalitário, como no livro, mas apenas queremos expor que certas formalidades inerentes à própria memória podem mudar a forma como as pessoas ou instituições experimentam sua história.

A imprensa trabalha, em seu discurso, de forma incessante com a “criação” de memórias sociais, ela transfigura-se em um lugar de memória, que pode (e deve) ser consultado, para se rememorar os “principais” acontecimentos de determinada sociedade em determinado espaço e tempo. Desse modo, em suas páginas estão elencados os fatos que foram “dignos” de serem lembrados, fora desse espaço há apenas o “esquecimento” que paira como uma nuvem sobre a sociedade. Quando se trata de uma memória coletiva, ou seja, quando tratamos de um acontecimento ao mesmo tempo singular e coletivo, usos e abusos da memória e da história são constantes. A mesma memória que irrompe é aquela que pode ser apagada, basta que perca sua “utilidade”.

A memória, a partir desta perspectiva “criadora”, pode ser vista como um ato político, pois a ação de (re)lembrar pode trazer à tona momentos, pessoas e acontecimentos, até então relegados, e seu par antitético: esquecer,

pode apagar do imaginário coletivo personagens e fatos. Para entender essa relação entre a memória, a história e o esquecimento¹ é necessário entender os contextos de produção dos discursos e monumentos (co)memorativos. Assim, uma memória pública sempre pode ser usada de forma política.

Os meios de comunicação de massa, nesse esquema rememorativo, são importantes ferramentas para a consolidação de memórias no imaginário social. Na perspectiva historiográfica contemporânea, uma das formas de trabalhar com a memória se dá sob o ponto de vista do acontecimento, o acontecimento na era das mídias, pois ao seguir seus vestígios é possível localizar estratos de tempos diferentes, e é nesses vestígios que se encontra a sincronia e a diacronia, ou a simultaneidade do não simultâneo, como caracteriza o historiador Reinhart Koselleck. A mídia de massas, desse modo, de acordo com François Dosse, participa de forma plena na construção do acontecimento que elas mesmas transmitem: “para ser, o acontecimento deve ser conhecido, as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência” (2013, p. 260). A imprensa cria o “acontecimento-monstro”, termo cunhado pelo historiador Pierre Nora (1979) para caracterizar essa propriedade nova do acontecimento. A partir da conformação de um acontecimento na imprensa é possível, portanto, acessar as memórias que configuram essa dialética temporal entre o presente e o passado e, desse modo, vasculhar nas lembranças que emergem no discurso memórias que permanecem e memórias que se transformam.

E é justamente a partir de um acontecimento, que podemos considerar “menor”, o “caso ditabranda”, que André Bonsanto Dias² parte em busca dos vestígios e resíduos temporais de outro acontecimento, a esfinge acontecimental que foi o golpe de 1964, para mapear as (re)construções da identidade do jornal *Folha de S. Paulo* ao longo de quase 50 anos, entre 1964 e 2009. O acontecimento, em sua pesquisa, pode ser lido de acordo com a definição de Dosse, como: “um processo imanente de doação de sentindo segundo um processo oscilante de identificação” (2013, p. 268).

1. Referência à obra do filósofo Paul Ricoeur.

2. Formado em Comunicação Social (2007) e História (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, possui mestrado em Comunicação pela UFPR (2012) e atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF.

O livro, lançado em 2014, é fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 2012 na Universidade Federal do Paraná. Sua hipótese parte da problemática referente aos usos da memória em relação ao grande acontecimento de 1964, Dias problematiza as efemérides produzidas pelo jornal *Folha de S. Paulo* nas comemorações decenais de aniversário, primeiro da chamada “revolução” e depois “golpe”, para avaliar os vestígios memoriais presentes nos discursos perpetrados pelo jornal ao longo do recorte temporal de sua pesquisa. A partir dessa ideia central, o autor constrói seu argumento ao longo de três capítulos. O primeiro, *Memória, imprensa e ditadura militar: rastros, lembranças e apagamentos*, visa mostrar como “a memória” é “seletiva em sua forma de reger o passado, é um ato político. Envolve questões de poder, identidade e é sempre lembrada a partir da perspectiva atual e particular” (DIAS, 2014, p.23).

Nessa primeira parte o autor busca definir a “cultura da memória” na sociedade contemporânea, mostrando como a mídia, ao tomar para si um papel “musealizador”, age como “lugar de memória” que atua para evitar o esquecimento (DIAS, 2014, p.30). Desse modo, segundo o autor, podemos observar como as mídias de massa ocupam um lugar central “na sociedade fundamentada em memórias”, o que, conseqüentemente, pode levar a alguns usos e abusos da lembrança, pois “os meios de comunicação, seja através da inserção e da lembrança de acontecimentos diários na imprensa, seja através de produtos destinados ao entretenimento, consolidam muitas memórias no imaginário da sociedade civil a partir de um enquadramento próprio” (DIAS, 2014, p. 31-32). Portanto, para construir sua pesquisa, Dias segue dois eixos fundamentais para analisar a memória da *Folha de S. Paulo*. Primeiro a questão “política da justa memória”, que empresta de Paul Ricoeur, e consiste em perceber que:

Lembrar, esquecer não são atos involuntários, estão condicionados a usos, a abusos de um presente que podem sufocar, apagar, ou até reforçar um passado a partir de interesses particulares. Assim, não se deve problematizar a lembrança como algo necessariamente “bom”, em detrimento do esquecimento, algo “ruim” e que precisa ser evitada. Lembrança e esquecimento caminham juntos e é este caráter intrínseco da memória que constitui a identidade de uma sociedade. (DIAS, 2014, p.36-37)

Assim, ao invés de buscar a “verdade” e destrinchar o discurso do jornal, Dias busca restituir com justeza as lembranças que o jornal construiu sobre sua própria atuação no período do regime militar e da redemocratização. Além da “justa memória” para (re)construir o percurso da memória da e na Folha o autor se vale também das etapas para se fazer o “bom uso” da memória proposta por Tzvetan Todorov em seu livro *Memória do mal, tentação do bem* (2002). O historiador búlgaro divide os procedimentos explicativos para compreender o passado em três etapas distintas, das quais Dias se vale para estabelecer seu argumento. São elas: estabelecimento dos fatos - visa selecionar e hierarquizar os sinais deixados pelo passado; a construção do sentido - fase em que se interpretam os fatos coligidos na primeira; por fim, o aproveitamento - após o estabelecimento dos fatos e a construção do sentido esse passado deve ter uma utilização, ou seja, é nessa etapa que se fazem os usos da memória (2014, p. 37-38).

De acordo com a metodologia adotada, a terceira parte do primeiro capítulo propõe uma análise dos “embates pela memória do regime militar”, um modo de demonstrar como ao longo dos anos algumas visões sobre o golpe tornaram-se hegemônicas, tanto nas leituras acadêmicas quanto nas visões populares sobre o acontecimento. Sendo que a memória predominante no estabelecimento dos fatos nesse período, que podemos chamar de visão hegemônica de direita, perdurou até o fim dos anos 1970, mostrando o acontecimento como uma “revolução” praticada em nome dos princípios democráticos e o acontecimento de um “milagre econômico”. Após esse período, emergindo de seu silêncio forçado, começam a pulular as memórias da esquerda que mostraram como muitos desses discursos da direita prevaleceram abafando a memória dos derrotados: os anos do “milagre” foram também os de “chumbo”. A imprensa não passou incólume por essa intensa disputa de narrativas. Se num primeiro momento a maior parte dos grupos midiáticos apoiou os militares e se valeu desse apoio para modernizar-se e consolidar-se financeiramente – caso da *Folha*, como o autor demonstra –, conforme os anos de bonança iam tornando-se um passado cada vez mais distante, esses mesmos grupos foram se afastando gradualmente do regime castrense, revendo posições e reconstruindo suas próprias narrativas de apoio ao golpe. No caso da *Folha* não foi diferente, segundo Dias:

Com a *Folha*, pode-se perceber que ocorre a mesma tentativa de uma inversão de memórias. O que o jornal pretende, a partir dos anos 1980,

é gerar uma política de reformulação da memória que praticamente apaga suas lembranças iniciais de apoio ao regime. (2014, p.53)

O autor demonstra como, a partir da década de 1980, o jornal busca se desvencilhar da imagem de apoiador do regime militar. Há uma remodelação da identidade daquele momento em diante, de um discurso de apoio e de convivência, adotando inclusive a autocensura como estratégia de defesa. Mantendo-se alheia a conflitos a *Folha* vai construindo, desde o lançamento do “Projeto Folha”³, a ideia de um caderno plural, aberto a todas as ideias, ou seja, um jornal com “a cara” da democracia.

No capítulo dois, *Folha de S. Paulo: visões do passado a partir de seus ‘rastros’ memoriais*, após situar o leitor nos embates sobre a memória no Brasil de uma maneira mais geral, Dias coloca em questão as memórias sobre a *Folha*. Uma mescla de memórias “oficiais” e de pessoas ligadas ao jornal que ao longo dos anos rememoram a atuação do diário durante o conturbado período. Assim, podemos perceber por meio de sua análise como, nos anos iniciais da, ainda, “revolução”,

o golpe foi bem recebido nas páginas da *Folha*, visto que o jornal dependia, ainda, e muito, de capital externo para se estabilizar. Ideologicamente, também não havia muita discordância entre o empresariado e o governo militar que tomou posse em 1964” (DIAS, 2014, p.64-65).

Porém, conforme a passagem dos anos evidenciava a falência do modelo econômico e social dos militares no poder, a publicação foi alterando suas posições frente ao regime, metamorfose que pode ser localizada na segunda metade dos anos 1970, momento em que a *Folha* define de forma mais clara seu projeto político-editorial e assume uma postura um pouco mais crítica em relação ao governo (DIAS, 2014, p.67).

Ao focar sua análise apenas nos editoriais referentes às comemorações do golpe (para celebrar ou para não mais repetir), Dias joga um pouco de luz na dúbia relação do diário e dos militares, evidenciando uma conexão que vai da cumplicidade à ruptura. Cisão que se dá,

3. Projeto editorial implantado na redação do jornal por Otavio Frias Filho a partir de 1984.

principalmente, a partir do momento em que o jornal busca associar sua imagem à campanha das Diretas-já, em 1984:

De um jornal que apoiou e precisou do regime militar para a sua reestruturação e consolidação, a Folha passou a ser identificada como um jornal de resistência, uma espécie de porta-voz das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização. O jornal mudou de acordo com suas necessidades, para sobreviver enquanto empresa e para satisfazer as necessidades de seu leitorado, que clamava por outro tipo de posicionamento e informação. (DIAS, 2014, p.70)

A *Folha* cria para si, ao longo daquele período, a imagem de jornal comprometido com os valores democráticos, mas para que isso aconteça algumas memórias devem ser “apagadas”, ou escondidas nos “subterrâneos”. A atuação cúmplice dos editoriais que exaltavam os resultados do “milagre econômico” e da remoção da suposta ameaça comunista, que pairava sobre o Brasil de 1964, dá lugar a um discurso crítico ao modo como os direitos e as liberdades políticas foram turgidos da sociedade civil. As memórias construídas pela *Folha*, através de “manipulações” e “impedimentos” fazem sua opção pelo esquecimento (DIAS, 2014, p.71). “Da memória que se torna história, a cristalização de uma identidade”, como afirma Dias em um dos subtítulos, o discurso assume a função de legitimar a atuação, destarte, combativa em relação ao moribundo regime, já em seu crepúsculo com o general João Figueiredo. Assim, assumida uma nova identidade, a história passa a dar respaldo às memórias do jornal:

Com a campanha das Diretas, o jornal saiu aparentemente vitorioso. Suas lembranças como porta-voz da redemocratização se legitimaram e as memórias de uma imprensa cúmplice e apoiadora do golpe se tornam subterrâneas, esquecidas, depositadas em um reservatório que parece não mais poder ser alcançado pela rememoração. O projeto editorial de 1984 pretende trilhar um caminho a seguir depois deste panorama. (DIAS, 2014, p.90)

O percurso de (re)construção da identidade foi feito com sucesso, o jornal plural e democrático, o jornal das Diretas, emergiu para o grande público,

sendo impossível ignorá-lo daquele momento em diante⁴. Nas memórias sobre a *Folha* o que se sobressaiu foi a postura combativa e democrática. Com a democracia em construção busca-se olhar para o futuro, o passado, o que de fato passou, deve ser visto como uma lição do que não repetir. Celebra-se a democracia, demoniza-se o golpismo antirrepublicano.

Enfim, no último capítulo, o mais longo da obra, *Acontecimento e o discurso midiático em sua inscrição na temporalidade: a construção, reconstrução, usos e apropriações do 'golpe de 1964'* Nas páginas da *Folha*, Dias procurar analisar os discursos da *Folha* nas efemérides comemorativas do golpe, para isso o autor explora os editoriais do jornal dos anos de 1964, 1974, 1984, 1994, 2004 e os do caso “ditabranda”, publicado no ano de 2009. Mostrando como o discurso “atualiza constantemente o passado sob enquadramento próprio do presente” (2014, p.103) o autor destrincha as condições de possibilidade do texto em seu contexto, pois “o jornal envolve seus enunciados e lhes garante unidade” (DIAS, 2014, p.111). Em sua análise dos editoriais dos períodos acima citados Dias torna evidente que a memória apaga, silencia e transforma. Os editoriais de 1964 mostram apoio aos setores à direita da sociedade civil, que assumem o contorno geral de “povo” e demonstram alívio quando os militares, enfim, derrubaram a “ameaça” comunista que poderia se consolidar com um golpe da esquerda. Ou seja, para o jornal o “movimento” dos militares agiu baseado na legalidade e em nome da Constituição para repelir os abalos subversivos oriundos do golpismo comunista (2014, p.130).

Como demonstra bem o autor, um discurso, para ser interpretado, sempre depende do contexto, o que é evidenciado pelo caráter interdiscursivo que pauta a relação entre os dizeres. Desse modo, podemos inferir que há outros discursos no interior do discurso (DIAS, 2014, p.142). Com base na contextualização discursiva, pôde Dias demonstrar que mesmo na década de 1970, ainda reverberava nas páginas da *Folha* um apoio ao regime militar. As comemorações dos 10 anos do golpe saudavam a estabilidade da economia e da política adquirida pelo país. Segundo Dias, esta posição do jornal: “nos leva a crer que, durante o período, a empresa

4. *Folha de S. Paulo. Projeto Editorial 1984.* A Folha depois da campanha das Diretas-já. Credibilidade exige responsabilidade. Apud. Op. Cit. p. 90.

se identificou muito mais com os anos do ‘milagre’ do que combateu os (anos) de ‘chumbo’” (2014, p.145). Logo, para o jornal “o que houve há dez anos não foi um ‘golpe’ ditatorial, mas uma ‘revolução’ democrática que colocou o país nos trilhos da prosperidade” (2014, p.146). A *Folha* se aproveitou dessa prosperidade econômica do período, conseguindo se estruturar financeiramente, tornando-se um dos maiores jornais do Brasil. Sua memória naquele período, portanto, tingia em cores suaves o regime castrense, já que a própria corporação havia se beneficiado economicamente ao aderir os preceitos do regime. Os “anos de chumbo” se apagam nas páginas do jornal, e, em clima de euforia, os editoriais dão predomínio à pujança conquistada pela administração militar (DIAS, 2014, p.149). Por isso, em seu discurso, “não havia para a *Folha* a necessidade de aferir críticas ao governo, uma vez que ela muito prosperou ao longo dos anos de ‘milagre econômico’ do regime. Mais que isso, precisava mostrar aos seus leitores que este era o caminho a seguir” (DIAS, 2014, p.153).

Porém, como já vimos, os anos 1980 marcam um ponto de ruptura no discurso de consenso. Na sociedade civil (pelo menos em boa parte dela) emergem movimentos de apoio à democracia, uma luta para sua restituição como regime pleno na política brasileira. A infame democracia relativa praticada pelos generais não tinha mais espaço numa sociedade que se modernizara muito desde os idos de 64. Essa mudança no seio da sociedade foi acompanhada pela *Folha de S. Paulo*, que desde o final dos anos 1970, paulatinamente foi se construindo como um espaço plural de debates e opiniões em suas páginas (DIAS, 2014, p.164). Segundo o autor:

É sob este panorama que a empresa vai construindo um lento processo de reformulação de sua identidade. Processo que se deu, na prática, com a criação do ‘Projeto Folha’ [...]. A ‘política de pluralidade’ implantada pelo jornal procurou trabalhar incessantemente com uma lembrança que afastava o papel da empresa em apoio ao golpe e ao regime militar. Assim, a rememoração dos acontecimentos, neste momento, vai sendo utilizada como instrumento fundamental para legitimar a ideia de história que o jornal procurava construir a partir de então. Memória que procurava cristalizar a identidade de um jornal tido como (sempre) plural, apartidário e independente. (2014, p.165)

A *Folha*, daquele momento em diante, busca apagar seus rastros memoriais de antiga apoiadora do regime militar, naquele momento atrelado ao que havia de mais antiquado e atrasado em termos políticos e econômicos. Uma empresa que pretendesse sobreviver e prosperar na democracia em construção não poderia estar ligada a arcaísmos como uma ditadura. E assim a *Folha* assumiu outra identidade, esquecendo seletivamente aquilo que não convinha para sua história. A memória do “milagre” transmuta-se, junto com a do jornal, para a memória dos “anos de chumbo”, cria-se a ideia de que a *Folha* desde sempre foi um espaço plural e que combateu o mal ditatorial (DIAS, 2014, p.174). Como afirma o autor: “do batismo à exorção, os benefícios da ‘revolução’ de 1964 são aos poucos apagados da narrativa do jornal.” (DIAS, 2014, p.177). Com o nascimento de uma nova democracia, nasce um novo jornal, batizado em praça pública no movimento das Diretas.

As efemérides dos anos 1990 e início dos 2000 marcam o período que podemos chamar de o “julgamento da História”, pelo menos nas páginas do jornal. Apesar da pluralidade de opiniões, conforme a proposta do jornal predominam visões que deveriam “lembrar aos seus leitores para que não mais se esqueçam daquele assombroso regime, para que não mais comentam os mesmos erros do passado” (DIAS, 2014, p.184). Recortando as narrativas e selecionando apenas aquilo que convinha para o seu projeto de (re)construção de identidade o jornal foi eficiente em apagar de suas próprias memórias o apoio inicial dado aos militares:

A *Folha* procurou adentrar o século XXI, portanto, evidenciando que não só esquecera aquele passado de prosperidade, mas que em nada poderia assemelhar-se a ele. Suas políticas de memória construídas até então parecem ter sido eficientes e o jornal saíra de apoiador do golpe ao grande articulador dos preceitos democráticos nas décadas seguintes. (DIAS, 2014, p.188)

Os usos, abusos e seleções do passado foram eficientes na “construção” da *Folha* como um “jornal a serviço do país”. O contexto de produção dos discursos vai desautorizando a “revolução de 1964” que aos poucos, em suas páginas, torna-se o “golpe” da vergonhosa ditadura militar que solapou 21 anos de democracia no Brasil. Com essa assimetria da memória, o jornal reconfigura-se e assenta sua reputação junto ao público leitor - uma “folha” foi virada.

Porém, como nem tudo é calmaria, e a memória pode se mostrar traiçoeira, em 2009 explode o caso “ditabranda”⁵ – a última parte da análise do livro de Dias – que mostra como a criação do neologismo, a princípio colocado de forma inocente em um editorial que versava sobre o governo de Hugo Chávez na Venezuela, pôde trazer à tona os embates sobre as narrativas e memória do jornal o que, por sua vez, gerou debates acalorados entre leitores, parte da intelectualidade brasileira e a *Folha*. Contenda discursiva que, segundo Dias, causou espanto em parte dos leitores, acostumados com a imagem de jornal combativo que havia sido forjada nas últimas décadas pelo próprio diário.

Enfim, ao problematizar as memórias da e sobre a *Folha de S. Paulo*, André Bonsanto Dias nos mostra como as narrativas e memórias impõem-se umas sobre as outras, às vezes sob o peso do silêncio e do esquecimento forçado. Obliterando memórias foi possível ao jornal ligar-se à própria ideia de democracia, pois, como mostra o autor, a partir da década de 1980, a *Folha* vai construindo uma memória sobre sua própria atuação durante o regime militar. Uma memória que se fez de forma lenta, gradual e segura, tal como a abertura política pela qual o país passava. *O presente da memória* torna-se leitura obrigatória aos que pretendem estudar a construção e reconstrução da memória por veículos de comunicação da chamada grande mídia.

REFERÊNCIAS

DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix*. São Paulo: Edunesp, 2013.

NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 179-193.

Resenha recebida em: 13/02/2016

Resenha aprovada em: 10/06/2016

5. Editorial publicado em 12 de fevereiro de 2009.

NOTÍCIA

2º ENCONTRO DE TRABALHO DA REPEP (REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL)

JOÃO LORANDI DEMARCHI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.
Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Integrante da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: joao.demarchi@usp.br

SIMONE SCIFONI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.
Geografia pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo, com o qual recebeu, em 2007, o Prêmio Capes de Teses, conferido ao trabalho “A construção do patrimônio natural”. Professora do Depto de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. Membro do Icomos-Brasil. E-mail: simone.geo@usp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p167-172>

Em 14 de maio de 2016, no auditório do Museu da Imigração, em São Paulo, foi realizado o 2º Encontro de Trabalho da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), que buscou apresentar e debater as ações educativas realizadas por este coletivo educador que se organizou desde 2011, a partir de um projeto de Cultura e Extensão na Universidade de São Paulo, envolvendo a parceria entre o Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia da USP e o Centro de Preservação Cultural (CPC).

Na oportunidade, reforçou-se a mesma perspectiva de atuação do 1º Encontro de Trabalho, ou seja, a de construir coletivamente uma discussão sobre as práticas, os desafios e as possibilidades de trabalhar a Educação Patrimonial em uma nova abordagem, menos informativa e mais problematizadora. O 1º Encontro de trabalho da Repep foi realizado em maio de 2014, em parceria com o Centro Universitário do Senac - Campus Santo Amaro, e ajudou a dar visibilidade para a Repep, contribuindo para consolidar este coletivo no campo da educação patrimonial.

A estrutura desse 2º Encontro envolveu uma breve apresentação da rede, a partir de seus princípios norteadores, dos propósitos de sua criação e de sua forma de organização atual por meio de Grupos de Trabalho. Os Grupos de Trabalhos (GTs) existem de acordo com demandas que podem ser tanto feitas a partir de necessidades de trabalho interno

(como a responsabilidade pela divulgação de atas e reuniões, manutenção da plataforma virtual da Repep), ou como necessidades externas.

Os GTs que apresentaram suas ações neste segundo encontro foram constituídos a partir de demandas externas que apontaram para problemáticas envolvendo temas como: a produção de material de apoio didático em educação patrimonial (GT São Luiz do Paraitinga); a gentrificação na área central (GT Minhocão); o impacto da verticalização no entorno de patrimônios protegidos (GT Brasilândia-Ó); a construção oficial de narrativas para o patrimônio que desconsideram a presença de determinados grupos sociais (GT Paranapiacaba); os problemas de um bairro tombado (GT Bixiga).

A primeira mesa, pela manhã, foi composta pelas comunicações dos GTs Minhocão, Brasilândia-Ó, e São Luiz do Paraitinga. No período da tarde, apresentaram-se os trabalhos dos GTs de Paranapiacaba e do Bixiga, seguido da mesa formada por duas debatedoras que avaliaram e problematizaram as ações desenvolvidas.

A apresentação das ações desenvolvidas pelo GT Minhocão envolveu o relato sobre a elaboração de um Inventário Participativo de Referências Culturais, com base da metodologia desenvolvida e publicada pelo Iphan, por meio da Coordenação de Educação Patrimonial. O GT constituiu-se a partir da demanda do Movimento Baixo Centro, um grupo de ocupação civil, colaborativo, horizontal, independente, auto gerido e que atua no sentido de promover o uso e apropriação das ruas do centro a partir de ações autofinanciadas. O problema central do GT gira em torno do impacto que a possibilidade da implantação do Parque Minhocão ou da demolição do elevado traria para a região denominada Baixo Centro. O discurso construído pelo poder público, e que justifica as intervenções no elevado, parte da desqualificação da região. E o trabalho desse GT começa justamente neste princípio. A partir desta ação educativa, busca-se entender as referências culturais que existem naquela região e, com isso, argumentar pela permanência dos grupos sociais mais vulneráveis. Essa ação vai contra a possibilidade de gentrificação, que já apresenta alguns sinais, como a presença de empreendimentos imobiliários que buscam atrair os futuros moradores pela proximidade ao parque.

O grupo Brasilândia-Ó apresentou a problemática que partiu da demanda do Ponto de Memória da Brasilândia, que faz parte da Rede de

Pontos de Memória do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus). O objetivo principal deste GT é a preservação da vista para a Igreja Matriz Nossa Senhora do Ó, que está ameaçada pelo avanço da verticalização, e será potencializado pela construção de uma estação de metrô, nas proximidades. Um caminho encontrado para esta argumentação é o pedido de revisão da resolução de tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó. O GT, com a perspectiva de elaborar um Dossiê, tem proposto atividades nas escolas vizinhas à Igreja Matriz. A intenção é documentar a relação da comunidade local com esta referência cultural. Uma das atividades desenvolvidas foi a Gincana Cultural “Cadê o Patrimônio?”, juntos às escolas, e a formulação de um roteiro para a 1ª Jornada do Patrimônio da Prefeitura de São Paulo.

O grupo São Luiz do Paraitinga apresentou a ação educativa desenvolvida a partir de uma demanda da Oficina de Implementação da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba. A Casa do Patrimônio é uma iniciativa do Iphan no sentido de atuar em rede, promovendo a articulação local de diferentes grupos sociais. Nesta oficina de implementação, traçaram-se perspectivas de atuação para a Casa e buscou-se aproximar agentes locais para trabalharem conjuntamente. A Repep, na ocasião, assumiu o compromisso de subsidiar a elaboração de material didático que a Assessoria Municipal de Educação ia desenvolver. A partir desse compromisso, a rede realizou, em fevereiro de 2015, a Oficina de Material Didático, que consistiu em analisar e debater alguns materiais didáticos que tratam sobre educação patrimonial.

No intervalo, entre a parte da manhã e a parte da tarde, ocorreu o lançamento da publicação do Iphan: “Educação Patrimonial: inventários participativos - Manual de aplicação”, disponível, também, em versão digital no *site* do órgão. Essa publicação é uma adequação daquela versão disponibilizada para os educadores dentro do Programa Mais Educação, mas agora voltada para o uso dos grupos de cultura, coletivos e comunidades, em geral. Constitui, assim, um marco para o campo da educação patrimonial, pois contribui para a consolidação do patrimônio a partir da noção de referências culturais. O foco do patrimônio deixa, então, de ser o bem tombado e se volta para o olhar dos sujeitos sociais.

A parte da tarde contou com a presença do GT Bixiga e do GT Parapiacaba, grupos que ainda estão buscando se organizar e fortalecer suas

ações e objetivos. Neste sentido, a apresentação mostrou mais a problemática dos lugares do que, propriamente, ações construídas e consolidadas.

Em relação ao GT Bixiga, que foi criado a partir de uma demanda do Espaço de Cultura Bela Vista (voltado às ações culturais e transformações sociais), apresentou-se um bairro que mescla histórias e presenças de diferentes grupos sociais ao longo do tempo. No entanto, a diversidade cultural que dá riqueza ao cotidiano do bairro aparece invisibilizada pela afirmação e valorização de um único grupo, os imigrantes italianos. O GT já realizou algumas ações no bairro, como reuniões entre as instituições atuantes e um roteiro fotográfico pelas ruas, buscando registrar a situação do patrimônio.

No que diz respeito ao GT Paranapiacaba, criado a partir de uma demanda da Plataforma Paranapiacaba (projeto financiado pela Prefeitura Municipal de Santo André), foi apresentada a complexidade de atuação em um território marcado por três diferentes instâncias de tombamento (municipal, estadual e federal) e sua consequente diversidade de atuação e critérios de preservação. Soma-se a esta complexidade, mais um nível de atuação relacionado à inscrição da Vila de Paranapiacaba ao título de Patrimônio da Humanidade, pela Unesco. O GT relatou a realização de uma oficina de Cartografia Afetiva na vila e, também, os problemas ocorridos a partir do esvaziamento do grupo. Mas finalizou com a perspectiva de retomada dos trabalhos, por conta da organização daquele que será o primeiro Núcleo Regional da Repep (Núcleo Região do Grande ABC), que vem se constituindo por interesse e a iniciativa de um grupo de profissionais dos setores de cultura, memória e patrimônio dos municípios envolvidos.

A última mesa do dia foi composta pelas debatedoras, Prof.^a Ingrid Ambrogi (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e pela coordenadora de Educação Patrimonial do Iphan, Sonia Florêncio. Na oportunidade, ambas fizeram um balanço das transformações sofridas pela Repep nestes dois anos de intervalo entre o 1º e 2º Encontro. Foram evidenciados os avanços na forma de atuação baseadas no diálogo local e a proximidade das ações da Repep com as diretrizes do Iphan, que foram publicadas na Portaria 137, de 28 de abril de 2016.

O 2º Encontro foi importante para cada GT rever sua maneira de atuação e pensar novas possibilidades frente às questões levantadas pelo público presente e pelas debatedoras. Também se abriu nova perspectiva

de atuação, atraindo mais interessados no debate sobre educação e patrimônio. Isso ficou comprovado na reunião aberta realizada pela Repep em 15 de junho, a qual compareceram vários profissionais motivados pela realização do encontro e que trouxeram novas demandas de discussão como a questão dos educativos de setores de acervos, o licenciamento ambiental frente à Instrução Normativa nº 1/2015 e os programas educativos da arqueologia de contrato. Para maiores informações, indicamos os contatos no endereço virtual: <www.repep.fflch.usp.br>.

NOTÍCIA ITINERÁRIOS URBANOS COMO PRÁTICA PATRIMONIAL NO CPC: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE 2015

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL. Arquiteto e urbanista pela FAU-USP (2012), ocupa o cargo de Especialista em Laboratório no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), na área de Referências Culturais e Memória. Mestrando pela FAU-USP junto ao Núcleo de Estudos da Paisagem, no qual explora as diversas manifestações discursivas da ideia de 'ambiente; na arquitetura e urbanismo nos anos 1960 e 1970. E-mail: gaf.arq@usp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p173-185>

Os Itinerários Urbanos constituem um programa em implantação pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) voltado à fruição e problematização de bens culturais no espaço urbano, em suas dimensões materiais e imateriais, oficialmente reconhecidos ou não. Trata-se de iniciativa da equipe educativa do CPC (coordenada pela educadora Maria del Carmen Hermida Martinez Ruiz) em parceria com o eixo “Referências culturais e memória”, cujos trabalhos são desenvolvidos por este autor. O programa se articula ao conjunto ampliado de ações de cultura e extensão universitária desenvolvidas pelo CPC desde 2004, quando sua sede foi transferida para a Casa de Dona Yayá, imóvel tombado localizado no plural bairro do Bixiga (no distrito da Bela Vista, no Centro de São Paulo) — momento em que a vocação extensionista do órgão se ampliou na medida em que ele se inseriu em um contexto urbano com uma já intensa e consolidada movimentação cultural.

Apresentamos neste trabalho um breve relato da experiência de implantação dos itinerários em 2015, acompanhada de algumas reflexões a respeito dos potenciais, limites e problemas do ato de caminhar como experiência inserida no processo de patrimonialização de bens culturais. Argumentamos, enfim, pela constituição de práticas de fruição de tais bens no espaço urbano que transcendam os limites próprios

dos tradicionais roteiros turísticos guiados, em busca de itinerários que possibilitem a formação daquilo que Jorge Larossa chamaria de um “saber de experiência” (2002), para além da mera informação e explicação de objetos e conteúdos.

DO ROTEIRO COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO PATRIMONIAL À CAMINHADA COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

A realização de roteiros guiados conectando bens culturais isolados parece prática recorrente no meio preservacionista como instrumento de difusão e valorização do patrimônio cultural — trata-se, por exemplo, de um dos elementos presentes na metodologia sugerida pelo *Guia básico de educação patrimonial* do Iphan (publicado em 1999 a partir de práticas promovidas pelo menos desde a década de 1980 no contexto do Museu Imperial de Petrópolis). Já naquele momento, por exemplo, a realização de roteiros era lida a partir de uma chave crítica, pela qual se revelava necessário associá-los a processos mais amplos de observação, contextualização e discussão dos bens a eles vinculados. Trata-se de material considerado pioneiro no campo da educação e da difusão do patrimônio: aos roteiros associavam-se ações de reconhecimento, interação e apropriação dos bens. Levando-se em conta, por outro lado, a crítica contemporânea às práticas sugeridas pelo *Guia* — considerado de forma quase unânime por autores diversos¹ como um problemático manual de realização de ações fundamentalmente antidialógicas, cujos resultados poderiam se aproximar daquilo que Paulo Freire chamaria de “invasão cultural” (2002) —, é preciso destacar o quanto a aplicação de tais roteiros não se resume à valorização de objetos patrimonializados na perspectiva tecnocrática e elitista que tradicionalmente caracteriza as práticas de preservação.

Apesar do avanço dos estudos sobre o tema, porém, não é ainda incomum a realização de roteiros guiados que sequer incorporaram as reflexões sintetizadas pelo próprio *Guia* — e que, portanto, desconhecem mesmo as críticas mais recentes a toda essa trajetória. É como se as

1. Conferir, por exemplo, Chagas (2013), Scifoni (2012), Siviero (2015) e Fernandes (2014).

próprias propostas do *Guia* (já consideradas obsoletas e problemáticas, mas ainda assim um pouco mais sofisticadas que os roteiros guiados tradicionais) constituíssem parâmetros melhores do que aqueles usualmente mobilizados. Experiências positivas e que apontam para soluções criativas e interessantes (como o programa “Sentidos urbanos”, de Ouro Preto) revelam-se excepcionais, enquanto a realização de caminhadas meramente informativas continua em vigor.

A realização de itinerários por parte do CPC, neste sentido, procurou não só incorporar as críticas já consolidadas tanto à educação patrimonial pregada pelo *Guia básico* do Iphan como à realização de roteiros turísticos tradicionais (limitados à mera transmissão de informações sobre bens culturais, de forma não muito diversa daquela associada à “educação bancária” crítica da por Paulo Freire). Afastando-se dos debates restritos ao campo patrimonial, buscamos aproximação com uma tradição crítica um tanto quando dispersa mas presente em um pequeno número de intelectuais e artistas que, para além do foco em bens isolados, discutem o ato de caminhar como uma experiência estética relevante, complexa e reveladora.

Com efeito, é no campo das artes plásticas que esta discussão parece ter se desenvolvido de forma mais sofisticada: são várias as experiências performáticas, *happenings*, instalações e outras práticas poéticas desenvolvidas no espaço urbano que dialogam diretamente com a temática da fruição urbana de bens culturais, lidando com ela de forma menos didatizante e escolarizada e mais dialógica que aquelas limitadas ao campo do patrimônio. Neste sentido, vivemos na prática essa constatação no CPC quando da realização da oficina-intervenção “Trafegar pelos rios do Bixiga”, realizada em 2013 em parceria com o coletivo de artistas “Mapa Xilográfico”. Durante a realização da intervenção², percebeu-se que a mera presença lúdica dos sujeitos no espaço urbano, resignificando-o por meio de uma ação poética performática, permitia a construção de sentidos e saberes sobre aquele espaço, percebido efetivamente como bem cultural.

2. Para um relato mais detalhado do processo, conferir Fernandes, 2014.

Explorando a temática, identificamos uma trajetória de “práticas deambulatórias” ao longo do século XX que exploram as potencialidades lúdicas, poéticas e cognitivas do mero ato de caminhar. Tais práticas partilham certas características, como o livre perder-se pelo espaço e a recusa às formas automatizadas de movimentação. Neste sentido, a figura mítica do *flâneur* baudelaireano costuma ser evocada como um antecedente comum. Destaquem-se, entre tais práticas, aquelas ligadas à teoria da deriva situacionista e sua proposta de construção de uma psicogeografia (marcada, por exemplo, pela celebre construção de um mapa psicogeográfico de Paris, antítese do guia turístico racionalmente organizado e orientado pelo espetáculo) ou, em um sentido oposto, as reflexões de Michel de Certeau a respeito da “retórica da caminhada”, para quem a “arte de moldar frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos” (2012). Se para os situacionistas a deriva constituía a transgressão máxima possível aos mecanismos cotidianos de exploração — na medida em que recusava os percursos automáticos programados pela estrutura capitalista no espaço urbano —, para Certeau é justamente nesses percursos automaticamente programados que se encontram não revelados os potenciais de transgressão, na medida em que cada caminhada constitui uma experiência única marcada por uma tática e por uma retórica própria. Independente da orientação, porém, é pelo mero ato de caminhar que novas realidades urbanas se desenham.

As experiências posteriores de deambulação de artistas como Robert Smithson, Francis Alÿs e Paulo Nazareth também constituíram referências importantes. Smithson, em particular, nos fornece provocativas contribuições ao estudo dos bens culturais, quando de sua incursão pelos “monumentos” da pacata cidadezinha de Passaic, nos arredores de Nova Jérsei. Para Smithson, os monumentos de Passaic — obras de infraestrutura, estacionamentos, pontes e outros elementos do cotidiano suburbano — constituem algo como “ruínas do futuro”, um conjunto monumental próprio de uma Roma adequada aos tempos contemporâneos. Já Alÿs leva a prática da livre deambulação às últimas consequências, por meio de instrumentos poéticos de captura dos expurgos da cidade: o artista caminha com calçados imantados (ou acompanhado de um “cachorrinho” de brinquedo contendo um ímã em seu interior), reunindo ao longo de seu percurso todos os metais descartados pelo cotidiano urbano.

Finalmente, os estudos de Careri (2014) e de seu grupo Stalker em Roma talvez sejam os que mais avançaram no sentido de explorar o ato da caminhada como um processo revelador do espaço urbano. Apostando plenamente na possibilidade de perder-se pela realidade urbana, em um total processo de imersão ao conjunto de práticas e objetos que caracterizam o espaço da cidade, o autor busca na livre deambulação um contato tanto com o outro quanto um estranhamento consigo mesmo. O autor também reconstitui a trajetória crítica de estudos e proposições sobre a caminhada, reunindo do *flâneur* à teoria da deriva, passando por Smithson e por toda a *land art*. Segundo o autor (p. 51):

O caminhar, mesmo não sendo a construção física de um espaço, implica uma transformação do lugar e de seus significados. A presença física do homem num espaço não mapeado — e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo — é uma forma de transformação da paisagem que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço e, conseqüentemente, o e espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares.

Este conjunto ampliado de reflexões sobre a caminhada urbana, agora reaproximando-nos do campo mais restrito do patrimônio cultural, permite, em última instância, um contato mais profundo não com as concepções tradicionais ligadas à ultrapassada noção de “patrimônio histórico”, marcada por seus monumentos/documentos isolados ou, quando muito, lidos como manchas urbanas supostamente homogêneas, mas a um rejuvenescido campo mais plural de referências culturais cotidianamente praticadas na cidade. Tais reflexões permitem inclusive vislumbrar possibilidades de fruição do patrimônio que ultrapassem a problemática cisão entre as dimensões material e imaterial consagradas pelas categorias institucionalizadas de preservação. Tendo em perspectiva este repertório crítico, portanto, colocamo-nos o desafio de construir itinerários abertos à contingência característica da vida urbana cotidiana, a seus fazeres e saberes espontâneos e não institucionalizados, às práticas peculiares a cada local, aos lugares marcados pelas mais variadas relações de afeto com diferentes sujeitos. Ou, como coloca

Michel de Certeau e sua equipe, buscamos propiciar as condições para a realização de experiências que desafiem nossas “rústicas” categorias intelectuais (1998: 342):

(...) nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. É lastimável constatar-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos “obscuros heróis” do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isso é admirável!

ITINERÁRIOS REALIZADOS EM 2015

O programa de itinerários urbanos do CPC buscou alvejar um duplo objetivo: de um lado, explorar as potencialidades lúdicas, educativas e poéticas do ato de caminhar a partir das perspectivas sugeridas pelo repertório de experiências acima traçado. De outro, procurou também cumprir um papel próprio da extensão universitária, voltado à extroversão dos conteúdos de pesquisa e do conhecimento produzido no interior da universidade — e, no caso, especificamente aqueles relacionados ao espaço urbano.

Neste sentido, no primeiro semestre foram promovidas quatro edições do itinerário “Caminhando pelo Bixiga”, no qual se tentou alcançar o primeiro objetivo, através das contribuições e reflexões dos estudos elencados na seção anterior deste trabalho. Já no segundo semestre, o segundo objetivo foi alcançado por meio do convite a jovens pesquisadores da Universidade de São Paulo, cujas pesquisas foram transformadas em roteiros urbanos formatados de um modo mais tradicional. Finalmente, no fim do ano foi promovida uma nova edição da já citada oficina-intervenção “Trafegar pelos rios do Bixiga”, originalmente promovida em 2013. Desta forma, pudemos testar a aplicação de diferentes metodologias e abordagens, ora mais tradicionais, ora mais experimentais.

Em síntese, os itinerários promovidos distribuíram-se da seguinte forma:

1º semestre	<p>"Caminhando pelo Bixiga"</p> <p>Ministrantes: equipe CPC</p> <p>Datas: realizado nos meses de março, abril, maio e junho, no último domingo de cada mês</p>
2º semestre	<p>Itinerários "Bixiga. Território negro"</p> <p>Ministrante: Ms. Renata Siqueira</p> <p>Datas: Duas edições em agosto e uma em dezembro</p> <hr/> <p>Itinerários "Vestígios da modernidade"</p> <p>1. Praça da Bandeira</p> <p>Ministrante: Gustavo Marques dos Santos</p> <p>2. Ibirapuera</p> <p>Ministrante: Karoline Andrade Barros</p> <hr/> <p>Data: setembro</p> <hr/> <p>Reedição da oficina-intervenção "Trafegar pelos rios do Bixiga"</p> <p>Ministrantes: Coletivo Mapa Xilográfico e Bloco Fluvial do Peixe Seco</p> <p>Data: novembro</p>

Caminhando pelo Bixiga

Mais do que explorar o plural, fragmentado e culturalmente intenso bairro do Bixiga, a intenção deste itinerário era explorar o potencial da caminhada como instrumento de descoberta, de autoexposição e de exploração do urbano, de suas práticas e fenômenos. Neste sentido, mais do que identificar monumentos ou documentos urbanos, tratava-se de constituir uma experiência coletiva partilhada de fruição da cidade. Em outras palavras, procuramos com esta atividade sugerir aos participantes que, mais do que tomar o bairro do Bixiga em perspectiva espetacular, ultrapassar a posição do espectador distanciado e abrir-se à contingência e à imprevisibilidade da vida urbana. Como sugere Larossa (2002: 24):

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Cada itinerários era dividido em três momentos:

1. Apresentação do grupo: nas dependências da Casa de Dona Yayá, todos os participantes apresentam-se e trocam relatos de suas próprias experiências nas cidades por onde passaram, indicando lugares de memória e de afeto relevantes em suas trajetórias. Em seguida, a equipe do CPC media uma breve discussão sobre os potenciais do ato da caminhada e sugere formas de registro da experiência individual e coletiva que será conduzida em seguida.
2. Caminhada coletiva silenciosa: saindo da Casa de Dona Yayá, o grupo, conduzido pela equipe do CPC, realiza uma breve caminhada — lenta e silenciosa — pelos arredores, ao longo da qual diferentes fragmentos da cidade podem ser captados. A sugestão de um ritmo lento, constante, silencioso e sem paradas é proposital nesse momento. Após este primeiro percurso, o grupo para em um dos pontos do bairro que podem ser usados como mirante: neste momento faz-se uma breve discussão do que foi visto e sentido até o momento e se sugere uma livre deambulação pelos arredores. Os participantes são estimulados a explorar tanto os lugares pelos quais passaram quanto todos os outros existentes na região.
3. Síntese gráfica: o grupo retorna à Casa de Dona Yayá e produz uma espécie de cartografia afetiva coletiva de sua experiência no bairro, a qual serve de gatilho para novas reflexões sobre o lugar, a caminhada e o conhecimento mobilizado.

FIGURA 1

Momentos de produção da síntese gráfica da caminhada, após a realização dos percursos coletivos e individuais. Fonte: Acervo CPC.



Itinerários temáticos

No segundo semestre, pesquisadores externos ao CPC foram convidados para ministrar itinerários relacionados a seus temas de investigação acadêmica. Neste momento foi sugerido um formato mais tradicional de roteiro guiado, o que nos permitiu comparar as abordagens, bem como os méritos e limites de cada uma.

Em agosto, como atividade paralela ao evento “Os negros nas cidades brasileiras” a pesquisadora Renata Siqueira promoveu o itinerário “Bixiga: território negro”, ao longo do qual verificaram-se as marcas, vestígios, apagamentos, presenças e ausências promovidas pela população negra na região hoje conhecida como Bixiga. Apesar de ser tradicionalmente representado como bairro formado a partir da imigração italiana, o Bixiga constituiu-se sobre um território originalmente ocupado por ex-escravos, principalmente nas áreas de várzea. Além do famoso quilombo urbano da Saracura, o bairro reúne ainda uma série de outros lugares de memória relevantes para a população negra, como os espaços apropriados pela Pastoral Negra da Igreja de N. Sr.^a de Achiropita, pelos vários grupos de capoeira atuantes na região, locais voltados à prática do candomblé e da umbanda, entre outros, assim como vestígios e marcas do apagamento da presença negra na região, como antigos cortiços demolidos ao longo do processo de urbanização. Por conta do interesse verificado pelo percurso, nova edição foi promovida em dezembro, no contexto da Jornada do Patrimônio do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

Em setembro o CPC mais uma vez efetivou sua já consolidada parceria com o Grupo de Pesquisa Lugares de Memória e Consciência³ por meio da realização de dois itinerários relacionados aos projetos inconclusos, presenças e ausências em dois espaços significativos do processo de urbanização da cidade de São Paulo: primeiramente na região do Vale do Anhangabaú e Praça da Bandeira, promovido pelo graduando Gustavo Marques dos Santos e em seguida nos arredores do Parque do Ibirapuera, em itinerário promovido pela graduanda Karoline Andrade Barros.

3. Grupo de pesquisa registrado no CNPq coordenado pelos professores Renato Cymbalista e Simone Scifoni, com o qual o CPC vem desenvolvendo uma série de atividades conjuntas (seminários, cursos e oficinas).

FIGURA 2

Itinerário "Bixiga:
Território negro".
Fonte: Acervo CPC.



Ambos os roteiros foram resultado de rigorosas e aprofundadas pesquisas de iniciação científica cujos resultados revelaram uma série de vestígios materiais, afetivos e documentais de variados projetos urbanos nunca concluídos para cada um dos espaços explorados.

Finalmente, no fim do ano, foi novamente promovido o itinerário “Trafegar pelos rios do Bixiga”, originalmente mediado pelo Coletivo Mapa Xilográfico em 2013. Por meio da construção de um “barquinho sobre rodas”, os rios do Bixiga foram celebrados, comemorados e ressignificados por meio de uma intervenção lúdica: o barquinho “navegou” pelos rios cobertos de asfalto. Em 2015, o itinerário foi promovido pelo Bloco Fluvial do Peixe Seco, coletivo cultural formado pelos participantes da oficina realizada em 2013.

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

O CPC pretende consolidar a prática dos itinerários como atividade permanente, corrigindo eventuais falhas. Apesar de se constituir ainda de trabalho incipiente, a experiência de um ano desenvolvida até aqui permite-nos discutir já alguns dos problemas relacionados ao programa.

Em primeiro lugar, destaque-se a necessidade de uma elaboração crítica mais bem desenvolvida a respeito do quanto tal atividade permite aos participantes uma autorreflexão de seu próprio estranhamento a respeito da cidade de modo geral e do *outro* em particular. Desde o início dos

trabalhos procuramos evitar qualquer forma de “vitrinização” do espaço urbano e de seus personagens: o respeito ao espaço do outro e a suas práticas sempre foi um dos princípios que procuraram guiar o desenvolvimento dos roteiros. No entanto, o risco de “musealização” da cidade (no pior sentido que a palavra possui) e das pessoas é grande, à medida que se percorrem territórios novos. Percebeu-se em alguns momentos, aliás, até mesmo um desejo por parte de alguns dos participantes em participar de um *tour* “seguro” por territórios considerados por eles “perigosos”.

Em segundo lugar, a possibilidade de comparar diferentes formatos (alguns mais tradicionais, outros mais experimentais) permitiu verificar as expectativas, desejos e recepção do público. A disposição do público para participar das atividades que exigiam deles maior envolvimento e iniciativa era evidentemente menor: muitos procuravam itinerários turísticos tradicionais, pelos quais a experiência do lugar fica limitada à mediação do guia. Por outro lado, percebeu-se ao longo do primeiro semestre (durante o qual se realizaram os itinerários com formato mais experimental) um aumento lento, mas gradativo, do interesse pelo envolvimento e participação nas atividades, por meio de respostas mais interessadas às proposições de nossa equipe.

Com relação ao segundo semestre, durante o qual se promoveram os itinerários temáticos com formato mais tradicional — e para nossa surpresa — alguns dos recortes temáticos ligados à história urbana de São Paulo revelaram muito pouco interesse. Já os itinerários sobre a presença negra no bairro do Bixiga atraíram um público significativo (o que poderia sugerir um interesse renovado por questões ligadas à memória e consciência dos grupos historicamente marginalizados na cidade, bem como a necessidade do CPC atender de forma mais sistemática essa demanda social).

Para os fins de um relato de uma experiência em andamento, estes breves comentários bastam para oferecer um panorama dos problemas que vimos encontrando na implantação do programa de Itinerários urbanos. Fica desde já registrada, no entanto, a potencialidade igualmente lúdica e cognitiva que o ato da caminhada urbana possui, pela qual interessa ao CPC continuar a promovê-la.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista brasileira de educação*, n. 19, 2002.

CARERI, Francesco. *Walkscapes*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano. 2 — Morar, cozinhar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *3º Caderno temático de educação patrimonial*. Educação, memórias e identidades. João Pessoa: Casa do Patrimônio; Iphan, 2013.

FERNANDES, Gabriel de Andrade. Educação e memória na Casa de Dona Yayá: relato da oficina-intervenção “Trafegar pelos rios do Bixiga”. *Revista CPC*, n. 17, 2014. Disponível em : < <http://revistas.usp.br/cpc/article/view/69158>>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Notas sobre o IV Fórum Mestres e Conselheiros — “Os desafios da educação patrimonial.” *Revista CPC*, n. 18, 2014.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: *2º Caderno temático de educação patrimonial*. Reflexões e práticas. João Pessoa: Casa do Patrimônio; Iphan, 2012.

SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic. *Revista Espaço e debates*, n. 43–44, p. 120–128, jan/dez. 2003.

SIVIERO, Fernando. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, n. 19, 2015. Disponível em: < <http://revistas.usp.br/cpc/article/view/90786>>. Acesso em: jun. 2016.

NOMINATA DE PARECERISTAS

ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil

ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

ANNA BEATRIZ AYROZA GALVÃO, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

ANA LUIZA MARTINS, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

CARLA AROUCA BELAS, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

CARLOS ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE, Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, Brasil

CLÁUDIA REIS CUNHA, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

CLAUDIA TEREZINHA ANDRADE DE OLIVEIRA, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

EDUARDO AUGUSTO COSTA, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

JOSÉ GERALDO SIMÕES JUNIOR, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil

JULIANA MENDES PRATA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, São Paulo, Brasil

MANOELA ROSSINETTI RUFINONI, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil

MÁRCIA GENESIA DE SANT'ANNA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

MARCOS GRANATO, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA BEATRIZ CAMARGO CAPELO, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

MARIA LÚCIA BRESSAN PINHEIRO, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

MARÍLIA XAVIER CURY, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

RAFAEL URANO, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RENATO CYMBALISTA, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

RITA DE CÁSSIA FRANCISCO, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto

RODRIGO ALMEIDA BASTOS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

ROMEU DUARTE JÚNIOR, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

SOLANGE FERRAZ LIMA, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

VALÉRIA BARBOSA MAGALHÃES, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil